



Fundação
Nacional
de Saúde



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2017
PROCESSO Nº 25100.009.301/2016-77

- **Tipo de Licitação:** MENOR PREÇO GLOBAL
- Entrega de proposta:
- A partir da publicação no Portal www.comprasgovernamentais.gov.br
- Etapa de Lances
- **Data:** 23.10.2017
- **Horário:** 10 horas (horário oficial de Brasília)
- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, entidade vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei n.º 8.029 de 12.04.1990, com o Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 7.335, de 19 de outubro de 2010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o n.º 26.989.350/0001-16, por intermédio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio designados pela Portaria No 155, de 28 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de outubro de 2015, torna público que realizará, na data, horário e local acima indicados, licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de Execução Indireta e pelo Regime de Empreitada por Preço Unitário, do tipo "**MENOR PREÇO GLOBAL**", objetivando Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento, operação e suporte a infraestrutura de redes para atender a FUNASA, de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos nesse termo de referência e seus anexos, consoante Processo autos nº **25100.009.301/2016-77**.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente impeditivo à realização, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do Pregoeiro.

A presente licitação e consequente contratação serão regidas pelas seguintes normas: Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (subsidiariamente); Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450/2005; Decreto nº 7.174/2010; Decreto nº 4.553/2002; Instrução Normativa SLTI nº 01/2010; Instrução Normativa SLTI/MP/2014; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 07/2014 e pelas demais normas pertinentes, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

Este Edital poderá ser retirado na Comissão Permanente de Licitação mediante o pagamento do custo no valor de R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) das cópias xerográficas e após a apresentação de boleto bancário expedido por esta Fundação. Entretanto, não é condição para participação neste certame. Informamos que qualquer cópia xerográfica solicitada dos autos, em qualquer fase do certame, terá o valor acima citado, por página, maiores informações e vistoria deste Edital e seus Anexos serão fornecidos por e-mail cpl@funasa.gov.br ou por telefone (61) 3314-6573 e o aviso da licitação será publicado no Diário Oficial da União e em Jornal de Grande Circulação Regional. Este Edital estará disponível no site da Funasa, no endereço eletrônico www.funasa.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br não sendo necessário, neste caso, o recolhimento do valor mencionado no item anterior.



Fundação.
Nacional
de Saúde



Outras informações e vistoria do edital e seus anexos, serão fornecidas pela CPL da Fundação Nacional de Saúde, situada no SAS – Quadra 04 – Bloco N – 4º Andar Ala Sul – Brasília - DF, **fone/fax: (61) 3314-6735**, e-mail cpl@funasa.gov.br no horário de 8 às 12h de 14 às 17h30.

Esclarecemos que esta licitação será publicada no DOU e em Jornal de Grande Circulação, como determina o Decreto nº 5.450/2005.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento, operação e suporte a infraestrutura de redes para atender a FUNASA, de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos nesse termo de referência e seus anexos.

Item	Descrição dos Serviços	MÉTRICA	QTD. TOTAL
1	Prestação de serviços de atividades de execução continuada referente a monitoramento, operação e suporte ao ambiente de infraestrutura de redes da Funasa	Meses	12
2	Prestação de serviços relativos a tarefas operacionais demandadas pela Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação – CGMTI.	UST	49.553,80

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes de eventual contratação, objeto deste Pregão Eletrônico, ocorrerão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo da Fundação Nacional de Saúde, Programa de Trabalho nº **10.126.0016.6881.0001**; Fonte nº **6151**; Plano Interno MAGMUPS e Natureza de Despesa nº **33.90**; código SIASG **3390.39.27** e Pré Empenho nº **2017PE800008**.

2.1.2 Sempre que a vigência do Contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com o art. 3º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005 e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. Os interessados em participar do presente Pregão e que não estejam credenciados no SICAF, poderão providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento no mencionado sistema, nos níveis em que tiver interesse, sendo obrigatório pelo menos o Nível I, relativo ao credenciamento, que é condição indispensável para obtenção de senha para participação em pregões eletrônicos, na forma estabelecida na IN/SLTI/MPOG nº 02 de 11.10.2010 e alterações posteriores, em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades do Governo Federal, integrantes do Sistema de



Fundação
Nacional
de Saúde



Serviços Gerais – SISG, ou pela Internet, conforme orientações constantes no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: Acesso Livre > SICAF > Acesso Restrito > Fornecedor, onde deverá solicitar uma senha, caso ainda não a possua, podendo, também, encontrar os manuais com orientações para o cadastramento e a listagem de unidades cadastradoras.

3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de sociedades:

- a)** Em processo de recuperação judicial/extrajudicial ou de falência e concordata, insolvência civil, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o pregoeiro exigirá que o licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101/05, sob pena de inabilitação, observado o prazo estabelecido no item 10.4.1. deste Edital.
- b)** Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada por órgão da FUNASA com fundamento no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- c)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (ACÓRDÃO Nº 746/2014-TCU-PLENÁRIO - SIASG - COMUNICA - DATA: 26/05/2014 - MENSAGEM: 080852).
- d)** Impedidas de participar de licitações ou de contratar, quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- e)** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.
- f)** Constituídas com o mesmo objeto e da participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.443/92, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência.

3.3.1 Para a verificação das ocorrências constantes das alíneas “a”, “b”, “d”, “e” e “e” serão obrigatoriamente consultados o Sistema de Cadastramento Unificado e Fornecedores — SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (eis) da Controladoria Geral da União - (CGU), Portal da Transparência e o Portal do CNJ, consulta ao cadastro de pessoas inidôneas no sítio do TCU.

3.3.2. Para participação no presente pregão eletrônico deverá manifestar, campo próprio no sistema eletrônico, que:

- a)** está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos;
- b)** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores;
- c)** que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório (art. 21§ 2º, do Decreto nº 5.450/2005);
- d)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º XXXIII, da Constituição Federal;
- e)** a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- f)** que a empresa não possui em sua cadeia produtivas empregados executando trabalho degradante ou forçado, consoante o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g)** a licitante apta ao exercício do direito de preferência no Decreto nº 7.174/2010 deverá declarar,



Fundação
Nacional
de Saúde



em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos previsto na Legislação.

3.3.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.4 Nos termos do inciso II, do art. 19 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e suas alterações, é vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a FUNASA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.4. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso (art. 3º, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005).

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública virtual, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste instrumento convocatório perante a FUNASA, exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, no(s) endereço(s) abaixo informado(s), cabendo ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (art. 18, *caput* e seu § 1º, do **Decreto nº 5.450/2005**): **cpl@funasa.gov.br**

5.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não o fizer no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (art. 18, § 2º, do **Decreto nº 5.450/2005**).

5.1.3. O Pregoeiro com suporte técnico do setor responsável pela elaboração do Edital prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação.

5.2. As decisões sobre as impugnações de que trata o **subitem 5.1**, bem como os esclarecimentos de que trata o **subitem 5.1**, serão divulgados pelo Pregoeiro a todos os interessados no sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**, no *link*: Acesso Livre > Pregões > Agendados, podendo o licitante, além do acesso livre, visualizar também no menu principal, acesso seguro, no *link*: visualizar impugnação/esclarecimento/aviso.

6. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá apresentar sua proposta contendo o **menor preço GLOBAL** para a execução dos serviços propostos, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto, mediante o preenchimento do “Modelo de Proposta”, em consonância ao Termo de Referência.



Fundação
Nacional
de Saúde



6.2. Incumbirá ao licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos.

6.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Na preparação de sua proposta comercial, o licitante deverá consignar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

6.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

6.8. A proposta deverá ter o prazo mínimo de validade de 60(sessenta) dias consecutivos, contados da data da abertura da sessão pública virtual.

7. DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL

7.1. A participação no Pregão na forma eletrônica dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das Propostas de Preços, contendo o menor preço GLOBAL para execução dos serviços e a síntese do objeto da presente licitação, a partir da data da disponibilização do Edital, até o horário limite do início da sessão pública.

7.2. Por ocasião do envio da proposta, o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a fim de fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

7.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente enviada por meio eletrônico ao sistema (art. 21, § 4º, do **Decreto nº 5.450/2005**).

7.4. Aberta a sessão pública virtual do certame, as propostas de preços serão irretroatáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

7.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a divulgação dos valores das propostas eletrônicas e preparação para início da etapa de lances, sem que sejam identificados os participantes, o que só ocorrerá após o encerramento desta etapa.

7.6. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (art. 15, inciso III, do **Decreto nº 5.450/2005**).

8. DA VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, na forma Eletrônica, com a divulgação dos valores das propostas eletrônicas e preparação



Fundação
Nacional
de Saúde



para o início da etapa de lances, sem que sejam identificados os participantes, o que só ocorrerá após o encerramento desta etapa, de acordo com as normas vigentes (art. 25 do **Decreto nº 5.450/2005**).

8.2. Após a verificação inicial das propostas, na forma do subitem anterior, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (art. 26 do **Decreto nº 5.450/2005**).

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão e as regras de aceitação dos lances estabelecidas neste Edital.

8.4. Os lances deverão ser oferecidos para o menor valor global da proposta, observado o disposto neste Edital.

8.5. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, retornando o Pregoeiro, assim que possível, às suas funções no certame, sem prejuízo dos atos realizados (art. 26, § 10, do **Decreto nº 5.450/2005**).

8.6. A fase de lances será encerrada pelo Pregoeiro, com o encaminhamento pelo sistema eletrônico de aviso de fechamento iminente, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo mencionado sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (art. 26, §§ 6º e 7º, do **Decreto nº 5.450/2005**).

8.7. Não poderá haver desistência da proposta ou dos lances ofertados, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes do item 25 deste Edital.

8.8. O não encaminhamento de lance pelo sistema eletrônico, até o encerramento dessa etapa no sistema, implicará na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas na ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis, será aceita a proposta de **menor preço global**, respeitados os critérios para classificação estabelecidos neste Edital e devendo a proposta estar em conformidade com o contido nos Anexos.

9.2. O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital. (art. 28, § 8º do Decreto nº 5.450/05).

9.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, de acordo com o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, inciso I e § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006);

Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito (art. 45, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006);



Fundação
Nacional
de Saúde



9.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006).

9.5. A classificação das propostas será pelo critério de menor preço GLOBAL.

9.6. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que satisfaça às condições e exigências constantes neste Edital e seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta que:

I - conter vícios ou ilegalidades;

II - não apresentar as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

9.8. Encerrada a etapa de lances e aceita a proposta ou, quando for o caso, após efetuar a negociação e obter preço aceitável para o objeto da licitação, o Pregoeiro anunciará a proposta vencedora.

9.9. A proposta vencedora cujo prazo de validade estiver esgotado poderá ser prorrogada por 60 (sessenta) dias ou prazo superior, desde que haja expressa concordância da empresa.

9.10. Na ocorrência de empate ficto proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

b) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado, automaticamente, sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006).

c) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006).

d) O licitante que tenha ofertado o **menor preço global** deverá enviar, via sistema eletrônico, como anexo, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contados da solicitação do pregoeiro, sua proposta, readequada se for o caso, nos termos do lance vencedor, contendo a Planilha de Custos e Formação de Preços devidamente preenchida. Esta planilha deverá conter todos os preços unitários expressos em reais, sendo o valor global final arredondado para duas casas decimais, de modo que o ajuste seja igual ou inferior ao lance ofertado. Se o licitante descumprir este item terá sua proposta recusada.

f.1) Os licitantes convocados que não enviarem os anexos no prazo estipulado terão suas propostas recusadas.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação no certame, o licitante que teve sua proposta de preços aceita deverá satisfazer os requisitos relativos a:

10.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Cédula de identidade dos representantes legais;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;



Fundação
Nacional
de Saúde



c) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações e outras que assim o exijam, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de registro civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício, caso a licitante se enquadre como sociedade simples; e

10.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.1.2.1. Relativamente à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante deverá apresentar:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal ou distrital, conforme o caso, relativa à sede e domicílio do licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto desta licitação;

c) prova da regularidade para com a Fazenda Nacional;

I - certidão específica, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social e da União, por ela administradas;

d) prova da regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, ou Distrital, de acordo com o disposto no artigo 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93, dentro do prazo de validade;

e) prova da regularidade dos recolhimentos do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a", do artigo 27, da Lei nº 8.036/1990, devidamente atualizado.

f) prova da regularidade trabalhista, por meio de certidão negativa de débitos trabalhistas ou certidão positiva de débitos trabalhistas com efeito de negativa, nos termos da regulamentação do Tribunal Superior do Trabalho.

10.1.3. Qualificação Técnica:

10.1.3.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

- O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

- Os documentos que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Compras governamentais, em prazo idêntico ao estipulado na mencionada condição

10.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

10.1.4.1. A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis;

b.1) São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

I – publicado em Diário Oficial; ou

II – publicado em jornal; ou

III – Por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta comercial da sede ou domicílio do licitante; ou



Fundação
Nacional
de Saúde



IV – Por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

c) A comprovação de boa situação financeira, avaliada automaticamente pelo SICAF, com base na obtenção de Índice de Liquidez Geral (LG) Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) resultante da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) Serão inabilitadas as empresas que não apresentarem:

d.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral - LG, Liquidez Corrente - LC, e Solvência Geral - SG superiores a 1 (um);

d.2) comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

d.3) declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c", observados os seguintes requisitos:

d.3.1) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, relativa ao último exercício social; e

d.2.2) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas;

10.2. A habilitação jurídica e a regularidade fiscal, bem como a qualificação econômico-financeira poderão ser comprovadas mediante regular cadastro no SICAF, na forma do artigo 4º, inciso XIV, da Lei nº 10.520/2002, exceto, para os documentos e informações que não puderem ser visualizados pelo SICAF (demonstrações contábeis).

10.3. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato.



Fundação
Nacional
de Saúde



10.3.1. As empresas que pretenderem se beneficiar do regime previsto na Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, via sistema, nos termos da Instrução Normativa nº 103, de 30 de Abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio.

10.3.2. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5o-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.3.3. Para efeito de comprovação do disposto no subitem anterior, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no presente certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, quando requerido pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 3º, do Decreto 6.204/07.

10.5. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

10.6. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de documentos para cumprimento de exigências deste Edital e seus Anexos.

10.7. O Pregoeiro e a equipe de apoio poderão obter certidões nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras, constituindo-se em meio legal de prova, na forma do disposto no art. 25, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005.

10.8. Os documentos de qualificação técnica, bem como quaisquer outros exigidos para habilitação e que não estejam registrados no SICAF, deverão ser remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasgovernamentais, no prazo definido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas, por meio de mensagem enviada pelo sistema, na fase própria da sessão pública virtual do presente certame.

10.8.1. Os documentos deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia (exceto produzida por fac-símile) autenticada por cartório competente ou por servidor da FUNASA, devidamente identificado com nome, cargo e matrícula, a quem cabe receber a documentação.

10.9. Caso não sejam apresentados quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação no presente certame, nos termos do subitem anterior, ou os documentos estejam com a validade expirada, o licitante será considerado inabilitado, não se admitindo, em hipótese alguma, complementação posterior.

10.9.1. Caso não conste do documento o respectivo prazo de validade, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão, exceto atestados de capacidade técnica.

10.9.2. O disposto neste subitem não se aplica caso o licitante se enquadre nos moldes do subitem 10.4.



Fundação
Nacional
de Saúde



10.10. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

10.11. Se a documentação de habilitação estiver incompleta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado e poderá instruir o processo com vistas à aplicação das penalidades cabíveis.

10.12. Será consultado o Portal do CNJ e Portal da Transparência para verificação de possíveis condenações cíveis por ato de improbidade administrativa impeditivas da participação no certame (art. 97, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 - SIASG-Comunica, Mensagem nº 068025, de 29/08/2011 e Acórdão TCU nº 1793/2011-P - item 9.5.1.5.2).

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos (Acórdão 1990/2008 - Plenário), ou outro superior, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. O recorrente que tiver sua intenção de recorrer deverá apresentar suas razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias (art. 25 do Decreto nº 5.450/2005).

12.1. Havendo recursos, decididos estes e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório (art. 8º, incisos V e VI, e art. 27 do Decreto nº 5.450/05).

11.3. O sistema do Pregão, na forma Eletrônica, disponibilizará campo específico para o registro das razões de recurso e enviará mensagem eletrônica, automaticamente, para os demais licitantes, avisando-os do recurso interposto, ficando estes intimados para, querendo, apresentar contra-razões em igual número de dias, a contar do término do prazo recursal do recorrente (art. 25 do Decreto nº 5.450/2005).

11.4. O encaminhamento do registro de recurso, bem como das contra-razões de recurso, será possível somente por meio eletrônico no Portal Compras Governamentais.

11.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do processo aos licitantes, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e contra-razões, no endereço estabelecido no subitem **25.10** deste Edital.

11.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Não havendo interposição de recursos, o Pregoeiro encerrará a sessão e fará a adjudicação do objeto do certame, pelo sistema eletrônico do Pregão. Posteriormente, o resultado da licitação e o correspondente processo, devidamente instruído e acompanhado do relatório do Pregoeiro, serão submetidos à consideração da autoridade competente para fins de homologação.

13. DAS SANÇÕES

13.1. Com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União, será descredenciado do SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação, sem prejuízo das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, o licitante que:



Fundação
Nacional
de Saúde



- a) não assinar Contrato no prazo definido neste Edital, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não manter a proposta;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fazer declaração falsa; e
- g) cometer fraude fiscal.

13.2. Pela a inexecução total ou parcial do contrato e com fundamento no art. 87 c/c o art. 88, ambos da Lei nº 8.666/1993, a Funasa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades sob o valor do contrato:

- I. advertência;
- II. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- V. A CONTRATADA será punida, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos:
 - a) **Apresentar documentação falsa:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita à multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total previsto no Contrato e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
 - b) **Fraudar na execução do objeto do Contrato:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita a multa pecuniária de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato ou da parcela correspondente, e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
 - c) **Cometer fraude fiscal:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita a multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal, Receita Federal e Secretaria Estadual e Municipal de Fazenda;
 - d) **Comportar-se de modo inidôneo, aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 92, Parágrafo único, e 96, todos da Lei nº 8.666/93:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciado no SICAF e estará sujeito a multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total previsto no Contrato o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;
 - e) **Não apresentar a Garantia Contratual no prazo estabelecido:** A CONTRATADA estará sujeita a aplicação da penalidade de **Advertência**, no caso de fornecimento parcelado ou serviço continuado e multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor total da Garantia, por dia de atraso;



Fundação
Nacional
de Saúde



f) Para fins de penalidades na prestação do serviço de suporte técnico, poderão ser aplicadas multas a serem recolhidas, após o devido processo administrativo, conforme indicado a seguir:

- Correspondente a 0,2% (zero vírgula dois) por cento do valor total do Contrato, por hora de atraso, nos casos em que os chamados não forem resolvidos em até 24 (vinte e quatro) horas corridas e 48 horas corridas no caso de severidade baixa ou substituição de peças ou componentes, contadas a partir do início do atendimento ou do final do prazo máximo de início de atendimento (o que ocorrer primeiro);
- Os valores das multas aplicadas não poderão ser, a cada chamado, superiores a 15% (quinze) por cento do valor total do Contrato, ficando neste caso, caracterizado a inexecução total da obrigação;
- valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito em favor da CONTRATADA, porventura existente junto à FUNASA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será descontada da garantia contratual;
- Esgotados os meios administrativos para a liquidação da importância devida pela CONTRATADA à FUNASA, sem que esta tenha sido feita, o processo correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente;
- Em quaisquer hipóteses de aplicação de sanções, será assegurado à licitante vencedora o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da notificação emitida pela FUNASA;

13.2.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.2.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicados juntamente com a do inciso II, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2.3. A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.2.4. As sanções previstas nos incisos III e IV do Item 13.2 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratas com a Administração vem virtude de atos ilícitos praticados;

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida na Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Funasa ____/____, no prazo de até ____ (____) dias úteis da data da **notificação ou será cobrada judicialmente.**

13.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (artigo 28, parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005).

13.5 As penalidades pela negligência na execução ou descumprimento de cláusulas contratuais estão previstas na minuta do respectivo instrumento, que se constitui no Anexo V deste Edital.



Fundação
Nacional
de Saúde



13.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes atos ilícitos alcançados pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.7. A penalidade prevista neste item sempre será aplicado pelo órgão gerenciador (art. 5º IX, do Decreto nº 7.892/2013).

14. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

14.1. A FUNASA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital.

15.2. Concluído o procedimento licitatório, será o licitante vencedor notificado, por escrito, para assinatura do termo de Contrato, do qual farão parte integrante, ainda que não transcritas total ou parcialmente no referido instrumento, as condições estabelecidas neste Edital, a proposta da empresa vencedora e todos os elementos técnicos que serviram de base à licitação.

15.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela FUNASA.

15.4. A assinatura do Contrato ficará vinculada à manutenção das condições da habilitação, à plena regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora e à inexistência de registro perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF que caracterize impedimento à contratação com a FUNASA, sendo aplicáveis as penalidades definidas no subitem 13.1, em caso de descumprimento.

15.5. Por determinação da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, artigo 6º, inciso III, antes da celebração do Contrato a FUNASA fará consulta prévia obrigatória ao CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais.

15.6. A consulta ao SICAF e ao CADIN, para verificar a regularidade prevista nos itens 15.4 e 15.5 deste Edital, será feita "on line", por servidor devidamente credenciado, que deverá imprimir esses documentos e anexá-los aos autos do processo de contratação.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O prazo de vigência dos Contratos será de 12 (doze) meses, contados a partir da Assinatura do Contrato, conforme cronograma estabelecido na tabela do item 19.26.5, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite de 60 (sessenta) meses.

16.2. A prorrogação da vigência do Contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.



Fundação
Nacional
de Saúde



17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, em conformidade com o disposto no § 1º, artigo 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, a licitante vencedora prestará, no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura do Contrato, garantia equivalente a 5 % do valor total do Contrato;

17.2. A garantia será liberada ou restituída após a execução do Contrato, desde que o ajuste seja cumprido integralmente pela licitante vencedora;

17.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a licitante vencedora obriga-se a promover a respectiva reposição do valor ou da parcela utilizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pela FUNASA.

17.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

17.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

17.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

17.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Recebimento Provisório declarará formalmente a Contratada que os serviços foram prestados ou os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades de qualidade, baseadas nos critérios de aceitação definidos em contrato.

18.2. Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 04 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 11/09/2014, que os serviços e/ou bens integrantes da OS/OFB acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O faturamento das Ordens de Serviço executadas será mensal, mediante apresentação da prévia-da-fatura, já descontadas as glosas e multas aplicadas em função do não atendimento aos resultados esperados e Nível Mínimo de Serviço exigido para a execução das Tarefas, desde que anexados os documentos e relatórios comprobatórios dos motivos da aplicação das glosas e multas.

19.2. Serão faturadas somente as Ordens de Serviço efetivamente concluídas com os respectivos quantitativos e Nível Mínimo de Serviço exigido, atestadas e aceitas pelo demandante.

19.3. O Gestor do Contrato deverá avaliar as informações da prévia-da-fatura em até 7 (sete) dias úteis. Caso a mesma esteja em conformidade com os serviços prestados no mês de referência,



Fundação
Nacional
de Saúde



o Fiscal irá autorizar a emissão da Nota Fiscal/Fatura, do contrário, caberá ao Fiscal devolve-la à CONTRATADA para o devido ajuste.

19.4. A CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura até três dias úteis após o recebimento definitivo realizado pelo Fiscal do Contrato.

19.5. A CONTRATADA deverá apresentar na Nota Fiscal/Fatura, o faturamento detalhado correspondente aos serviços prestados, vinculando a ela a referência da Nota de Empenho que deu suporte às despesas.

19.6. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA será atestada pelo Fiscal do Contrato em até 3 (três) dias úteis e encaminhadas para a área administrativa efetuar o pagamento, acompanhada do Relatório Mensal do Serviço, da documentação comprobatória das glosas ou de sua anulação, todos aprovados e assinados pelo Preposto e pelo Fiscal do Contrato e demais documentos de regularidade fiscal, todos anexados ao processo;

19.7. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema ocorrido. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento se iniciará após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Funasa;

19.8. A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA junto ao SICAF, mediante consulta efetuada por meio eletrônico, devendo o resultado desta consulta ser impresso e anexado aos autos do processo;

19.9. Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério da CONTRATANTE, prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o contrato, com a aplicação das sanções cabíveis.

19.20. A nota fiscal deve ter o mesmo CNPJ constante da proposta de preços e para o qual foi emitida a Nota de Empenho e assinado o contrato;

19.21. O pagamento será creditado em favor da empresa contratada, por meio de ordem bancária, via SIAFI, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

19.22. A devolução da documentação de cobrança não aprovada pela FUNASA não servirá de motivo para que a empresa contratada suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados;

19.23. A FUNASA, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura de Prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Emissão da nota fiscal/fatura em desacordo com o total aprovado para pagamento;
- b) Execução parcial ou defeituosa dos serviços;
- c) Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;

19.24. Para o pagamento, será realizada consulta para verificação da situação da contratada, relativamente às condições de habilitação exigidas na licitação, na forma do art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

19.25. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira.

20. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA



Fundação
Nacional
de Saúde



20.1. Os critérios referentes à compensação financeira estão previstos no Termo de Referência.

21. DO REAJUSTE

21.1. O reajuste do Contrato poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data prevista para apresentação da proposta ou orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto no inc. XI do art. 40 e inc. III do art. 55 da Lei n.º 8.666/93, em observância ao que preceitua o art. 3º da Lei n.º 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

21.2. O reajuste será precedido da verificação acumulada do índice estabelecido, devendo ser observada a adequação ao preço médio de mercado.

21.3. Serão também consideradas, para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro, as hipóteses e termos previstos no § 5º, Art. 65 da Lei nº 8.666 de 12 de junho de 1993.

21.4. Os preços inicialmente contratados deverão ser reajustados um ano após a data limite para apresentação das propostas, aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ})$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

Iº = Índice relativo ao mês da proposta.

21.5 Os reajustes subsequentes ao primeiro, serão efetuados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.7. O reajustamento deve ser precedido de solicitação da CONTRATADA, em que apresentará os cálculos correlatos, sob pena de, por ocasião da prorrogação, haver preclusão.

21.8. O reajustamento será formalizado por meio de apostilamento, salvo quando coincidir com a prorrogação contratual, quando será formalizado por meio de Termo Aditivo ao contrato vigente.

22. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1. As regras referentes ao acompanhamento e à fiscalização dos serviços constam do Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os critérios de Sustentabilidade estão no Termo de Referência.

24. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

24.1. Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no artigo 11 do Decreto nº 5.450/2005.

24.2. Ao Diretor do DEADM cabe:

- a) adjudicar o objeto deste Pregão ao licitante vencedor, se houver interposição de recurso;
- b) homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;
- c) anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato



Fundação
Nacional
de Saúde



escrito e fundamentado; e

24.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A participação na presente licitação implica na concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

25.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

25.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando estiver explicitamente disposto em contrário.

25.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a exata compreensão de sua proposta e a perfeita aferição de sua qualificação.

25.5. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

25.6. Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

25.7. Em razão de eventuais alterações estruturais na FUNASA, poderá haver modificações nos locais de execução dos serviços ou entrega do objeto deste Edital, caso em que a empresa CONTRATADA será notificada a promover as mudanças necessárias.

25.8. É vedado à empresa CONTRATADA caucionar ou utilizar o Contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da FUNASA.

25.9. No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, a FUNASA deverá ser comunicada por escrito sobre estas mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos à execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições estabelecidas no Contrato original.

25.10. Para obtenção de cópia do Edital e seus Anexos, os interessados deverão, munidos de "pen drive", comparecer a Comissão Permanente de Licitação/CPL/FUNASA/Presidência situada no SAS, Quadra 04 - Bloco N, 4º andar - Ala Sul - Brasília/DF, nos dias úteis, de 8h30 às 17h30. O Edital poderá também ser obtido pela Internet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br ou, ainda, solicitado por meio de mensagem eletrônica para cpl@funasa.gov.br.

25.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base na legislação que rege o presente certame, mencionada no preâmbulo deste Edital.

25.12. Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro Contrato, que não puderem ser solucionadas administrativamente, será competente o Foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25.13. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Atividades de Execução Continuada

Anexo III – Ambiente Tecnológico

Anexo IV – Catálogo de Serviços

Anexo V – Nível Mínimo de Serviço



Fundação
Nacional
de Saúde



Anexo VI – Termo de Ciência

Anexo VII – Termo de Confidencialidade

Anexo VIII – Declaração de Concordância com os Termos do Edital

Anexo IX – Modelo de Ordem de Serviço

Anexo X – Planilha de Formação de Preços

Anexo XI – Requisitos Mínimos das Competências

Anexo XII – Plano de Fiscalização

Anexo XIII – Minuta do Contrato.

Brasília-DF, 04 de outubro de 2017

Carmen Lúcia Bairros dos Santos
Pregoeira Oficial/FUNASA/Presidência



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento, operação e suporte a infraestrutura de redes para atender a FUNASA, de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos nesse termo de referência e seus anexos.

2. OBJETIVO

A presente contratação deverá prover a Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação da FUNASA de meios de cumprir com sua obrigação institucional de prover serviços de tecnologia da informação com qualidade, zelando pela disponibilidade e segurança dos serviços e informações trafegadas na rede da instituição. O presente documento tem como objetivo precípuo manter íntegra, operante e segura a infraestrutura utilizada para provimento dos serviços de tecnologia da informação da FUNASA.

Como esta contratação está fortemente baseada em cumprimento de Nível Mínimo de Serviço – NMS, pretende-se aumentar o nível de disponibilidade dos serviços de tecnologia da informação oferecidos por meio da mensuração de indicadores pré-estabelecidos.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessidade de Negócio

A contratação deste serviço está alinhada com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016 - 2019 da FUNASA.

META	Id	AÇÃO
Manter os serviços especializados de informática	A 5 1	Contratar/Manter serviços especializados em Administração de Rede

A definição dos requisitos tem como objetivo fornecer informações que possibilitem a descrição de um conjunto de especificações necessárias para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Tecnologia da Informação, pelo período de 12 meses podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, assegurando o pleno funcionamento dos ativos de TI e sistemas de informação da FUNASA, buscando satisfatórios índices de disponibilidade, qualidade, desempenho, segurança e confiabilidade.

3.2 Justificativa

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), órgão executivo do Ministério da Saúde, tem como missão, promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental, por isso vem trabalhando no aprimoramento das políticas, diretrizes e instrumentos de apoio à gestão. Nesse contexto, a tecnologia da informação é estratégica e imprescindível para a consolidação de um sistema de informação, para resolubilidade das ações e serviços de saneamento e saúde ambiental em todo o território nacional.

A fim de alcançar sua missão, firmada em “Promover a saúde pública e inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental”. Para alcançar sua missão, a Funasa conta atualmente com



Fundação
Nacional
de Saúde



mais de 3.000 (três mil) servidores públicos em unidades descentralizadas em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal.

Em virtude do pequeno quadro de servidores capacitados na área de TI, faz-se necessária a contratação de serviços especializados de monitoramento, operação e suporte a infraestrutura de redes, sendo que o contrato atual está finalizando a vigência em março de 2017.

Atualmente um dos grandes desafios da Funasa, é estruturar adequadamente informações para os objetivos da Instituição e também atender à crescente demanda dos usuários por novos serviços e produtos. Considerando que as necessidades são crescentes e os recursos limitados, a gestão das atividades precisa ser constante para garantir os resultados esperados.

Como estratégia de operação a proposição é de constituir as equipes altamente especializadas na manutenção e aprimoramento da infraestrutura de TI. Contar com equipes especialistas para estes serviços representa vantagens tanto para o usuário quanto para a equipe de TI. Para o usuário, maior agilidade e qualidade nos serviços, para a equipe de TI maior eficiência, tendo em vista que os técnicos especialistas estarão inteiramente dedicados a resolução de problemas e a evolução do ambiente.

Mediante a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04 de 11 de setembro de 2014 a Funasa prevê novas melhorias para os serviços de tecnologia de informação, executando nova contratação para o referido serviço e possibilitando o progresso das atividades de TI, sendo principalmente:

- Gestão de Serviços de Infraestrutura;
- Gestão da Sustentação e Operação de Rede;
- Gestão de Suporte de Rede;
- Disponibilizar novos serviços de rede à Funasa.

Os serviços serão demandados considerando-se o tempo necessário para sua execução, além de exigir da CONTRATADA o produto na qualidade, prazo e forma previamente pactuados, promovendo assim o princípio da economicidade na Administração Pública.

O processo de contratação proposto atenta às recomendações legais e normatizadoras para entidades públicas, proporcionando ampla disputa licitatória. Será considerada a totalidade dos serviços existentes e planejamento daqueles que serão necessários, estabelecendo os requisitos que caracterizam soluções consistentes para o alcance dos objetivos motivadores da contratação, permitindo, de forma clara e objetiva, obter os resultados e benefícios para a FUNASA, sem engessamento dos processos inovadores e evolutivos em tecnologia da informação.

3.3 Benefícios Esperados

Com a presente contratação são esperados os seguintes benefícios:

- Administração de servidores de rede, controle e filtro de e-mails, contas de usuários, execução de scripts, firewall, proxy, antivírus;
- Manutenção e controle dos ativos de rede;
- Administração de backup dos servidores de rede;
- Administração de rede sem fio e links de internet;
- Fornecimento de infraestrutura para disponibilização do ambiente de homologação e produção dos sistemas em uso na Funasa;
- Administração do storage central e os equipamentos remotos;
- Monitoramento do ambiente seguro (sala cofre);
- Monitoramento do nobreak;
- Atendimento de 3º nível aos usuários da rede Funasa;
- Suporte às necessidades técnicas de infraestrutura de redes da Funasa;
- Aderência às diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.



Fundação
Nacional
de Saúde



Resumindo, a contratação proposta é viável para a organização, por atender os principais quesitos da contratação e com base nos seguintes princípios:

- a) **Eficácia** - As ordens de serviços preveem o prazo para execução, tanto para as de conceitos rotineiros ou demanda, baseando em resultados e níveis de qualidade definidos;
- b) **Eficiência** - Os prazos previstos serão definidos de acordo com a experiência do corpo técnico e a necessidade da organização, sendo factíveis e realizáveis se a contratada estiver provida de recursos profissionais especializados, capacitados e experientes na execução das atribuições demandadas. Como requisitos para obtenção desse objetivo, para tarefas que atendam a serviços considerados críticos pela FUNASA, serão exigidas Certificações específicas que comprovem o conhecimento dos recursos envolvidos. Isso proporcionará o custo real e de acordo com o resultado de cada tarefa;
- c) **Economicidade** - A definição dos resultados, vinculados aos níveis de serviços exigidos para cada produto demandado, proporcionará a FUNASA resultado efetivo por custos justos, já que a especificação prévia da maioria das tarefas em fase licitatória dará às concorrentes igualdades de condições para provisionar o custo real da contratação;
- d) **Isonomia** - A definição prévia da totalidade dos serviços previstos proporcionará a todos os concorrentes conhecimentos prévios dos serviços exigidos, dando visibilidade ao processo e permitindo a livre concorrência de mercado;
- e) **Padronização** - Os modelos de demandas e os resultados exigidos apoiados em documentações técnicas, registros, processos de trabalho e procedimentos de execução proporcionam um padrão de produtividade, independentemente dos adotados para efetivação de melhores práticas. Quando um ou mais destes padrões de governança forem adotados, bastará o reajustamento dos modelos utilizados para adequação às novas exigências, mantendo o conhecimento do negócio e as metodologias de produção a cargo da FUNASA;
- f) **Parcelamento** - A contratação prevê como ganhadora a concorrente que fornecer **menor preço global**, uma vez que não é recomendável a contratação por lotes devido à natureza indivisível do objeto. Além de não compensar financeiramente, pode gerar risco de prejuízo para o conjunto, e principalmente comprometer a eficiência dos serviços e o tempestivo atendimento das necessidades prioritárias da FUNASA. É importante conceituar que o pagamento será efetuado somente com a entrega de cada produto/serviços, que deverá ser contabilizada para cada tarefa. Portanto, a execução será parcelada em unidades de serviços devidamente justificados e mensurados pela equipe técnica interna;
- g) **Quantitativo** - A formulação do quantitativo prevê a execução nos próximos 12 meses, já que os custos das atividades realizáveis em ambientes de infraestrutura encontram-se estimados. Os valores estimados foram fixados com base na técnica, experiência interna e capacitação histórica da equipe da FUNASA;
- h) **Caracterização** - O modelo de prestação de serviços prevê que a contratada seja integralmente responsável pela gestão de seu pessoal em todos os aspectos, sendo vedado à equipe da FUNASA, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência ou influência sobre a administração da mesma, ou comando direto sobre seus empregados, fixando toda negociação na pessoa do preposto da CONTRATADA ou seu substituto;
- i) **Produtividade** - Baseada unidade de serviço por tempo em série com prazos para entrega, apoiada em padronização documentada de serviços, modelos de melhores práticas para a área de TI e condicionando o pagamento aos resultados obtidos para cada unidade demandada.



Fundação
Nacional
de Saúde



3.4 Bens e Serviços que compõem a solução escolhida

3.4.1. Segue abaixo a descrição do objeto a ser contratado, assim como a quantidade máxima a ser registrada para os itens:

Item	Descrição dos Serviços	MÉTRICA	QTD. TOTAL
1	Prestação de serviços de atividades de execução continuada referente a monitoramento, operação e suporte ao ambiente de infraestrutura de redes da Funasa	Meses	12
2	Prestação de serviços relativos a tarefas operacionais demandadas pela Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação – CGMTI.	UST	49.553,80

3.4.2. A presente contratação está baseada na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04 de 11 de setembro de 2014 e as estimativas previstas foram embasadas nos serviços prestados atualmente através do contrato 40/2012.

3.4.3. Em função da complexidade das atividades existentes nas tarefas previstas e também na criticidade de uso do serviço em relação ao funcionamento da mesma com a finalidade principal da Entidade, foram definidos cinco níveis de complexidade: Baixa, Intermediária, Mediana, Alta e Altíssima.

3.4.4. O quadro abaixo define a complexidade de cada atividade e a quantidade de USTs equivalente para o item 2.

Complexidade da Atividade	Sigla	Definição das Atividades	Equivalência UST
Baixa	B	Atividades de monitoração de ambiente por meio de ferramentas configuradas, devendo acionar o plano de comunicação em caso de falhas; serviços de transporte de mídias, controle de acesso, impressão, alimentação de sistemas; registro em livros apropriados das inconsistências e correções efetuadas; abertura e fechamento de chamados de suporte a equipamentos.	1 UST
Intermediária	I	Atividades operacionais diversas; cadastro de usuários; ativação de pontos; alimentação de sistemas técnicos; documentação de rotinas técnico-operacionais; execução de scripts; operação de ferramentas e sistemas de controle de backup, de ambiente, de documentação e de relatórios de falhas; atualização de sistemas e aplicações.	1,5 UST
Mediana	M	Serviços técnicos com baixo grau de análise; criação de políticas operacionais;	3,5 UST



Fundação
Nacional
de Saúde



		ajuste de documentações; elaboração de scripts; procedimentos de monitoração; leitura de relatórios e isolamento das falhas; atividades proativas para manutenção da disponibilidade; cadastro de serviços e correções que necessitam o uso de senhas fortes; estudos e implementações de melhorias nos procedimentos operacionais e de monitoramento para processos proativos e reativos; instalação e configuração de equipamentos e softwares básicos; correções de falhas de serviços.	
Alta	A	Implementação de novos serviços; criação de procedimentos e instruções de controle; estudo de viabilidade e desempenho; definição e melhoria de processos e serviços; aperfeiçoamento dos critérios de disponibilidade; intervenções corretivas e preventivas nos serviços para melhoria ou correção de falhas no ambiente; adequação e substituição de ferramentas para administração e gerência de serviços; realinhamento de atividades e serviços para modelos de práticas adotadas; manutenção e suporte a softwares, equipamentos e ferramentas críticas; criação de políticas de instalação, correção, acompanhamento e automatização de atividades.	6 UST
Altíssima	AL	Atividades que requeiram conhecimento especialista e que não se enquadrem no item anterior por não ser considerada rotineira; modelagem de processos de trabalho; análise de ambiente para mudanças de execução e outras que requeiram recursos de consultoria; auditoria para soluções específicas e diversas do rotineiro;	10 UST

Tabela 1 – Equivalência da Complexidade de Atividades em USTs

3.4.5. O modelo de prestação de serviços será do tipo por linha de produção, devendo estar as demandas e serviços previstos nas Tarefas, conforme ANEXO II – Atividades de Execução Continuada e ANEXO IV – Catálogo de Serviços, que especificam as atividades a serem executadas pela CONTRATADA, seguindo os processos, padrões e procedimentos descritos na Base de Conhecimento da Funasa.

3.4.6. Abaixo quadro com a definição dos tipos de tarefa a serem desenvolvidas:

Tipo	Descrição
Rotineira	Tarefas de periodicidade previamente definida para execução.



Demanda	Tarefas de execução de serviços que, mesmo tendo características similares às rotineiras, não possuem periodicidade de execução preestabelecida, sendo dependente de solicitações das equipes ou de demandas de correções e atualizações tecnológicas.
---------	--

Tabela 2 – Definição dos tipos de tarefa

3.4.7. A fim de uniformizar o entendimento sobre os termos utilizados, seguem algumas definições:

a) Tarefas– são os processos, contemplando as definições das entregas a serem feitas, dos resultados esperados, dos níveis de qualidade exigidos e das condições de glosa para o caso de não atendimento. Para sua execução, deve haver previamente a solicitação por meio do preenchimento de uma Ordem de Serviço - OS, na qual será identificado o demandante que também avaliará a sua conclusão;

b) Atividades de Execução Continuada ou Rotineiras – atividades que tem periodicidade definida para execução;

c) Demandas – atividades previstas para serem realizadas, mas que dependem de emissão de Ordem de Serviço específica;

d) Atividades– são as etapas de trabalho que conduzem à execução das tarefas. São avaliadas em função do seu nível de complexidade e do seu esforço médio (tempo) para execução. Devem ser executadas de acordo com critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pela FUNASA;

e) Indicadores– servem para avaliar resultados/qualidade e suas respectivas metas. Foram definidos de acordo com a natureza e as características de cada serviço e expressos em unidade de medida, como por exemplo: percentuais, tempo medido em horas e/ou minutos, números que expressam quantidades físicas, dias úteis e dias corridos.

3.4.8. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviço será mensal, devendo a CONTRATADA elaborar relatório gerencial de serviços. Devem constar desse relatório, entre outras informações, os indicadores/metras de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão definidos pelas partes.

3.4.9. Os primeiros 90 (noventa) dias após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização, onde os resultados esperados e os níveis de qualidade exigidos poderão ser implementados gradualmente, de modo a permitir à CONTRATADA realizar a adequação progressiva de seus serviços e alcançar, ao término desse período, o desempenho requerido. Esta flexibilização, porém, será restrita aos limites destacados abaixo:

a) Para o 1º (primeiro) mês de execução: atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos resultados esperados/níveis de qualidade exigidos. Quanto aos prazos estabelecidos, os mesmos poderão ser dilatados em até 30% (trinta por cento);

b) Para o 2º (segundo) mês de execução: atingir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos resultados esperados/níveis de qualidade exigido. Quanto aos prazos estabelecidos, os mesmos poderão ser dilatados em até 20% (vinte por cento);

c) Para o 3º (terceiro) mês de execução: atingir, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos resultados esperados/níveis de qualidade exigido. Quanto aos prazos estabelecidos, os mesmos poderão ser dilatados em até 10% (trinta por cento);

d) A partir do 4º (quarto) mês de execução: a CONTRATADA deverá atingir 100% (cem por cento) dos resultados esperados/níveis de qualidade exigido. Quanto aos prazos estabelecidos, os mesmos não serão dilatados;



Fundação
Nacional
de Saúde



e) O não atingimento dos limites estabelecidos nos primeiros 90 dias iniciais ensejarão a aplicação das penalidades previstas no contrato.

3.4.10. Caso haja prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de estabilização.

3.4.11. A qualquer tempo, no decorrer da vigência do contrato, os indicadores e respectivas metas de qualidade de serviços poderão ser revistos, com anuência das partes, mediante evidências de sua impropriedade ou inadequação.

3.4.12. Após o período de estabilização, a CONTRATADA poderá realizar os ajustes que julgar pertinentes no quantitativo das equipes, devendo, especialmente no caso de redução do quadro, apresentar à FUNASA justificativa que embase a iniciativa.

3.4.13. Para a execução das atividades, a CONTRATADA seguirá os procedimentos/scripts (documentação técnica) adotados pela CGMTI. Caso não estejam disponíveis na sua base de conhecimento oficial ou estejam desatualizados, caberá à CONTRATADA coletar as informações mais atuais e inseri-las/atualizá-las segundo os padrões de fichamento adotados e submetendo à CGMTI para aprovação.

3.4.14. O presente modelo viabilizará a contratação de serviços técnicos especializados de TI e não impede que, após análises futuras, as tarefas sejam modificadas, excluídas ou inseridas, sempre por iniciativa da FUNASA, podendo também a CONTRATADA propor alterações as tarefas, desde que devidamente justificadas.

3.4.15. A inclusão de novas tarefas deverá ser, sempre que a FUNASA avaliar necessária, integrada ao Quadro de Tarefas e em seu respectivo detalhamento. A inclusão de novas tarefas deve obedecer ao mesmo formato de preenchimento das tarefas iniciais, com a definição do nome da tarefa, classificação, desmembramento das atividades, estimativas de esforço, complexidade e consumo anual, definição de resultados esperados e níveis de qualidade exigidos, condições de glosa, pressupostos e restrições. Deve ser colhida também a anuência do preposto da CONTRATADA e a aprovação do fiscal do contrato.

3.4.16. Alterações em tarefas devem ser integradas aos documentos citados no item anterior, assim como a anuência do preposto da CONTRATADA e a aprovação do fiscal do contrato.

3.4.17. A expectativa de consumo contratada tem cunho global para cada item do objeto, podendo ser remanejada entre as tarefas do mesmo item do objeto, quando houver necessidade da FUNASA, desde que a estimativa de consumo não supere o valor total do contrato;

3.4.18. Os serviços serão demandados por meio da emissão de Ordem de Serviços no *layout* definido no ANEXO IX – Modelo de Ordem de Serviço, contendo todas as informações necessárias para a entrega e avaliação dos produtos/serviços contendo, no mínimo:

a) identificação da OS com número único e sequencial, data de abertura, alterações e conclusão, usuário responsável pela criação, alterações e conclusão;

b) a identificação da tarefa, sua definição, especificação dos serviços a serem executados, assunto identificado na base de conhecimento, descrições do demandante;

c) identificação dos responsáveis pela solicitação, autorização e aprovação dos serviços a serem realizados;

d) outros pressupostos e restrições de acordo com as especificidades da tarefa.

3.4.19. A CONTRATADA não poderá se negar ou deixar de executar nenhuma tarefa demandada que esteja prevista no Quadro de Tarefas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

3.4.20. Nos casos excepcionais em que a CONTRATADA não consiga executar a Ordem de Serviço, de acordo com condições demandadas, seja por motivos de dependência de outra ação da FUNASA ou por motivos de força maior, deverá a CONTRATADA comunicar ao Fiscal do



Fundação
Nacional
de Saúde



Contrato por escrito e com antecedência mínima de 2 dias úteis, justificando os fatos e motivos que impedirão o atendimento da demanda. O Fiscal deverá analisar o documento e emitir parecer com a aceitação ou não da justificativa ou até mesmo com a proposta de solução do impedimento. Para execução de Ordens de Serviço de novas implantações, migrações e afins, que envolvam um grande volume de serviço num curto espaço de tempo, em que for necessária a readequação dos recursos técnicos da CONTRATADA, será definido o início de execução da primeira Ordem para um prazo não inferior a 30 (trinta) dias, possibilitando, a mesma, tempo para readaptar seu quadro técnico.

3.4.21. A CONTRATADA deverá considerar em seus custos todos os recursos necessários ao completo atendimento aos objetos, tais como despesas com pessoal (salários, férias, encargos, benefícios, seleção, treinamento de pessoal, outras), licenças de uso de software, equipamentos, instalações físicas, mobiliários, uso de sistemas, base de conhecimento, deslocamentos (diárias, passagens e outros) em função de substituições aos técnicos titulares por motivos de faltas (justificadas ou não), de modo a garantir os níveis de serviço definidos.

3.4.22. As instalações físicas, mobiliários, licenças e uso de software e equipamentos para uso da CONTRATADA serão fornecidos pela FUNASA, exceto no que refere ao Sistema de Gestão de Atendimento.

3.5 Requisitos Tecnológicos e Demais Requisitos

3.5.1 Requisitos Legais

A aquisição objeto deste Termo tem amparo legal nos seguintes dispositivos legais:

3.5.1.1. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

3.5.1.2. Lei nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

3.5.1.3. Lei de Software nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no País.

3.5.1.4. Decreto nº 5.450/2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

3.5.1.5. Decreto nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

3.5.1.6. Decreto nº 7.845/2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

3.5.1.7. Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.5.1.8. Portaria 20/2016 MPOG - Dispõe sobre orientações para contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

3.5.1.9. Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 11 de setembro de 2014 - Dispõe sobre o processo de contratação de serviços de tecnologia da informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.



Fundação
Nacional
de Saúde



3.5.1.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 07, de 29 de agosto de 2014 – Altera a Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, que regulamenta os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços.

3.5.1.11. Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública federal, e dá outras providências.

3.5.1.12. Norma Complementar nº 03, de 03 de Julho de 2009 – Diretrizes para a Elaboração de Política de Segurança da Informação e Comunicações nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal;

3.5.1.13. Instrução Normativa SLTI nº 02/2008 – Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não;

3.5.1.14. Acórdão 2.471/2008 – Plenário – Descreve sobre Terceirização em Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal;

3.5.1.15. Acórdão nº 1.558/2003 – TCU – 2ª Câmara – Orienta, quando da “contratação de serviços técnicos de informática (gerência estratégica, desenvolvimento de software, gerenciamento de dados, administração de rede, suporte a usuários, manutenção de hardware, operação de microcomputadores e digitação), no sentido de que o processo de contratação especifique, licite e contrate separadamente os referidos serviços, utilizando-se o parcelamento ou a adjudicação por itens como forma de obtenção do melhor preço entre os licitantes, conforme preceituado no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93”;

3.5.1.16. Acórdão 916/2015 – TCU – Plenário – Descreve sobre a utilização de métricas semelhantes a Unidade de Serviço Técnico (UST) a qual mostra-se inadequada para remuneração de serviços que não geram resultados ou produtos aferíveis pelo ente público contratante.

3.5.2 Requisitos Internos Funcionais

3.5.2.1. Os técnicos e prepostos alocados pela CONTRATADA deverão ter conhecimento e capacitação técnica para prestar os serviços que poderão ser demandados a qualquer tempo por meio das Ordens de Serviço, de acordo com o Catálogo de Serviços - ANEXO IV e Atividades de Execução Continuada – ANEXO II.

3.5.2.2. A contratação se refere ao 3º nível de atendimento aos usuários com manutenção, operação e suporte da infraestrutura de redes. Devido a criticidade dos serviços a serem prestados, os técnicos deverão estar alocados em local definido pela CONTRATANTE.

3.5.2.3. O perfil profissional dos recursos alocados pela CONTRATADA deverá respeitar os Requisitos Mínimos das Competências ANEXO – XI, devendo as informações atualizadas serem formalmente repassadas aos responsáveis da FUNASA sempre que houver substituições e/ou inclusão de novos técnicos.

3.5.2.4. A CONTRATADA deve substituir o recurso técnico no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quando o fiscal requisitante e/ou técnico verificarem a falta de qualificação técnica compatível e/ou suficiente com a execução dos serviços demandados.

3.5.2.5. A CONTRATADA deve executar, durante o período de vigência do contrato, o monitoramento e/ou operação e/ou suporte de parte da área de TI da FUNASA, de acordo com scripts (documentação técnica), envolvendo:

a) Monitoramento e acompanhamento dos sistemas em produção, de ativos de rede LAN e WAN, de ferramentas de segurança, de banco de dados, de gerenciamento de impressão, de gestão de backups, de console antivírus, entre outros.

b) Execução dos procedimentos descritos na documentação, em conformidade com as boas práticas de mercado, e participação do processo de melhoria contínua dos procedimentos.



Fundação
Nacional
de Saúde



c) Análise de “logs” e registros dos equipamentos, ferramentas e softwares corporativos, com anotações em livros e ferramentas apropriadas, com posterior geração de relatórios.

d) Implantação, manutenção e disponibilização de documentação técnica dos processos e procedimentos de serviços técnicos realizados.

e) Registro em livro ou aplicação específica todas as ocorrências de falhas e intervenções a que cada serviço for submetido.

f) Geração de relatórios de ocorrências para todas as falhas de serviços classificados pela FUNASA como críticos, com informações de causa e efeito, providências e correções aplicadas.

3.5.2.6. Garantir a execução dos serviços sem interrupção, substituindo imediatamente, sem ônus para a contratante, qualquer técnico que tenha faltado ao serviço com ou sem justificativa, ou que estejam em gozo de férias, auxílio doença, auxílio maternidade ou qualquer outro benefício legal.

3.5.3. Requisitos Não Funcionais

3.5.3.1. A CONTRATADA deverá atender às definições, premissas técnicas e recomendações da FUNASA para execução dos procedimentos demandados pelas Ordens de Serviço, observando, além das definições recomendadas nas Tarefas, as seguintes:

a) Executar todos os serviços demandados pela FUNASA dentro do prazo pactuado e especificado nas tarefas, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos.

b) Efetuar a transferência de conhecimento, para a equipe técnica da FUNASA, de todos os novos procedimentos e/ou serviços implantados ou modificados, mediante documentação técnica em repositório adotado pela FUNASA para esse fim.

3.5.3.2. Apoiar a equipe técnica da FUNASA na execução dos serviços de administração de rotinas, implantação documentada de recursos e procedimentos, controle, operação e monitoração de redes para os serviços inerentes a:

a) Elaboração de procedimentos, programação e controle de atividades operacionais;

b) Análise, suporte e acompanhamento da produção de sistemas operacionais e de suporte, visando o cumprimento de prazos de entregas dos produtos finais (relatórios, arquivos, atualizações, publicações, entre outros);

c) Padronização, mensuração e avaliação dos indicadores de nível de serviço da rede.

3.5.3.3. Apoiar e submeter à aprovação da FUNASA:

a) Propostas de resolução de problemas existentes, aperfeiçoamento dos serviços ou introdução de novas funcionalidades.

b) Procedimentos para tarefas que não possuam rotinas e processos previamente registrados e que careçam de formalização.

c) Análises, orientações, desenvolvimento de métodos e técnicas visando ganhos de produtividade por meio de racionalização, padronização, avaliação e recomendação de soluções tecnológicas.

3.5.3.4. Uma vez aprovadas as modificações constantes nas alíneas acima, as mesmas deverão ser operacionalizadas pela CONTRATADA, bem como deverão compor o rol de procedimentos já existentes.

3.5.3.5. Apresentar relatório periódico das atividades realizadas pela CONTRATADA demonstrando os resultados promovidos pelos serviços executados e o esforço dispendido para atendimento. Relatórios pontuais, a critério da FUNASA, também deverão ser providos pela CONTRATADA.

3.5.3.6. Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do ambiente em produção, exceto as previamente autorizadas pela equipe da FUNASA. Do mesmo modo, deverão ser observadas as rotinas internas da Organização, cujo andamento não deverá ser prejudicado em razão das atividades acima mencionadas.



Fundação
Nacional
de Saúde



3.5.3.7. Testar todos os serviços depois de concluídos, ficando sua aceitação final dependente do desempenho apresentado.

3.5.3.8. Acompanhar diariamente a qualidade e os níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções.

3.5.3.9. Elaborar relatórios gerenciais de serviços, apresentando-os à FUNASA, constando, dentre outras informações, os indicadores e metas de níveis de serviço definidos e alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para as próximas demandas e demais informações relevantes, tais como estatísticas de disponibilidade dos serviços, de uso da banda de acesso internet, de infecção por vírus e erros operacionais e de manutenções corretivas.

3.5.4. Requisitos de Capacitação

3.5.4.1. Os técnicos e prepostos alocados pela CONTRATADA deverão ter conhecimento e capacitação técnica para prestar os serviços que poderão ser demandados a qualquer tempo por meio de Ordens de Serviço, de acordo com o detalhamento constante neste documento.

3.5.4.2. Cabe à CONTRATADA manter, atualizar e prover as capacitações necessárias ao seu corpo técnico, sem quaisquer ônus à FUNASA, com o objetivo de manter a qualidade e eficiência no atendimento as demandas da FUNASA.

3.5.5. Requisitos Temporais

3.5.5.1. CONTRATADA deverá observar para o início da prestação dos serviços o cronograma de Inserção abaixo, onde serão repassadas informações, conhecimentos e disponibilização da infraestrutura necessária ao início da execução dos serviços:

Etapas	Atividade	Responsável	Prazo Máximo (Dias úteis)
1	Assinatura do Contrato	FUNASA/CONTRATADA	Início das etapas
2	Reunião Inicial Será realizada no primeiro dia útil após a assinatura do contrato, com a presença dos servidores da Funasa, do representante legal e do preposto da empresa CONTRATADA; A CONTRATADA deverá entregar, devidamente assinado, o Termo de Confidencialidade – ANEXO VII e o Termo de Ciência – ANEXO VI; Será feito o alinhamento das expectativas contratuais, esclarecidas as questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do Contrato;	FUNASA/CONTRATADA	Após a assinatura do contrato



Fundação
Nacional
de Saúde



	Os ajustes serão formalizados em Ata, com assinatura dos participantes		
3	Plano de Implantação dos Serviços	CONTRATADA	15 dias após a Etapa 2
4	Avaliação/Validação do Plano de Implantação dos Serviços	FUNASA	5 dias após a Etapa 3
5	Ajustes no Plano de Implantação dos Serviços, quando solicitado pela FUNASA.	CONTRATADA	10 dias após Etapa 4
6	Validação do Plano de Implantação dos Serviços definitivo	FUNASA	5 dias após Etapa 5
INÍCIO EFETIVO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS			
7	Implantação e início oficial da prestação dos serviços Será realizada a entrega formal das Ordens de Serviço ao preposto da CONTRATADA, contendo: a) a definição e a especificação dos serviços; b) o volume e métricas de serviços; c) o cronograma de realização dos serviços e seus respectivos prazos; e d) a identificação dos responsáveis pela solicitação do serviço.	CONTRATADA	10 dias após Etapa 6
INÍCIO DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL (Não interrompe a prestação dos serviços)			
8	Transição Contratual	CONTRATADA	2 meses antes do encerramento dos serviços
9	Encerramento dos Serviços	CONTRATADA	12 meses a partir da Etapa 1 (Vigência)

3.5.6. Requisitos de Segurança

A empresa contratada para prestação dos serviços deverá observar os seguintes requisitos quanto à Segurança da Informação e Comunicações:



Fundação
Nacional
de Saúde



3.5.6.1. Deverão ser observados os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas pela FUNASA, incluindo, mas não se limitando, ao definido na Política de Segurança da Informação e Comunicações e suas Normas Complementares, durante a execução dos serviços nas instalações da FUNASA.

3.5.6.2. Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus serviços, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos à FUNASA e a terceiros.

3.5.6.3. Toda informação confidencial gerada e/ou manipulada em razão desta contratação, seja ela armazenada em meio físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses, mediante formalização entre as partes:

- a. Término ou rompimento do Contrato; ou
- b. Solicitação da FUNASA.

3.5.6.4. Devem ser utilizadas ferramentas de proteção e segurança de informações, a fim de evitar qualquer acesso não autorizado aos sistemas e softwares, seja em relação ao que eventualmente estejam sob sua responsabilidade direta ou que foram disponibilizados a FUNASA, ainda que por meio de link.

3.5.6.5. Quando solicitado formalmente pela FUNASA, deverão ser realizadas, prioritária e concomitantemente, alterações para sanar possíveis problemas de segurança ou de vulnerabilidade nos referidos sistemas ou softwares utilizados para execução do serviço contratado.

3.5.6.6. A CONTRATADA deverá informar à FUNASA, formalmente e tempestivamente, sobre quaisquer necessidades de atualização ou mudança na configuração dos serviços prestados.

3.5.6.7. Executar os serviços em conformidade com a legislação aplicável, em especial, ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.

3.5.6.8. Prestar os esclarecimentos necessários à Funasa, bem como informações concernentes à natureza e andamento dos serviços executados, ou em execução.

3.5.6.9. Garantir a integridade e disponibilidade dos documentos e informações que, em função do Contrato, estiverem sob a sua guarda, sob pena de responder por eventuais perdas e/ou danos causados a FUNASA e a terceiros.

3.5.6.10. A empresa contratada não poderá divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas na Funasa, sem prévia autorização.

3.5.6.11. O acesso às instalações da contratada onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas.

3.5.6.12. A contratada deverá manter os seus profissionais identificados por crachás, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente aquele que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da FUNASA.

3.5.6.13. A contratada deverá contar com equipamentos de segurança em sua rede de dados, de modo a garantir a confidencialidade das informações disponibilizadas pela FUNASA.

3.5.6.14. A contratada deverá prover segurança através da utilização de identificação individual dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

3.5.6.15. Os profissionais deverão utilizar a conta que lhe for atribuída, de forma controlada e intransferível, mantendo secreta a sua respectiva senha, pois todas as ações efetuadas através desta, serão de responsabilidade do profissional da contratada.

3.5.6.16. A contratada deverá acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das instalações da FUNASA.



Fundação
Nacional
de Saúde



3.5.6.17. A contratada deverá manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares da FUNASA, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações.

3.5.6.18. Deverá ser celebrado TERMO DE CIÊNCIA entre a contratada e a FUNASA para garantir a segurança das informações da FUNASA, assim como, celebrado o TERMO DE CONFIDENCIALIDADE a todos envolvidos na prestação dos serviços.

3.5.6.19. Não transferir a terceiros os serviços contratados.

3.5.6.20. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados.

3.5.6.21. Assinar e acatar o termo de confidencialidade, que deverá ser emitido pela FUNASA após a assinatura de contrato.

3.5.6.22. Manter sigilo absoluto sobre documentos elaborados e informações obtidas dentro da FUNASA.

3.5.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

3.5.7.1. Aderência aos padrões definidos pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG, conforme a Portaria Normativa SLTI nº 03, de 7 de maio de 2007, quando houver necessidades de acessibilidade ao aplicativo para solicitações de suporte técnico.

3.5.7.2. Os sistemas, manuais e soluções de TI utilizados para a execução dos serviços deverão estar disponíveis em conformidade com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP, elaborado pela Academia Brasileira de Letras, o qual já contempla o novo Acordo Ortográfico.

4. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A FUNASA obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Termo de Referência, em especial:

I. Orientar e supervisionar a observância, pela CONTRATADA, dos regulamentos administrativos e dos procedimentos de segurança da FUNASA;

II. Nomear gestor e fiscais técnicos, administrativo e requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme disposto no art. 30 da IN 04/2014;

III. Elaborar Plano de inserção;

IV. Definir atividade de transição e encerramento do contrato;

V. Convocar, realizar e registrar reunião inicial;

VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;

VII. Transmitir formalmente à CONTRATADA e prestar esclarecimentos de todas as informações necessárias à execução dos serviços;

VIII. Emitir e aprovar as Ordens de Serviços, definindo de forma clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais, administrativos e financeiros dos serviços a serem prestados;

IX. Monitorar a execução da demanda, bem como medir a eficiência dos serviços prestados;

X. Realizar as comunicações de desvios para correção e sanções definidas em contrato;

XI. Comunicar formalmente as falhas e irregularidades observadas na execução dos serviços prestados e notificar a CONTRATADA sobre aplicação das penalidades, assegurada sua prévia defesa;

XII. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades e regras de atendimento aos usuários, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações;

XIII. Proporcionar à CONTRATADA os espaços físicos, instalações e os meios de comunicação necessários ao desempenho e cumprimento dos níveis de serviços acordados;



Fundação
Nacional
de Saúde



XIV. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos técnicos da CONTRATADA;

XV. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, a vista da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, devendo estar de acordo com Ordem de Serviço previamente emitida e aprovada;

XVI. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde serão executados os serviços, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços;

XVII. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA desempenhe seus serviços dentro das normas/regras contratuais;

XVIII. Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades executados pelos técnicos da CONTRATADA; e

XIX. Definir mecanismos de gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, assim como avaliar a execução mensal das atividades em andamento a serem desenvolvidas relativas aos serviços contratados.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Termo de Referência, em especial:

I. Cumprir fielmente as obrigações assumidas em contrato, iniciando e prestando os serviços no prazo estipulado, na forma e nas condições pactuadas, em estrita conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidas nos termos contratuais e na sua proposta;

II. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e necessárias para que todos os serviços sejam realizados com utilização eficiente dos recursos disponíveis;

III. Prestar os serviços no local e horário definido pela FUNASA, com profissionais adequadamente capacitados, ou seja, com o conhecimento e experiência compatíveis com os serviços a serem realizados;

IV. Orientar seus profissionais no sentido de:

a) Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos de processamento de informações;

b) Cumprir as normas de segurança, sob pena de incorrer nas sanções disciplinares e legais cabíveis;

c) Manter o caráter sigiloso da senha de acesso aos recursos e Sistemas da FUNASA;

d) Não compartilhar, sob qualquer forma, informações confidenciais com outros que não tenham a devida autorização de acesso previamente formalizada pela FUNASA;

e) Responder por todo e qualquer acesso aos recursos de informática e dados das unidades da FUNASA, bem como pelos efeitos desses acessos efetivados através do seu código de identificação ou outro atributo para esse fim utilizado;

f) Respeitar a proibição de não usar, inspecionar, copiar ou armazenar programas de computador ou qualquer outro material, em violação da lei de direitos autorais (copyright).

V. Manter os Sistemas de controle atualizados permanentemente;

VI. Exercer controle de assiduidade e da pontualidade de seus profissionais;

VII. Acatar as orientações da FUNASA, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;



Fundação
Nacional
de Saúde



- VIII.** Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, profissionais afastados por motivos diversos (férias, licenças previstas por lei e outros casos justificados ou não), de forma a não causar descontinuidade ou prejuízo na prestação dos serviços;
- IX.** Substituir imediatamente o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente ou falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da FUNASA;
- X.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, previdenciários e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- XI.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da FUNASA;
- XII.** Acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das dependências da FUNASA;
- XIII.** Reportar ao Fiscal do contrato imediatamente quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observadas no desenvolvimento dos serviços contratados, causados por ações dos profissionais contratados, de servidores públicos ou de terceiros;
- XIV.** Manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares da FUNASA, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;
- XV.** Manter os seus profissionais convenientemente trajados e identificados por crachás em local visível, onde esteja claramente indicado estarem a serviço da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
- XVI.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a FUNASA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela FUNASA;
- XVII.** Indenizar os prejuízos e reparar os danos causados a FUNASA e a terceiros por seus profissionais na execução do presente Contrato;
- XVIII.** Comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando a FUNASA os esclarecimentos julgados necessários;
- XIX.** Apresentar cronograma de execução compatibilizado com os quadros de demanda, visando à programação das diversas fases dos serviços;
- XX.** Atender às solicitações de serviços da FUNASA, de acordo com especificações técnicas, procedimentos de controles administrativos, cronogramas de execução que venham ser estabelecidos nas Ordens de Serviços – OS;
- XXI.** Elaborar os relatórios de acompanhamento de execução e finais de conclusão de serviços;
- XXII.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, mantidas as mesmas condições estipuladas no presente Termo de Referência, sem que caiba à CONTRATADA qualquer reclamação;
- XXIII.** Manter, durante o contrato, a sua equipe de profissionais, plenamente treinada, capacitada e certificada para atender às demandas de execução dos serviços;
- XXIV.** Disponibilizar e manter, a partir da assinatura do contrato, um Preposto responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- XXV.** A CONTRATADA disponibilizará, sem ônus para CONTRATANTE, plantão de vinte e quatro horas, via telefone, para atendimento de demandas emergenciais; e



Fundação
Nacional
de Saúde



XXVI. Reconhecer os meios escritos de comunicação como cartas, ofícios, relatórios, atas de reunião, formulários e modelos aceitos pelas partes, e as comunicações efetuadas por email corporativo das partes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 Regras Gerais

6.1.1 A execução do contrato será baseada no modelo onde a CONTRATANTE será responsável pela gestão do contrato, pelo ateste dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos frente aos serviços entregues. A CONTRATADA é responsável pela execução dos serviços, gestão dos recursos técnicos, e outros necessários à execução das tarefas.

6.1.2 A prestação dos serviços será feita por meio da execução das tarefas, cujas atividades estão descritas nos documentos ANEXO IV – Catálogo de Serviços e ANEXO II – Atividades de Execução Continuada, onde estão especificadas as atividades a serem executadas pela CONTRATADA, segundo os processos, padrões e procedimentos da CONTRATANTE.

6.1.2.1. No “ANEXO IV – Catálogo de Serviços”, as demandas descritas encontram-se detalhadas em atividades e tarefas sistêmicas, tendo sido este construído com o maior grau de aprofundamento possível no atual estágio de maturidade, logo não conclusivo e finalizador, permitindo que seja contratado suporte para serviços técnicos abrangendo toda a infraestrutura, sem impedir que, após as intervenções e implantação dos processos de melhoria, as atividades e tarefas sejam detalhadas, inseridas, excluídas e/ou substituídas por outras.

6.1.3 A equipe alocada pela CONTRATADA deverá possuir todos os conhecimentos técnicos necessários à execução das tarefas e será gerenciada exclusivamente pelo representante da CONTRATADA. Além dos conhecimentos técnicos, a equipe deverá conhecer a estrutura da CONTRATANTE, o funcionamento, as atividades, as tecnologias adotadas e as respectivas áreas que irão demandar as tarefas.

6.1.4 A CONTRATADA deverá alocar os recursos técnicos que comprovar qualificação técnica compatível com a necessidade e qualidade dos serviços, de acordo com o ANEXO XI – Requisitos Mínimos das Competências.

6.1.5 As tarefas podem ser de dois tipos: Demandas ou Atividades de execução Continuada. Tarefas de execução continuada são aquelas que têm a periodicidade definida para execução e demandas são aquelas previstas para serem realizadas, mas que dependem de uma solicitação específica. Todas as tarefas dependem da abertura de uma Ordem de Serviço;

6.1.5.1. Também serão considerados como Ordens de Serviço as solicitações devidamente registradas em meios alternativos, como por exemplo solicitações encaminhadas por e-mail ou mensagens via celular. A CONTRATADA deverá disponibilizar aparelho celular de plantão ou qualquer outro meio que registre as solicitações de serviços por parte dos integrantes da CONTRATANTE envolvidos na execução contratual.

6.1.5.1.1. Nesses casos específicos, as solicitações deverão ser posteriormente convertidas em Ordens de Serviço e incluídas na ferramenta de gestão de demandas.

6.1.5.1.2. A data e horário que serão consideradas para fins de registro na OS serão as registradas no meio alternativo.



Fundação
Nacional
de Saúde



6.1.6 A qualidade dos serviços prestados será verificada por meio do atendimento a requisitos de qualidade estabelecidos no ANEXO V - Nível Mínimo de Serviço.

6.1.7 A frequência de aferição e avaliação da qualidade dos serviços será mensal, devendo a licitante vencedora contratada elaborar relatórios gerenciais automatizados dos serviços prestados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma dos relatórios gerenciais serão definidos pelas partes, entretanto, deverão conter no mínimo as informações necessárias para aferir os elementos de gestão contratual (atividades e tarefas executadas, subsídios para glosa);

6.1.8 Os primeiros 90 (noventa) dias após o início da execução dos serviços serão considerados como período de transição e estabilização. Neste período os resultados esperados e os níveis de qualidade exigidos deverão ser implementadas gradualmente, permitindo a CONTRATADA realizar a adequação progressiva de seus serviços e alcançar, ao término desse período, o desempenho requerido. Esta flexibilização será restrita aos limites destacados abaixo:

6.1.8.1. Para o primeiro mês de execução do contrato: atingir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos. Quanto aos prazos estabelecidos para execução das tarefas/atividades, os mesmos poderão ser dilatados em até 20% (vinte por cento);

6.1.8.2. Para o segundo mês de execução do contrato: atingir, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos. Quanto aos prazos estabelecidos para execução das tarefas/atividades, os mesmos poderão ser dilatados em até 10% (dez por cento);

6.1.8.3. Para o terceiro mês de execução do contrato: atingir, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos. Quanto aos prazos estabelecidos para execução das tarefas/atividades, os mesmos poderão ser dilatados em até 5% (cinco por cento);

6.1.8.4. A partir do quarto mês de execução do contrato: a licitante vencedora contratada deverá atingir todos os resultados esperados e os níveis de serviço exigido. Quanto aos prazos estabelecidos para execução das tarefas/atividades, os mesmos não serão dilatados;

6.1.9 O não atingimento dos limites estabelecidos nos primeiros 90 (noventa) dias irá ensejar a aplicação das penalidades previstas em contrato;

6.1.10 Em caso de prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de estabilização;

6.1.11 A qualquer tempo, no decorrer da vigência do contrato, os indicadores e respectivas metas de níveis de qualidade exigidos poderão ser revistos, com anuência das partes, mediante as evidências de sua impropriedade.

6.2 Demanda Prevista e Quantidade a ser Contratada

6.2.1 Cada subitem de serviço explicitado neste documento foi isolado e teve, com base em dados históricos existentes, seu esforço mensal estimado em termos de UST's, usadas como unidades de referência.

6.2.2 O montante de UST's dimensionado para cada subitem de serviços, servirá de referência para pagamento da prestadora de serviços, sobre o qual incorrerão as repercussões consequentes à avaliação da execução dos serviços conforme ANEXO V - Nível Mínimo de Serviço.

6.2.3 Tabela de Quantitativos de UST X Grupo de Atividades:

Subitens de serviços	UST's ano
Operação e suporte ao ambiente de infraestrutura	1.521,00
Administração do serviço de impressão	198,00



Fundação
Nacional
de Saúde



Backup e restore de arquivos corporativos	3.272,00
Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks)	2.016,00
Antivírus em equipamentos servidores	2.658,00
Tratamento de mensagens não solicitadas (SPAM)	912,00
Acompanhamento de vulnerabilidades	111,00
Revisão de racks de rede	132,00
Implantação e manutenção da infraestrutura de Wan da rede corporativa	3.672,00
Instalar, configurar e manter serviços de Storage	8.272,60
Instalar, configurar e manter o Active Directory	3.513,60
Habilitar/Desabilitar CIF	914,00
Configurar e manter usuários no Sistema de Controle de Acessos	75,60
Criar, configurar e manter caixas de e-mail	504,00
Liberar/Bloquear/Verificar sitio/Programa ou usuário à internet	441,60
Administração do SVN	189,60
Administração dos ativos de rede - Switch	2.692,80
Administração do servidor de aplicação	536,40
Instalar, configurar e manter os serviços de virtualização da rede corporativa	2.223,20
Apoio administrativo e técnico em TI	6.432,00
Instalar, configurar e manter serviços de DHCP, DNS e WINS	638,40
Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL	8.316,00
Instalar, alterar, configurar e manter servidores de rede	312,00
TOTAL	49.553,80

6.2.4 As atividades relacionadas as demandas sistêmicas acima, assim como os valores das UST's estão descritas no ANEXO IV – Catálogo de Serviços.

6.2.5 Os dados históricos de execução dos serviços gerados com base neste contrato serão utilizados pela CONTRATANTE para revisões quadrimestrais dos níveis de serviço explicitados no Catálogo de Serviços, e por sua vez o dimensionamento de UST's por subitem será avaliado para averiguar sua adequação, podendo revisá-los para mais ou para menos, mediante a comprovação clara do aumento ou diminuição da demanda registrada.

6.2.6 Nos casos em que um serviço seja executado com uma frequência que justifique sua inclusão no catálogo, poderá ser incluído consultando a CONTRATADA. Novos itens podem ser incluídos nas revisões quadrimestrais do catálogo.

6.2.7 Em havendo mudança e/ou evolução das plataformas e/ou ferramentas do ambiente do órgão, quantitativo do parque e de servidores, de aumento do Nível Mínimo de Serviço e das exigências técnicas de novas demandas, os quantitativos de consumo de UST's poderá ser redistribuído de acordo com as novas necessidades, entre os diversos subitens de serviços, desde que os quantitativos de consumo não ultrapassem o quantitativo global previsto de todos os subitens de serviços.



Fundação
Nacional
de Saúde



6.3 Quadro de Pessoal Estimado

6.3.1 Os recursos humanos disponibilizados pela CONTRATADA deverão conhecer o funcionamento dos negócios internos da CGMTI, o que exige a disponibilização e a autorização na utilização de senhas privilegiadas para acesso a serviços críticos, mediante a adoção de procedimentos em conformidade com as regras de segurança estabelecidas, entre elas a de não permitir a rotatividade de pessoal na execução destas atividades.

6.3.2 A CONTRATANTE possui infraestrutura própria composta com sala cofre e ambiente crítico que necessita de atenção 24 x 7, com equipe dedicada e com o comprometimento necessário para que não ocorram problemas que possam impactar nos serviços da Presidência da Funasa, Superintendências Estaduais e Unidades Descentralizadas.

6.3.3 Portanto, a utilização de um quadro estável e presencial de recursos profissionais para execução das demandas e tarefas de suporte a infraestrutura será necessário, buscando assim, não só a prestação dos serviços com a qualidade definida, como também a sua continuidade.

6.3.4 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as necessidades constantes no ANEXO XI – Requisitos Mínimos das Competências.

6.4 Local de prestação dos serviços:

6.4.1 Os serviços devem ser executados nos seguintes regimes e horários abaixo:

	Descrição dos Serviços	DIAS	Horário
	Prestação de serviços de atividades de execução continuada referente a monitoramento, operação e suporte ao ambiente de infraestrutura de redes da Funasa	Segunda a Domingo e Feriados	24 horas
	Prestação de serviços relativos a tarefas operacionais demandadas pela Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação – CGMTI.	Segunda a Sexta	07:00 às 19:00

6.4.2 Os serviços deverão funcionar dentro do horário estabelecido na tabela acima. O funcionamento, bem como os registros de início e encerramento das atividades, devem compor um Registro de Funcionamento a ser entregue à CONTRATANTE, como parte do Relatório de Atividades;

6.4.3 Os serviços de Monitoramento de Infraestrutura poderão ser prestados remotamente, conforme definido pela CONTRATANTE, exceto no caso de:

6.4.3.1. Tarefas de Sustentação que, por sua natureza, exijam a presença de técnicos da CONTRATADA nas instalações da CONTRATANTE, dentro dos horários definidos na OS ou na descrição da tarefa;

6.4.3.2. Indisponibilidade dos serviços de acesso remoto à rede da CONTRATANTE cuja sustentação seja de responsabilidade da CONTRATADA;

6.4.3.3. Situações de crise ou que apresentem riscos à disponibilidade de algum Serviço Finalístico de TI, quando a CONTRATANTE poderá exigir a atuação in loco dos técnicos em quantitativo suficiente para a estabilização deste Serviço.



Fundação
Nacional
de Saúde



6.4.4 Os serviços que compõem essa contratação devem respeitar os requisitos de disponibilidade dos Serviços Finalísticos. Qualquer atividade que possa acarretar indisponibilidade de qualquer destes serviços deverá ser executada preferencialmente após as 19h ou em horário definido pela CONTRATANTE;

6.4.5 Não obstante a demanda por serviços contratados seja por UST's ou serviços de execução continuada, é imprescindível que os recursos técnicos envolvidos na execução dos serviços estejam alocados em local definido pela CONTRATANTE, sendo gerenciados exclusivamente pelo representante da empresa CONTRATADA.

6.4.5.1. Em casos excepcionais, desde que expressamente autorizados pela CONTRATANTE, poderá ser admitida a prestação de alguns serviços de forma não presencial, considerando os critérios de segurança e confidencialidade da CONTRATANTE.

6.4.6 Quando os serviços estiverem sendo realizados nas dependências da Funasa, os profissionais da empresa contratada sempre exercerão suas atribuições com acompanhamento e orientação do Preposto, responsável pela realização dos serviços contratados;

6.4.7 Independentemente do local de prestação de serviços, em nenhuma hipótese, haverá diferenciação no preço pago pelos serviços;

6.4.8 Na atuação em atividades fora das dependências da Funasa, a Contratada deve analisar o ambiente onde as atividades serão desempenhadas, especialmente quanto à existência de adequada infraestrutura no local em que serão prestados os serviços, bem como deve verificar outras condições necessárias;

6.4.9 Para os serviços realizados nas dependências da Funasa ou onde ela indicar, será de responsabilidade da Contratada o deslocamento dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços;

6.4.10 A Funasa disponibilizará acesso aos ambientes de desenvolvimento e homologação para a prestação de serviços pela empresa contratada;

6.4.11 A critério da Funasa, poderão ser adotadas tecnologias para videoconferência ou similar (voz, aplicativos de teleconferência e outros) para a realização das reuniões de trabalho;

6.4.12 Ainda, a critério da Funasa, poderão participar das reuniões terceiros os quais, devido a necessidade do serviço, atuem em alguma(s) etapa(s) do desenvolvimento ou ainda dependam das reuniões como insumo para a execução dos seus trabalhos;

6.4.13 Não obstante ser a empresa contratada a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Funasa reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

6.5 Papéis e Responsabilidades

6.5.1 Gestão do Contrato - Responsabilidades

a) Elaborar Plano de Inserção da empresa contratada;

b) Realizar reunião inicial com a participação do preposto da empresa contratada e demais intervenientes;

c) Encaminhar formalmente ao preposto da empresa contratada as necessárias Ordens de Serviço e demandas de correção;

d) Encaminhar as demandas de correção para a empresa contratada;

e) Monitorar a execução contratual;

f) Conduzir a transição contratual e o encerramento do contrato, observando o Plano de Sustentação;

g) Encaminhar indicação de aplicação de sanções;



Fundação
Nacional
de Saúde



- h) Confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório e o Termo de Recebimento Definitivo, para fins de encaminhamento para pagamento;
- i) Autorizar a emissão de notas fiscais mediante solicitação encaminhada ao preposto da empresa contratada;
- j) Encaminhar à Área Administrativa eventuais pedidos de modificação contratual;
- k) Manter o histórico de gerenciamento do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem cronológica e histórica;
- l) Se necessário, solicitar à Área Administrativa, com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias corridos** do término do contrato, aditamento contratual, com base na documentação contida no histórico de gerenciamento do contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, explicitando os motivos para tal aditamento.

Fiscalização Técnica - Responsabilidades

- a) Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- b) Avaliar a qualidade dos serviços entregues, a conformidades e as justificativas de acordo com os critérios de aceitação;
- c) Identificar a não conformidade com os termos contratuais;
- d) Verificar manutenção das condições classificatórias;
- e) Verificar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação.

6.5.2 Fiscalização Requisitante - Responsabilidades

- a) Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- b) Avaliar a qualidade dos serviços entregues, as conformidades e as justificativas de acordo com os critérios de aceitação;
- c) Identificar as não conformidades com os termos contratuais;
- d) Assinar o Termo de Recebimento Definitivo, em conjunto com o Gestor do Contrato para fins de encaminhamento para pagamento;
- e) Verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- f) Apoiar a manutenção das condições elencadas no Plano de Sustentação.

6.5.3 Fiscalização Administrativa - Responsabilidades

- a) Apoiar a elaboração do Plano de Inserção;
- b) Verificar aderência aos termos contratuais;
- c) Verificar manutenção das condições classificatórias;
- d) Verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
- e) Solicitar aplicação das sanções previstas, quando necessário.

6.5.4 Preposto (Empresa Contratada) - Responsabilidades

- a) Acompanhar a execução do contrato;
- b) Atuar como interlocutor principal junto a FUNASA;
- c) Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.6 Mecanismos Formais de Comunicação

6.6.1 No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar um profissional de seu quadro para atuar, no ambiente da Funasa, como Preposto;

6.6.2 Imediatamente após a assinatura do contrato, o Gestor do Contrato da Funasa convocará o Preposto da CONTRATADA para a reunião de abertura do contrato, na qual serão tratados os seguintes assuntos:

- a) Assinatura do Termo de Compromisso;



Fundação
Nacional
de Saúde



- b) Esclarecimentos sobre a forma de comunicação a ser adotada entre o Órgão e a CONTRATADA;
- c) Apresentação dos tipos de Ordens de Serviço que serão utilizadas na passagem de demandas da Funasa para a CONTRATADA e esclarecimentos sobre o seu preenchimento;
- d) Esclarecimentos acerca dos níveis de serviço previstos no contrato, bem como sobre o período de adaptação e ajustes da CONTRATADA ao contrato;
- e) Esclarecimentos relacionados ao funcionamento do Órgão, tais como: horário de trabalho, local disponível para a equipe da CONTRATADA, regimento interno do Órgão, forma de acesso dos colaboradores da CONTRATADA às dependências da Funasa e demais informações pertinentes;
- f) Data de início das atividades do contrato;
- g) Demais assuntos relevantes para o início do contrato pela CONTRATADA.

6.6.3 A reunião será registrada em ata, documento que deverá ser assinado por todos os presentes e que passará a integrar o contrato.

6.6.4 Toda a comunicação relacionada aos aspectos administrativos e legais do contrato será formalizada via ofício e encaminhada ao Preposto designado pela CONTRATADA, enquanto a comunicação relacionada aos aspectos técnicos do contrato será formalizada através da ferramenta de gerenciamento de contratos da Funasa.

6.6.5 Disponibilizar à FUNASA acesso on-line às informações gerenciais atualizadas, com interface Web que possibilite o controle e a gestão dos níveis de serviço.

6.6.6 Descrever o processo e os procedimentos para a troca de informações que utilize mecanismos formais de comunicação; tais como: e-mail, ata de reunião ou sistema de informação que contemple formas de registro e acompanhamento dos assuntos tratados nas reuniões periódicas.

6.6.7 A CONTRATADA deverá disponibilizar aparelho celular de plantão ou qualquer outro meio que registre as solicitações de serviços por parte dos integrantes da CONTRATANTE envolvidos na execução contratual.

6.7 Condições de Pagamento

6.7.1 O faturamento das Ordens de Serviço executadas será mensal, mediante apresentação da prévia-da-fatura, já descontadas as glosas e multas aplicadas em função do não atendimento aos resultados esperados e Nível Mínimo de Serviço exigido para a execução das Tarefas, desde que anexados os documentos e relatórios comprobatórios dos motivos da aplicação das glosas e multas.

6.7.2 Serão faturadas somente as Ordens de Serviço efetivamente concluídas com os respectivos quantitativos e Nível Mínimo de Serviço exigido, atestadas e aceitas pelo demandante.

6.7.3 O Gestor do Contrato deverá avaliar as informações da prévia-da-fatura em até 7 (sete) dias úteis. Caso a mesma esteja em conformidade com os serviços prestados no mês de referência, o Fiscal irá autorizar a emissão da Nota Fiscal/Fatura, do contrário, caberá ao Fiscal devolve-la à CONTRATADA para o devido ajuste.

6.7.4 A CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura até três dias úteis após o recebimento definitivo realizado pelo Fiscal do Contrato.

6.7.5 A CONTRATADA deverá apresentar na Nota Fiscal/Fatura, o faturamento detalhado correspondente aos serviços prestados, vinculando a ela a referência da Nota de Empenho que deu suporte às despesas.



Fundação
Nacional
de Saúde



6.7.6 A Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA será atestada pelo Fiscal do Contrato em até 3 (três) dias úteis e encaminhadas para a área administrativa efetuar o pagamento, acompanhada do Relatório Mensal do Serviço, da documentação comprobatória das glosas ou de sua anulação, todos aprovados e assinados pelo Preposto e pelo Fiscal do Contrato e demais documentos de regularidade fiscal, todos anexados ao processo;

6.7.7 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema ocorrido. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento se iniciará após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Funasa;

6.7.8 A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA junto ao SICAF, mediante consulta efetuada por meio eletrônico, devendo o resultado desta consulta ser impresso e anexado aos autos do processo;

6.7.9 Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério da CONTRATANTE, prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o contrato, com a aplicação das sanções cabíveis.

6.7.10 A nota fiscal deve ter o mesmo CNPJ constante da proposta de preços e para o qual foi emitida a Nota de Empenho e assinado o contrato;

6.7.11 O pagamento será creditado em favor da empresa contratada, por meio de ordem bancária, via SIAFI, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7.12 A devolução da documentação de cobrança não aprovada pela FUNASA não servirá de motivo para que a empresa contratada suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados;

6.7.13 A FUNASA, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura de Prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

6.7.13.1 Emissão da nota fiscal/fatura em desacordo com o total aprovado para pagamento;

6.7.13.2 Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

6.7.13.3 Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;

6.7.13.4 Para o pagamento, será realizada consulta para verificação da situação da contratada, relativamente às condições de habilitação exigidas na licitação, na forma do art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

6.7.14 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira.

7. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

7.1 Plano Inicial de Serviços

7.1.1 Em um primeiro momento, a CONTRATADA deverá fazer um levantamento da situação da infraestrutura da Funasa e um posterior plano para adequação, contendo no mínimo os seguintes pontos:

7.1.1.1 Active Directory: Levantamento e análise da situação e apresentação de plano para adequação de acordo com as melhores práticas e recursos existentes na Funasa;



Fundação
Nacional
de Saúde



7.1.1.2 Rede: Levantamento e análise da situação física e lógica da rede, apresentação das conclusões e de plano para adequação de acordo com as melhores práticas e recursos existentes na Funasa;

7.1.1.3 Servidores: Levantamento e análise do parque de servidores, apresentação das conclusões e plano para adequação de acordo com as melhores práticas e recursos existente na Funasa.

7.1.2 Os artefatos e planos dessa fase deverão ser apresentados a Funasa até 90 dias após a assinatura do contrato.

7.2 Ordens de Serviços

7.2.1 Todos os serviços, salvo solicitações emergenciais, serão demandados através de Ordens de Serviços.

7.2.2 Estas OS's podem ser para serviços rotineiros ou sob demanda, para execução em horas úteis ou fora do horário normal, conforme cláusulas deste documento e Catálogo de Serviços vigente.

7.2.3 As informações contidas em uma OS podem variar, mas cada OS deve possuir, pelo menos, os seguintes atributos:

7.2.3.1 Nome da OS;

7.2.3.2 Data e hora da abertura da OS;

7.2.3.3 Objetivos gerais e específicos;

7.2.3.4 Descrição dos serviços objeto da OS;

7.2.3.5 Natureza das atividades, se rotineiras ou sob demanda, se horas normais ou horas não úteis; se sobreaviso ou execução;

7.2.3.6 Justificativa;

7.2.3.7 Métricas, restrições, premissas à execução dos serviços;

7.2.3.8 Definição de tarefas inclusas e exclusas no escopo da demanda,

7.2.3.9 Dimensionamento da OS:

7.2.3.9.1 Grau de complexidade da atividade a ser executada;

7.2.3.9.2 Quantidade de UST's estimadas;

7.2.3.9.3 Prazo de execução.

7.2.4 Uma vez solicitado o serviço, a CONTRATADA deverá alocar profissionais, de acordo com os perfis e serviços definidos no Termo de Referência e anexos, em tempo hábil para a consecução das atividades e condições estabelecidas na OS.

7.2.5 Deverá ser estabelecido modelo para as OS's criadas durante a execução deste contrato. O "ANEXO IX – Modelo de Ordem de Serviço" já possui um modelo inicial sugerido, que deverá ser evoluído pelas partes, de forma a atender plenamente os objetivos deste documento.

7.3 Incidentes

7.3.1 Será considerado incidente qualquer evento que acarrete ou possa acarretar a interrupção de serviço corporativo ou a redução de sua qualidade.

7.3.1.1 Os incidentes serão classificados de acordo com os seguintes critérios:

NÍVEIS DE CRITICIDADE DE INCIDENTES	
Nível 1	Incidente com paralisação da rede, de servidor corporativo ou comprometimento grave de dados, processo ou ambiente.
Nível 2	Incidente com comprometimento mediano de dados, processo ou ambiente, sem paralisação da rede ou de servidor corporativo.
Nível	Incidente com pequeno ou nenhum comprometimento de dados, processo



3	ou ambiente, sem paralisação da rede ou de servidor corporativo.
---	--

7.3.1.2 Para a resolução de incidentes, a CONTRATADA utilizará os prazos de início e conclusão estabelecidos na tabela a seguir, contados a partir do momento de ocorrência do incidente:

PRAZOS PARA RESOLUÇÕES DE INCIDENTES		
Criticidade	Prazo máximo de início	Prazo máximo para conclusão
Nível 1	Até 15 (quinze) minutos	Até 2 (duas) horas
Nível 2	Até 2 (duas) horas	Até 4 (quatro) horas
Nível 3	Até 4 (quatro) horas	Até 6 (seis) horas

7.3.1.3 O registro do incidente se dará por quaisquer evidências de sua ocorrência, tais como "logs" dos serviços, reclamação registrada na Central de Atendimento, relato da falha à CONTRATADA, etc. O primeiro evento que indique o incidente será utilizado para dar início aos prazos a contagem de prazos para resolução.

7.3.1.4 É parte integrante do trabalho da CONTRATADA monitorar os serviços em operação na Funasa. Cabe a CONTRATADA, se viável, identificar o incidente sem a necessidade de intervenção da CONTRATANTE.

7.3.1.5 Serão consideradas horas corridas para a contagem de prazo para conclusão de incidentes, ficando a CONTRATADA responsável por estabelecer regime de plantão e cobertura de períodos não úteis.

7.3.1.6 A dilatação dos prazos supracitados poderá ser admitida em casos fortuitos ou de força maior, informados com a devida antecedência, justificados e aceitos pela Funasa, desde que, comprovadamente, por ato ou omissão, a licitante vencedora não tenha contribuído para o incidente.

7.4 Requisições de Serviço

7.4.1 Será considerada uma Requisição de Serviço qualquer demanda feita por usuários para a área de TI que não afete o fluxo natural da prestação do serviço e não esteja implicando em interrupção ou degradação da qualidade dos serviços prestados pela CGMTI.

7.4.2 De acordo com a classificação, as requisições de serviços deverão ser atendidas nos seguintes prazos:

PRAZO PARA ATENDIMENTO DE REQUISIÇÕES	
Classificação	Prazo para conclusão do atendimento
Crítica	1 (uma) hora
Alta	2 (duas) horas
Média	3 (três) horas
Baixa	4 (quatro) horas
Não Priorizada	12 (doze) horas

7.4.3 Serão consideradas somente horas úteis para a contagem de prazo para conclusão de requisições.

7.4.4 O prazo para atendimento das atividades/tarefas constam no ANEXO IV – Catálogo de Serviços.



Fundação
Nacional
de Saúde



7.5 Nível Mínimo de Serviço

7.5.1 A apuração do Nível Mínimo de Serviço se dará por meio da monitoração do ambiente de Infraestrutura de TI através da utilização de ferramentas e acompanhamento na execução das Ordens de Serviço;

7.5.2 Para a apuração do Níveis Mínimos de Serviços – NMS exigidos nas Tarefas não serão considerados os períodos de indisponibilidades justificadas, desde que não seja ocasionado pela falta de proatividade ou por inércia da CONTRATADA:

7.5.2.1 Períodos de interrupção das Tarefas previamente acordadas;

7.5.2.2 Interrupção de serviços essenciais à plena execução dos serviços (ex. energia elétrica, dedetização, manutenção, etc.);

7.5.2.3 Indisponibilidade de acesso ao ambiente e/ou aos sistemas da rede, motivada por razões incontroláveis (ex. falta de energia);

7.5.2.4 Falhas da infraestrutura (ex. link de comunicação, servidores, elementos de rede, storages, refrigeração ou ar condicionado);

7.5.2.5 Falha nos mecanismos e sistemas de segurança da informação que impeçam a plena execução dos serviços;

7.5.2.6 Motivos de força maior (ex. enchentes ou calamidade pública).

7.5.3 Os subitens arrolados no item 7.5.2 não se aplicam nos casos em que haveria a possibilidade de contorno por ações proativas da CONTRATADA, como por exemplo, na queda de um “link” de internet, a existência de um redundante que, com as configurações corretas, não permitiria que ocorresse a indisponibilidade.

7.5.4 A CONTRATADA, sob supervisão da CONTRATANTE, deverá montar o Relatório de Nível de Serviço, que conterá o resultado da apuração de todos Indicadores de Níveis de Serviço exigidos no ANEXO V - Nível Mínimo de Serviço.

7.6 Aceite, Alteração e Cancelamento

7.6.1 O recebimento definitivo ficará condicionado à observância de todas as cláusulas e condições fixadas no Edital, Termo de Referência e Contrato.

7.6.2 Os serviços serão recusados:

a) Se entregues sem conformidade com os requisitos exigidos no Edital, Termo de Referência e Contrato.

7.6.3 O recebimento provisório e definitivo serão realizados no local que serão prestados os serviços, sendo submetidos ao Departamento de Administração da Funasa Presidência para encaminhar para pagamento.

7.6.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA em face da lei e desta contratação.

7.6.5 Nos termos do art. 76 da Lei nº. 8.666/93, a CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento objeto deste documento executado em desacordo com as cláusulas contratuais.

7.7 Inspeções e Diligências

7.7.1 Antes da formalização dos contratos, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela licitante vencedora do certame, a FUNASA poderá requerer cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, garantindo inequivocadamente que o serviço apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) devidamente prestado(s).



Fundação
Nacional
de Saúde



7.7.2 A FUNASA se reserva a qualquer tempo, realizar diligenciamento no ambiente físico da empresa contratada ou solicitar quaisquer documentações complementares visando aferir se todas as obrigações de ordem técnica, pessoal qualificado, operacional ou administrativa, bem como se as manutenções das condições de habilitação estão sendo cumpridas.

7.8 Formas de Acompanhamento do Contrato

7.8.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 os serviços de gestão, acompanhamento e fiscalização serão executados por servidores, especialmente designados, por meio de Portaria, conforme os papéis e responsabilidades da Fiscalização do Contrato, permitida a assistência de terceiros;

7.8.2 O contrato estabelecerá em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Termo de Referência e a Proposta de Preços da empresa contratada;

7.8.3 A presença da fiscalização da FUNASA não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada em relação ao disposto na Lei nº 8.666/93, assim como no fiel atendimento das cláusulas contratuais;

7.8.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização do Contrato serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.9 Metodologia de Avaliação da Qualidade e da Adequação

7.9.1 A metodologia de avaliação da qualidade e adequação da solução de tecnologia da informação às especificações funcionais e tecnológicas terá como base o Nível Mínimo de Serviços Exigidos (NMSE), onde foram estabelecidas as metas a serem alcançadas, a forma de acompanhamento, as faixas de ajuste no pagamento e as sanções.

7.9.2 Além disso, deverão ser utilizadas as melhores práticas de mercado como, por exemplo, ITIL, COBIT, ISO, dentre outras relacionadas à prestação dos serviços.

7.10 Da Vigência do Contrato

7.10.1 O prazo de vigência dos Contratos será de 12 (doze) meses, contados a partir da Assinatura do Contrato, conforme cronograma estabelecido na tabela do item 4.2.12, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite de 60 (sessenta) meses.

7.10.2 A prorrogação da vigência do Contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.

8. GARANTIA CONTRATUAL

8.1 Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, em conformidade com o disposto no § 1º, artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora prestará, no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura do Contrato, garantia equivalente a 5 % do valor total do Contrato.

8.2 A garantia será liberada ou restituída após a execução do Contrato, desde que o ajuste seja cumprido integralmente pela licitante vencedora.

8.3 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a licitante vencedora obriga-se a promover a respectiva reposição do valor ou da parcela utilizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pela FUNASA.



Fundação
Nacional
de Saúde



9. PROPRIEDADE, SIGILO E RESTRIÇÕES

9.1 A empresa contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da FUNASA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes;

9.2 A empresa contratada deverá manter sigilo dos dados e das informações confidenciais a que tiver acesso;

9.3 A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da FUNASA e se compromete em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido deste órgão no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

9.4 A empresa contratada deve cumprir normas estabelecidas na Política de Segurança da Informação da FUNASA, para o acesso, manuseio, tratamento, controle e proteção das informações e dados;

9.5 A empresa contratada deve adotar critérios para sigilo, uso e proteção das informações, além da adoção de mecanismos físicos de proteção aos equipamentos e dispositivos utilizados na execução do contrato;

9.6 É de responsabilidade exclusiva da empresa contratada aferir e adotar critérios para avaliação da vida pregressa dos seus funcionários, certificando-se que os mesmos tenham comportamento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, com o propósito de evitar a incorporação no contrato de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade da FUNASA;

9.7 A empresa contratada e seus empregados devem manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos que venham a ter conhecimento quando da realização dos serviços, para isso será formalizado Termo de Confidencialidade (**Anexo VII**) e Termo de Ciência (**Anexo VI**).

10. Levantamento das Alternativas

10.1 Análise de projetos similares

10.1.1 ITEM 1

De acordo com o Relatório de Avaliação por área de Gestão nº 7, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle – MTFC – CGU, os editais de aquisição de bens e contratação de serviços de Tecnologia da Informação é previsto:

“A IN MP/SLTI n.º 04, de 12 de novembro de 2010, atualizada pela IN MP/SLTI n.º 04, de 11 de setembro de 2014, dispõe que o órgão contratante deverá prever nos editais de aquisição de bens e contratação de serviços de Tecnologia da Informação procedimentos e critérios de aceitação dos bens fornecidos e/ou dos serviços prestados, abrangendo métricas, indicadores e valores mínimos aceitáveis.

As instruções normativas do Ministério do Planejamento também preveem que o pagamento/remuneração pelos bens e/ou serviços de TI será efetuado em função dos resultados obtidos, sendo vedado contratar por postos de trabalho alocados ou aferir esforço por meio da métrica homem-hora, salvo nos casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido, sendo que os pagamentos serão sempre vinculados à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.”



Fundação
Nacional
de Saúde



Diante disso, e atendendo ao Acórdão 916/2015-Plenário, os serviços previstos no item 1, por não gerarem resultados ou produtos aferíveis para a contratação não serão utilizadas métricas, porém estarão inclusos na contratação e deverão ser atendidos no suporte e sustentação à infraestrutura de Tecnologia da Informação da Funasa, atendendo assim ao recomendado:

“288. Com relação à mensuração de serviços em contratos de suporte ou sustentação à infraestrutura de TIC, verificou-se que a métrica Unidade de Serviço Técnico (UST) ou Unidade de Medida de Serviços (UMS), teoricamente vinculada a resultados, mostra-se inadequada para serviços que não geram resultados ou produtos aferíveis pelo ente público contratante (parágrafos 219-229). Além disso, pondera-se oportuno salientar que, nesses contratos, a organização pública contratante é quem deve possuir o controle da classificação e contabilização dos serviços, de modo a melhorar a rastreabilidade do que foi executado.”

Pelo fato do Acórdão citado acima ser relativamente recente, não encontramos projetos similares ou projetos com configurações aproximadas para realização de comparativo à necessidade da Instituição. Diante disso, realizaremos somente a pesquisa junto a empresas fornecedoras da solução.

10.1.2 ITEM 2

SOLUÇÃO 1: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de monitoramento e sustentação do ambiente de Tecnologia da Informação (TI) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Anvisa.

Entidade: Ministério da Saúde - Anvisa

Pregão: 009/2014

Fornecedor: CPD Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas

Quantidade: 4.128 UST

Valor Contratado - Unitário (R\$): R\$ 56,87

Valor Contratado (R\$): R\$ 234.759,36

SOLUÇÃO 2: Contratação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação, referente a Infraestrutura de rede (sustentação e operação) e suporte técnico remoto e presencial.

Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo

Pregão: 006/2015

Fornecedor: Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Quantidade: 24.000

Valor Contratado - Unitário (R\$): R\$ 31,22

Valor Contratado (R\$): R\$ 749.280,12

SOLUÇÃO 3: Contratação de empresa para prestação de serviços de Solução de Tecnologia da Informação (TI) relativa a serviços especializados de Infraestrutura de Rede, Administração de Rede e Suporte Técnico a Usuários no Arquivo Nacional – Ministério da Justiça (AN/MJ)

Entidade: Ministério da Justiça - MJ

Pregão: 005/2015

Fornecedor: Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda

Quantidade: 72.576



Fundação
Nacional
de Saúde



Valor Contratado - Unitário (R\$): R\$ 18,68

Valor Contratado (R\$): R\$ 1.355.719,68

SOLUÇÃO 4: Contratação de serviços de suporte técnico de 3º nível ao ambiente tecnológico do Ministério das Relações Exteriores, provendo soluções com base em modelos, processos e procedimentos operacionais integrados, seguros e contínuos, voltados para o aumento de disponibilidade e da maturidade no ambiente de tratamento e guarda de informações

Entidade: Ministério das Relações Exteriores - MRE

Pregão: 001/2015

Fornecedor: Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Quantidade: 64.856

Valor Contratado - Unitário (R\$): R\$ 70,29

Valor Contratado (R\$): R\$ 4.558.729,51

Análise:

De acordo com a IN 05/2014, alterada pela IN nº 03/2017 que dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, realizamos pesquisa no portal governamental ComprasNet a fim de verificar a existência de projetos similares ao pretendido pela Funasa.

Esclarecemos que tal solução a ser contratada, mesmo sendo denominada “comum no mercado”, nas pesquisas realizadas na APF, verificamos a existência de projetos similares e projetos com configurações aproximadas à necessidade da Instituição.

Item 1:

➤ **SOLUÇÃO 1:**

Ministério da Saúde - Anvisa

Pregão: 009/2014

Solução utilizada como referência pois possui configurações aproximadas à contratação pretendida pela Funasa, porém não foi utilizada na estimativa de preço pois dessa forma poderia alterar a estimativa de valores da instituição.

➤ **SOLUÇÃO 2:**

Fundação Jorge Duprat Figueiredo

Pregão: 006/2015

Solução utilizada como referência pois possui configurações aproximadas à contratação pretendida pela Funasa, porém não foi utilizada na estimativa de preço pois dessa forma poderia alterar a estimativa de valores da instituição.

➤ **SOLUÇÃO 3:**

Ministério da Justiça - MJ

Pregão: 005/2015

Solução utilizada como referência pois possui configurações aproximadas à contratação pretendida pela Funasa, porém não foi utilizada na estimativa de preço pois dessa forma poderia alterar a estimativa de valores da instituição.



Fundação
Nacional
de Saúde



➤ **SOLUÇÃO 4:**

Ministério das Relações Exteriores - MRE

Pregão: 001/2015

Solução utilizada como referência pois possui configurações similares à contratação pretendida pela Funasa. Utilizamos o valor para compor a estimativa de preço da instituição.

Diante disso, informamos que utilizamos as pesquisas para demonstrar que os serviços são comuns no mercado, porém não utilizamos para compor a estimativa de preços devido as pesquisas serem superiores ao limite de 180 dias para a solução 4 e as soluções 1, 2 e 3 possuírem configurações aproximadas à contratação prevista.

10.2 Detalhamento das Alternativas Existentes

Requisito	Resposta	Observação
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Sim	Foram encontrados soluções compostas em editais de outros órgãos.
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	Não	
A capacidade e alternativas do mercado, inclusive existência de software livre ou software público?	Não	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PING, e-MAG?	Não se aplica	
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Sim	
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do – e-ARQ Brasil?	Não se aplica	
A análise de projetos similares foi utilizada para realização do orçamento estimado?	Não	

10.3 Definição da Solução

Critério	Atendimento da Solução
É possível especificar o serviço usando parâmetros usuais de mercado?	SIM



Fundação
Nacional
de Saúde



É possível medir o desempenho da qualidade usando parâmetros usuais de mercado?	SIM
O objeto da contratação se estende necessariamente por mais de um ano?	SIM
O tempo de garantia assegura o funcionamento durante o período estipulado?	SIM
O objeto da contratação é essencial para o negócio?	SIM

11. SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1 Regras para Aplicação de Multas e Sanções

11.1.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa a CONTRATADA que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) Frustrar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal
- g) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato;
- h) Não celebrar o contrato;
- i) Não manter a proposta;
- j) Deixar de entregar a documentação prevista no edital;
- k) Não cumprir norma estabelecida pela contratante;
- l) Erro de procedimento que cause prejuízo à contratante.

11.1.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração da CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.1.2.1 Advertência;

11.1.2.2 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada os seguintes percentuais no valor total do contrato:

- I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias, ocasião em que o contrato será rescindido;
- III. 25% (vinte e cinco por cento) em caso de descumprimento total das obrigações contratuais, com consequente rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- IV. 25% (vinte e cinco por cento) em caso de descumprimento de qualquer outra obrigação citada no Termo de Referência.



Fundação
Nacional
de Saúde



11.1.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.1.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

11.1.2.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.1.3 Para o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, a penalidade aplicada será:

11.1.3.1 Descredenciamento do Sistema de Cadastro de Fornecedores por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

11.1.3.2 Multa de 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o valor da futura contratação;

11.1.3.3 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado a Contratada;

11.1.3.4 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

11.1.3.5 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada a Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

11.1.3.6 A totalidade das multas que vierem a ser aplicadas à CONTRATADA, durante toda a vigência do contrato, independentemente de qualquer natureza, não deverá ultrapassar o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor global, sob pena de configurar inexecução total do contrato, ensejando sua rescisão;

11.1.3.7 O modelo de contratação visa atender às determinações da IN nº 04/2014 SLTI/MPOG e buscar vantagem econômica com a contratação. Assim, a contratação será gerida pelo critério de resultados alcançados, incluindo definições de níveis de serviço, de forma que, caso a CONTRATADA não apresente os resultados desejados, serão aplicados redutores ao pagamento e sanções, quando cabíveis. Para tal, deverão ser observadas as características descritas a seguir, que não se confundem com os indicadores previstos no ANEXO V - Nível Mínimo de Serviço, e que seguirão as seguintes diretrizes, em consonância com as cláusulas contratuais pertinentes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Advertência
2	Multa de até 0,5% sobre o valor a ser pago no mês de correspondência
3	Multa de até 10% sobre o valor a ser pago no mês de correspondência
4	Multa de 10% até 20% sobre o valor a ser pago no mês de correspondência

Referência para Multa (lista não exaustiva)		
Descrição	Referência	Grau
Não comparecer injustificadamente na reunião inicial.	Por ocorrência	1
Permitir a presença de empregado sem crachá nos locais onde há prestação de serviço	Por ocorrência	1



Fundação
Nacional
de Saúde



Deixar de atender os telefones do plantão	Por ocorrência	1
Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	Por ocorrência	2
Não substituir, imediatamente, o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as Normas disciplinares da FUNASA	Por ocorrência	2
Acumular 3 notificações no período de 6 meses	Por ocorrência	2
Acumular 5 notificações no período de 12 meses	Por ocorrência	3
Acumular 3 ocorrências de grau 2 no período de 6 meses	Por ocorrência	3
Acumular 5 ocorrências de grau 2 no período de 12 meses	Por ocorrência	4
Não zelar pelas instalações da FUNASA	Por ocorrência	1
Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Por ocorrência	2

11.2 O gestor do contrato, ouvidas as contrarrazões da CONTRATADA, poderá reavaliar a multa a ser aplicada, não superando as previstas neste termo de referência ou no contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo da Fundação Nacional de Saúde, programa de trabalho nº 10.126.0016.6881.0001 da seguinte maneira:

- Fonte de Recurso: 6151
- Natureza de despesa - Serviços - 33.90
- Código SIASG: 3390.39.27

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES VENCEDORAS

13.1 Ao menos 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, com volume igual ou superior a 50% desta contratação, 25.177,90 (Vinte e cinco mil, cento e setenta e sete UST's e noventa) ou 110.782,76 (cento e dez mil, setecentos e oitenta e duas HST e setenta e seis) horas de serviço técnico ou horas homem, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante tenha executado ou esteja executando serviços de características técnicas iguais ou semelhantes à presente contratação, em administração de redes locais, geograficamente distribuídas em 26 estados, em ambiente de no mínimo 7.013 (sete mil e treze) objetos de diretórios (50% do número total de objetos de diretórios estimados da FUNASA, conforme Anexo III – Ambiente Tecnológico do Termo de Referência), pelo período mínimo de 12 (doze) meses, comprovando a execução dos seguintes serviços:



Fundação
Nacional
de Saúde



13.1.1 de instalação e operação de infraestrutura – Centro de Operações de Rede, com regime de atendimento nacional 24 x 7 (24 horas do dia, em todos os dias da semana), para um único ambiente de TI com pelo menos 60 (sessenta) computadores servidores físicos, 130 (cento e trinta) ativos de rede (switches e roteadores), 30 (trinta) links WAN e 3.000 (três mil) usuários de rede, com painéis centralizando as ferramentas de monitoração em um único painel físico:

13.1.1.1 de suporte na área de infraestrutura (3º nível) com “acordos de nível de serviços” ou “nível mínimo de serviços”, garantindo nível de disponibilidade mensal dos sistemas críticos não inferior a 99%;

13.1.1.2 volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em implantação e adoção de ferramentas de monitoramento;

13.1.1.3 volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em operação, em ambiente computacional constituído por servidores de rede em plataforma x86 do tipo rack, unidade de fita robotizada e Storage Área Network (SAN);

13.1.1.4 volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em gerenciamento e suporte a servidores de ambiente de produção, operando em ambiente computacional virtualizado constituído de, no mínimo, 60 (sessenta) servidores de rede físicos e 67 (sessenta e sete) servidores virtuais, plataforma x86;

13.1.1.5 volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em gerenciamento e suporte a redes em ambiente computacional constituído de switches core e de borda com no mínimo 2.330 (dois mil trezentos e trinta) estações de trabalho conectadas em rede;

13.1.1.6 volume igual ou superior a 3.021,35 UST's ou 13.293,93 HST em administração de rede sem fio com mais de 3 Service Set Identifier – SSID, segmentados, com suporte ao protocolo 802.1x e implementação e gerenciamento através da rede MPLS de Access Point distribuídos em 26 estados;

13.1.1.7 de administração de serviços de mensageria para comportar no mínimo 3.000 (três mil), com suporte a clientes de dispositivos moveis e integração com LDAP;

13.1.1.8 na mensuração da qualidade de serviço – QoS em redes comunicações MPLS priorizando serviços críticos;

13.1.1.9 volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em administração de ativos de redes com suporte no protocolo RADIUS e/ou TACACS+ distribuídos em 26 estados;

13.1.1.10 volume igual ou superior a 3.021,35 UST's ou 13.293,93 HST em Administração de Storage EMC (primário) em ambiente computacional constituído de no mínimo 1 switches SAN (Storage Área Network) com capacidade total mínima de armazenamento de 160 terabytes, gerenciamento e configuração do powerpath;

13.1.1.11 volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em gerenciamento e administração de ferramentas de antivírus para controle de vírus, vacinas, trojans e demais arquivos maliciosos indesejados com cobertura nos 26 estados;

13.1.1.12 volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em sustentação e operação de servidores de aplicação JBOSS, IIS e Apache;

13.1.1.13 na sustentação dos ambientes de serviços de portais Sharepoint versão 2013 e Wordpress versão 3.3.1;

13.1.1.14 de gerenciamento de ambientes virtuais Hyper-V, versão 5.0 ou superior;

13.1.1.15 volume igual ou superior a 3.021,35 UST's ou 13.293,93 HST em de Administração de Serviço de Diretórios em ambiente computacional utilizando autenticação e gerenciamento de



Fundação
Nacional
de Saúde



acessos baseados em Lightweight Directory Access Protocol – LDAP, composta por, no mínimo, 7.013 objetos;

13.1.1.16 de manter a alta disponibilidade de cluster servidores do Oracle 11g RAC;

13.1.1.17 de segurança em ambiente com ferramentas de firewall e filtro de conteúdo;

13.1.1.18 de gerenciamento de mensageria em cluster e colaboração, em ambiente computacional constituído por site com, no mínimo, 3.000 (três mil) caixas postais;

13.1.1.19 de supervisão dos serviços de sustentação e operação do ambiente de infraestrutura com Preposto formal atuando de maneira presencial na execução do contrato;

13.1.1.20 Participação na melhoria dos processos de trabalho com a produção de artefatos das disciplinas abaixo:

- a) Gestão de mudanças;
- b) Gestão de níveis de serviços;
- c) Gestão de incidentes;
- d) Gestão de requisições;
- e) Gestão de problemas.

13.1.1.21 volume igual ou superior a 3.021,35 UST's ou 13.293,93 HST, técnicos especializados de tecnologia da informação, contemplando as atividades relacionadas abaixo:

- a) Apoio em levantamentos técnicos na elaboração e revisão do PDTI e acompanhamento de indicadores de governança conforme as melhores práticas do mercado;
- b) apoio técnico em Processos Tecnológicos de infraestrutura;
- c) apoio técnico nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços de TI;
- d) apoio técnico no acompanhamento e controle dos contratos de TI;
- e) apoio técnico no gerenciamento de licenças necessárias a manutenção da infraestrutura;
- f) apoio na modelagem de processos de negócio (AS-IS e TO-BE) de infraestrutura;
- g) apoio técnico na implementação de processos do escritório de projetos com elaboração de artefatos previstos no PMBOK 5.0;
- h) sustentação do ambiente ferramenta Project Web App em nível institucional.

13.1.1.22 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica que envolvam prestação de serviços de infraestrutura, objeto desta contratação. Atestados de desenvolvimento, apoio a sistemas de informação, fábrica de software ou do mesmo gênero serão desconsiderados;

13.1.1.23 Para os contratos que abrangem escopo amplo de apoio a tecnologia da informação, deverão ser emitidos por entidade pública ou privada informando que as informações ali contidas são únicas e exclusivamente prestadas com foco em sustentação de infraestrutura de redes;

13.1.1.24 Aos contratos que forem voltados a horas homem, será atribuído o fator de 4,4 que corresponde à média da tabela de complexidades do catálogo, uma vez que a composição de uma UST deve ser o volume de horas realizadas vezes o fator de equivalência ($1 \text{ UST} = \text{HST} * \text{Fator de equivalência}$; $1 \text{ UST} = 4,4 \text{ horas}$). Para fins de comprovação o que vale é o fator médio de complexidade da Funasa no intuito de se tentar equiparar o diversos modelos de contratação existentes no mercado;

13.1.1.25 O somatório de atestados apenas serão aceitos para composição dos quantitativos e não para comprovar os itens requisitados, exemplo “volume igual ou superior a 1.258,90 UST's ou 5.539,14 HST em Implantação e adoção de ferramentas de monitoramento”, os atestados poderão somar 1.258,90 UST's ou 5.539,14, mas ambos deverão ser para “Implantação e adoção de ferramentas de monitoramento”;



Fundação
Nacional
de Saúde



13.1.1.26 Motivo da FUNASA permitir o somatório apenas para os quantitativos deve-se pelo fato da intenção de se medir a capacidade técnico operacional da empresa em executar serviços com características semelhantes às que serão empregadas nesta contratação.

14. POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

14.1 A Contratada, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e portaria nº 564, de 02 de dezembro de 2010, da Procuradoria Geral do Trabalho.

15. METODOLOGIA FÍSICO FINANCEIRA

15.1 Aceitabilidade das propostas

15.1.1 Os preços devem ser compatíveis com os preços praticados na Administração Pública, de acordo com o Art. nº 15, Inciso V da Lei 8.666/93, a qual diz que as contratações sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. Os preços não poderão ser superiores aos valores estimados pela Funasa.

15.1.2 Os custos relativos a documentação, transferência de conhecimento e serviços, bem como quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação devem estar incluídos nos preços ofertados da proposta, conforme modelo no Anexo X – Planilha de Formação de Preços.

15.2 Critérios de Seleção

15.2.1 O serviço de que trata este Termo caracteriza-se como serviço comum, assim definidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

15.2.2 Por se tratar de um serviço comum, será utilizada a modalidade pregão e, na fase de seleção do fornecedor, as propostas serão avaliadas pelo menor preço global.

15.2.3 A licitante deverá apresentar todos os documentos comprobatórios de sua habilitação técnica exigidos neste termo de referência, ou outros que porventura sejam solicitados para comprovação da capacidade da CONTRATADA quanto à execução dos serviços.

15.3 Caracterização da Solução

O Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 estabelece em seu parágrafo primeiro do artigo 2º que se consideram bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, dessa forma, tendo esse objeto essas mesmas características, onde são ofertados, em princípio, por muitos fornecedores e comparáveis entre si com facilidade, com isso, define-se o objeto como **BENS E SERVIÇOS COMUNS**.

15.4 Do Reajuste do contrato

15.4.1 O reajuste será precedido da verificação acumulada do índice estabelecido, devendo ser observada a adequação ao preço médio de mercado.

15.4.2 Se a variação acumulada do índice adotado resultar superior ao preço médio de mercado, será negociado preço compatível com a realidade de mercado.

15.5 Reequilíbrio Econômico-Financeiro

15.5.1 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, o contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fundamento na alínea “d”, Inciso II, Art. 65 da Lei nº



Fundação
Nacional
de Saúde



8.666/93 e Art. 17 da LRF, desde que essas hipóteses configurem álea econômica extraordinária e extracontratual, a ser inequivocamente comprovada pela licitante vencedora.

15.5.2 Serão também consideradas, para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro, as hipóteses e termos previstos no § 5º, Art. 65 da Lei nº 8.666 de 12 de junho de 1993.

15.6 Cronograma de Execução Físico-Financeiro

15.6.1 A execução físico-financeira do contrato ocorrerá mensalmente de acordo com a forma de pagamento definida.

16. NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1 A Funasa Presidência deverá adequar suas instalações físicas quanto a infraestrutura elétrica, reorganização do espaço físico e alocação dos mobiliários a serem utilizados pelos profissionais da CONTRATADA.

17. RECURSOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1 Recursos Materiais

a) Os equipamentos, ferramentas e materiais utilizados, bem como a prestação dos serviços deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pela FUNASA, sendo que a inobservância desta condição implicará a sua recusa, bem como a sua devida adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

17.2 Recursos Humanos

a) O modelo de prestação de serviços prevê que a CONTRATADA seja integralmente responsável pela gestão de seu pessoal em todos os aspectos, sendo vedado à equipe da FUNASA, formal ou informalmente, qualquer tipo de ingerência ou influência sobre a administração da mesma, ou comando direto sobre seus empregados, fixando toda negociação na pessoa do preposto da CONTRATADA ou seu substituto.

b) Neste sentido, se torna indispensável a transferência de conhecimento à equipe técnica da FUNASA de todos os novos procedimentos e/ou serviços implantados ou modificados pela CONTRATADA, mediante documentação técnica em repositório adotado pela Fundação para esse fim, dando plena capacidade ao mesmo de acompanhar, executar e gerenciar os serviços contratados em caso de descontinuidade do contrato.

18. ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE CONTRATUAL

18.1 Contrato Não Assinado

Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: Caso a empresa CONTRATADA se negue a assinar o contrato, haverá convocação da 2ª ou subsequente para assinatura do contrato. Em caso de não haver interesse das empresas subsequentes, deverá ser iniciado novo procedimento licitatório - Unidade de compras.

18.2 A empresa não teve capacidade de entregar os serviços, mesmo com o contrato assinado:

Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: Caso haja rescisão contratual, deverá ser iniciado novo procedimento licitatório ou acionamento da 2ª licitante classificada - Unidade de compras.



Fundação
Nacional
de Saúde



18.3 Haver “fujo” na legislação aplicada ou nas especificações/qualidade dos produtos:
Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: Ter certeza que a equipe de planejamento tenha capacidade e conhecimento do assunto técnico, bem como da parte administrativa e jurídica, estando tudo isso transcrito nos documentos – Equipe de Planejamento.

18.4 Questões Relacionadas a Defeitos e Reparações

Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: Caso a empresa CONTRATADA não providencie a reparação de algum serviço prestado insatisfatoriamente, haverá a aplicação de advertência, multa, notificação, sanções, abatimento das custas do depósito em garantia. O custo do retrabalho dos serviços ocorrerá a expensas da empresa, o que poderá ser cobrado judicialmente – Comissão executora.

18.5 Serviço de Manutenção Fora do Prazo

Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: Caso a empresa CONTRATADA não providencie os serviços em um prazo hábil estipulado, causando prejuízo ao Erário, haverá aplicação de advertência, multa, notificação, sanções, abatimento das custas do depósito em garantia – Comissão executora.

18.6 Incapacidade de Realização dos Serviços

Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: Caso a empresa CONTRATADA se negue ou não tenha capacidade de realizar os serviços contratados, mesmo com contrato assinado, a empresa CONTRATANTE dará início à rescisão contratual e deverá ser iniciado novo procedimento licitatório – Comissão executora.

18.7 Cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (ANS)

Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: O não cumprimento do ANS implica em aplicação de advertência, multa, notificação, sanções, abatimento das custas do depósito em garantia. Caso o desrespeito ao ANS cause danos ao negócio da contratante, os custos da falta do objeto serão cobrados judicialmente – Comissão executora.

18.8 Garantia de Qualificação Econômico-Financeira

Ações de Contingência e seus respectivos responsáveis: A empresa CONTRATADA deverá apresentar qualificação econômico-financeira que minimize ocorrência do risco de insubsistência da empresa – Unidade de compras.

19. AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

19.1. Continuidade do fornecimento da solução de tecnologia da informação em eventual interrupção contratual

19.1.1. A futura transição contratual decorrente de nova licitação para o mesmo objeto e a eventual interrupção do contrato por qualquer motivo são riscos inerentes a pretendida contratação, para os quais concorrem como ações planejadas para favorecer a continuidade dos serviços, reduzir os impactos e prover maior segurança institucional.

19.1.2. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado pela FUNASA, qualificação econômico-financeira que minimize o risco de insubsistência da mesma.

19.1.3. Também com o intuito de minimizar os impactos no caso de insubsistência/falência da CONTRATADA, todo material ou produto da FUNASA mantido, produzido ou atualizado pela CONTRATADA deverá estar sob total controle da FUNASA.

19.1.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja



Fundação
Nacional
de Saúde



prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19.1.5. Em caso de venda da CONTRATADA ou incorporação por novos controladores, esta deverá assegurar a FUNASA, mediante cláusula contratual, transferência de todas as obrigações contratuais ao sucessor.

19.1.6. A empresa CONTRATADA repassará a FUNASA, todo o conhecimento técnico e capacitação necessária para a manutenção e suporte técnico dos serviços ora contratados, visando manter a solução em funcionamento em caso de interrupção por transição contratual ou outro motivo, o termo de Direito de Propriedade Intelectual da FUNASA no que concerne à parte de customização desenvolvida com base nas definições de requisitos próprios da Fundação.

19.1.7. A CONTRATADA devolverá os recursos disponibilizados, terá os perfis que lhe foram atribuídos revogados, bem como a eliminação das caixas postais de correio eletrônico.

19.2. Atividades de transição contratual e encerramento do contrato

19.2.1. Todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos serviços contratados, deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE ou empresa por ela designada, em até 60 (sessenta) dias após a finalização do CONTRATO.

19.2.2. Para isto, um Plano de Transição, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição, deverá ser entregue à CONTRATANTE pela CONTRATADA, 03 (três) meses antes da expiração ou da finalização do CONTRATO.

19.2.3. No Plano de Transição deverão estar identificados todos os compromissos, papéis e responsabilidades, artefatos e tarefas, a data de início da transição, o tempo necessário e a identificação de todos os envolvidos com a transição.

19.2.4. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução do Plano de Transição, bem como a garantia do repasse bem sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pelo CONTRATANTE ou empresa por ele designada.

19.2.5. É de responsabilidade da CONTRATANTE, ou da empresa por ela designada, a disponibilidade dos recursos qualificados identificados no Plano de Transição como receptores do serviço.

19.2.6. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de CONTRATO, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados à CONTRATANTE, conforme estipulado nas Sanções Administrativas aplicáveis.

19.2.7. Durante o tempo requerido para desenvolver e executar o Plano de Transição, a CONTRATADA deve responsabilizar-se pelo esforço adicional que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem ônus para a CONTRATANTE.

19.2.8. Por esforço adicional entende-se o treinamento nas tarefas, pesquisas, transferência de conhecimento, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e/ou empresa por ele designada, documentação ou qualquer outro esforço vinculado à tarefa de transição.

19.2.9. A CONTRATADA deverá devolver todos os insumos que foram disponibilizados pela FUNASA para execução de suas atividades.

19.2.10. Revogação de perfis de acesso – todos os acessos do pessoal da CONTRATADA serão revogados, bem como a eliminação de caixas postais.

19.3. A estratégia de independência da contratante com relação à contratada.



Fundação
Nacional
de Saúde



19.3.1. A estratégia de independência tem como garantia os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, os quais deverão ser assinados pelos respectivos fiscais técnico, requisitante e administrativo e irão subsidiar o Gestor do Contrato na emissão do Termo de Encerramento do Contrato, momento em que é autorizado o pagamento da última parcela do contrato.

19.4. Transferência de conhecimento

19.4.1. A transferência de conhecimento da CONTRATADA para a FUNASA ocorrerá por meio de treinamento e pela interação entre as equipes técnicas da empresa CONTRATADA e da Fundação durante a implantação dos serviços, objeto desta contratação.

19.5. Direitos de propriedade intelectual

19.5.1. Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertencem à Administração Pública Federal.



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO II

ATIVIDADES DE EXECUÇÃO CONTINUADA

Os serviços que não gerarem resultados ou produtos aferíveis para a contratação não serão utilizadas métricas, porém estarão inclusos na contratação e deverão ser atendidos no suporte e sustentação à infraestrutura de Tecnologia da Informação da Funasa, atendendo assim ao recomendado pelo Acórdão 916/2015-Plenário:

“288. Com relação à mensuração de serviços em contratos de suporte ou sustentação à infraestrutura de TIC, verificou-se que a métrica Unidade de Serviço Técnico (UST) ou Unidade de Medida de Serviços (UMS), teoricamente vinculada a resultados, mostra-se inadequada para serviços que não geram resultados ou produtos aferíveis pelo ente público contratante (parágrafos 219-229). Além disso, pondera-se oportuno salientar que, nesses contratos, a organização pública contratante é quem deve possuir o controle da classificação e contabilização dos serviços, de modo a melhorar a rastreabilidade do que foi executado.”

Os serviços abaixo deverão ser mensurados e classificados individualmente devido à necessidade contínua de atualização do ambiente tecnológico da Funasa. Poderão ocorrer ampliações ou supressões dos serviços, os quais serão definidos pela CONTRATANTE em acordo com a CONTRATADA:

➤ **Monitoração do Ambiente de Infraestrutura**

Monitorações físicas e lógicas, presenciais e ininterruptas, de equipamentos servidores, serviços e Rede Wan, por meio de visualizações, testes de comunicações e controles automatizados com ferramentas especializadas, análise de logs e outras ferramentas que se fizerem necessárias para execução da atividade. A monitoração deverá ser realizada nos ativos localizados na Funasa Presidência e em todas as Superintendências Estaduais, sendo a monitoração física realizada somente nos ativos da Presidência.
Realização de análises de desempenho, disponibilidade e capacidade na rede Corporativa da FUNASA, física e lógica, incluindo roteadores, switches, firewalls, circuitos de transmissão, servidores, storage, softwares de apoio, softwares básicos e sistemas aplicativos, apoiando na proposição de medidas corretivas/evolutivas necessárias ao perfeito funcionamento do ambiente.
Tomar ações imediatas frente a quaisquer problemas detectados com diagnósticos preciso, incluindo documentação das atividades realizadas.
Zelar e fiscalizar o acesso à sala de servidores e às demais salas com ativos e passivos de rede, acompanhando terceiros e demais autorizados que não sejam técnicos de infraestrutura e efetuando registros de todos os acessos e suas finalidades
Registrar ocorrências que interfiram nos acessos, desempenho ou continuidade dos serviços e executar plano de comunicação conforme procedimentos



existentes, sempre que necessário.

Ajustar a configuração e efetuar o monitoramento dos softwares de monitoração, desempenho e tráfego informando às áreas responsáveis sobre possíveis ocorrências de falhas.

Executar, pela manhã, checklist de inspeção física dos racks, dos equipamentos e dos alarmes da sala cofre, registrando o resultado conforme orientações da Funasa, executando o plano de comunicação sempre que forem detectadas falhas.

Registrar todos os incidentes detectados de forma automatizada, executando o plano de comunicação definido pela Funasa.

Gerar e emitir, mensalmente, relatório de disponibilidade, desempenho e incidentes na Rede WAN.

Documentar todas as atividades, devendo compor o relatório de atividades mensal.

Analisar logs de eventos, performance, sistemas e segurança, executando procedimentos para qualquer evento fora dos padrões.

➤ **Operação e Suporte ao Ambiente de Infraestrutura**

Levantamento do tráfego de redes, transações, tamanho e estrutura com objetivo de avaliação de software, aplicativos e componentes de rede.

Monitoração de serviços On line.

Documentar todas as atividades, devendo compor o relatório de atividades mensal.

➤ **Atualização automática de software para estações de trabalho e servidores**

Analisar as atualizações quanto a sua criticidade e necessidade.

Encaminhar lista de atualizações para Service Desk e Equipe responsável pelo serviço, Administradores de Servidores e Administradores de Serviços. Liberar atualizações para grupo de homologação. Acompanhar, avaliar e acionar equipe responsável em caso de eventuais problemas gerados pelas atualizações em homologação.

Acompanhar, avaliar e acionar equipe responsável em caso de eventuais problemas gerados pelas atualizações em homologação.

Registrar Solicitação de Mudança com atualizações aprovadas.

Redigir e encaminhar e-mail informativo alertando as unidades regionais da FUNASA a deixarem as estações de trabalho ligadas durante a noite para permitir o download das atualizações.

Liberar atualizações homologadas para os demais grupos de estações e servidores.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

Monitorar as máquinas que não reportam ao serviço de atualização ou estão desatualizadas, e acionar a equipe responsável.

Elaborar relatórios: 1) de máquinas que não conectam ao serviço de atualização, 2) de máquinas em que a atualização não foi instalada.



Fundação
Nacional
de Saúde



Encaminhar lista de atualização para Service Desk e Equipe responsável pelo serviço, Administradores de Servidores e Administradores de Serviços. Liberar atualizações para grupo de homologação.

Acompanhar, avaliar e acionar equipe responsável em caso de eventuais problemas gerados pelas atualizações em homologação.

Registrar Solicitação de Mudança com atualizações aprovadas no item anterior.

➤ **Administração do Serviço de Impressão**

Manter servidor de impressão/drivers de impressoras atualizados.

Documentar o serviço.

➤ **Backup e Restore de Arquivos Corporativos**

Análise de logs de processamento e de backup/restore.

Controlar o armazenamento de mídias.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

Gerar relatório mensal do consumo de backups e atendimentos de restaurações.

➤ **Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks)**

Monitorar, em dias úteis, os desktops com definições de vírus desatualizadas, e aplicar procedimento para corrigir a situação.

Garantir que o software cliente de antivírus esteja instalado nas estações com as políticas corretas, de acordo com a localidade e/ou outras especificidades.

Monitorar, em dias úteis, as estações infectadas e tomar todas as providências necessárias para sanar o problema, acionando, se for o caso, a equipe de atendimento para efetuar o procedimento manual correto para a limpeza completa da ameaça, caso o software cliente de antivírus não consiga removê-lo automaticamente ou a máquina infectada impeça a instalação ou o correto funcionamento do software cliente de antivírus. Ao fim, retirar o status de máquina infectada na ferramenta de gerência do antivírus.

Gerar relatório semanal com as máquinas infectadas no período e as ações tomadas para verificar ou sanar o problema.

Monitorar os scans automáticos semanais. Documentar as informações e gerar relatório semanal registrando estatísticas de tempo médio gasto e outras informações que a Funasa entender necessárias.

Gerar relatório mensal consolidado, de acordo com as orientações da Funasa, se for o caso, a proposição de melhorias e correções de procedimentos de cada item. Identificar as estações infectadas, por tipo de malware, data da identificação, data da recuperação, dentre outras informações relevantes.

Garantir a constante atualização da documentação relacionada ao serviço.

➤ **Antivírus em equipamentos servidores**

Monitorar, semanalmente, os resultados de escaneamento do cliente antivírus dos servidores, notificando à Funasa qualquer ameaça ou vulnerabilidade e a sua solução manual. Documentar as informações e gerar relatório semanal registrando estatísticas de tempo médio gasto e outras informações que a Funasa



entender necessárias.

Monitorar, em dias úteis, as máquinas com definições de vírus desatualizadas há mais de 2 dias, ou software cliente desativado, e notificar a Funasa.

Monitorar, em dias úteis, os servidores de atualização das regionais, verificando se o download e a distribuição dos arquivos estão disponíveis, identificando e corrigindo problemas.

Verificar existência de servidor sem a política de antivírus correta aplicada, se existir, fazer o levantamento das peculiaridades deste servidor, de acordo com os critérios predefinidos, e repassar as informações à Funasa para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Garantir atualização constante da documentação relacionada ao serviço.

Gerar relatório semanal com o estado atual de todos os servidores Windows, incluindo definições, infecções, vulnerabilidades, políticas, horários de scans, tempo médio gasto pelos scans, assim como qualquer outra informação que a Funasa julgar necessária.

Garantir a constante atualização de toda a documentação relacionada ao serviço.

Realizar backup semanal da database do sepm.

Verificar a saúde do ambiente.

➤ **Tratamento de mensagens não solicitadas (spam)**

Efetuar triagem dos spams reportados.

Realizar o tratamento de mensagens de spam/phishing e malwares de acordo com procedimentos estabelecidos pela Funasa.

Elaborar mensalmente relatório gerencial, baseado no resultado da execução da atividade de tratamento das mensagens.

Garantir a constante atualização de toda a documentação relacionada ao serviço.

Gerenciar as listas de reputação Symantec Messaging Gateway.

Analisar logs de auditoria de mensagens.

Analisar logs dos controlers do Symantec Messaging Gateway.

➤ **Acompanhamento de vulnerabilidades**

Atualizar relação de ativos/serviços passíveis de acompanhamento de vulnerabilidades, por meio de questionamentos à Funasa ou de consulta à ferramenta de inventário.

Levantar vulnerabilidades que afetem os ativos utilizados pela Funasa em listas de publicação de vulnerabilidades, em sítios dos fornecedores e em ferramentas internas de scan de vulnerabilidades.

Apresentar, semanalmente, relatório descrevendo os resultados do levantamento da atividade de levantamento desta tarefa, bem como, quando for o caso, correções disponíveis para as vulnerabilidades identificadas de acordo com procedimento estabelecido pela Funasa.

Garantir a constante atualização de toda a documentação relacionada ao serviço.



Fundação
Nacional
de Saúde



➤ **Revisão de Racks de Rede**

Documentar e notificar a Seção de Gerenciamento de Redes sobre outras inadequações existentes nos racks que precisem ser resolvidas.

Elaborar relatório com o registro das atividades mensais contendo, no mínimo, data de verificação, identificação do rack, identificação do responsável pela verificação e registro das inadequações.

➤ **Implantação e Manutenção da Infraestrutura de Wan da rede corporativa**

Monitoração da utilização dos links.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

➤ **Instalar, configurar e manter os serviços de STORAGE**

Verificar logs do storage.

Verificar logs dos switches Fiber Channel.

Verificar conectividade entre os servidores, switch e storage.

Análise de logs referentes a desempenho.

Verificar conectividade entre o servidor de gerencia e storage.

Verificar climatização do ambiente onde estão instalado os equipamentos.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

➤ **Instalar, configurar e manter usuários no Active Directory**

Monitorar a replicação do active directory.

Monitorar a replicação do Sistema de Arquivos Distribuído do active directory DFSR.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

➤ **Habilitar/Desabilitar CIF**

Monitorar serviços.

Analisar replicação dos servidores.

Documentar todas as atividades, devendo compor o relatório de atividades mensal.

➤ **Administração dos ativos de rede - Switch**

Analisar logs e performance dos ativos.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

➤ **Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL**

Operar, manter e atualizar firewalls e IDS/IPS.

Monitorar / Analisar regras.

Verificar logs de regras.

Tomar ações imediatas frente a quaisquer problemas detectados com diagnósticos preciso, incluindo documentação das atividades realizadas.

Acompanhar o desempenho dos firewalls via ferramentas de monitoração e



Fundação
Nacional
de Saúde



tratar anomalias, agindo proativamente com a identificação de ameaças, vulnerabilidades, ataques e tentativas de invasão à infraestrutura de redes da Funasa.
Registrar ocorrências que interfiram nos acessos, desempenho ou continuidade dos firewalls e executar plano de comunicação conforme procedimentos existentes, sempre que necessário.
Ajustar a configuração e efetuar o monitoramento dos softwares de monitoração, desempenho e tráfego informando às áreas responsáveis sobre possíveis ocorrências de falhas.



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO III AMBIENTE TECNOLÓGICO

Administração da rede

A área de Administração da rede lida com o arranjo da infraestrutura de hardware, com a interligação de redes e com os serviços de comunicação de dados, os quais estão organizados da seguinte forma:

➤ Diagrama da Topologia Atual da Rede

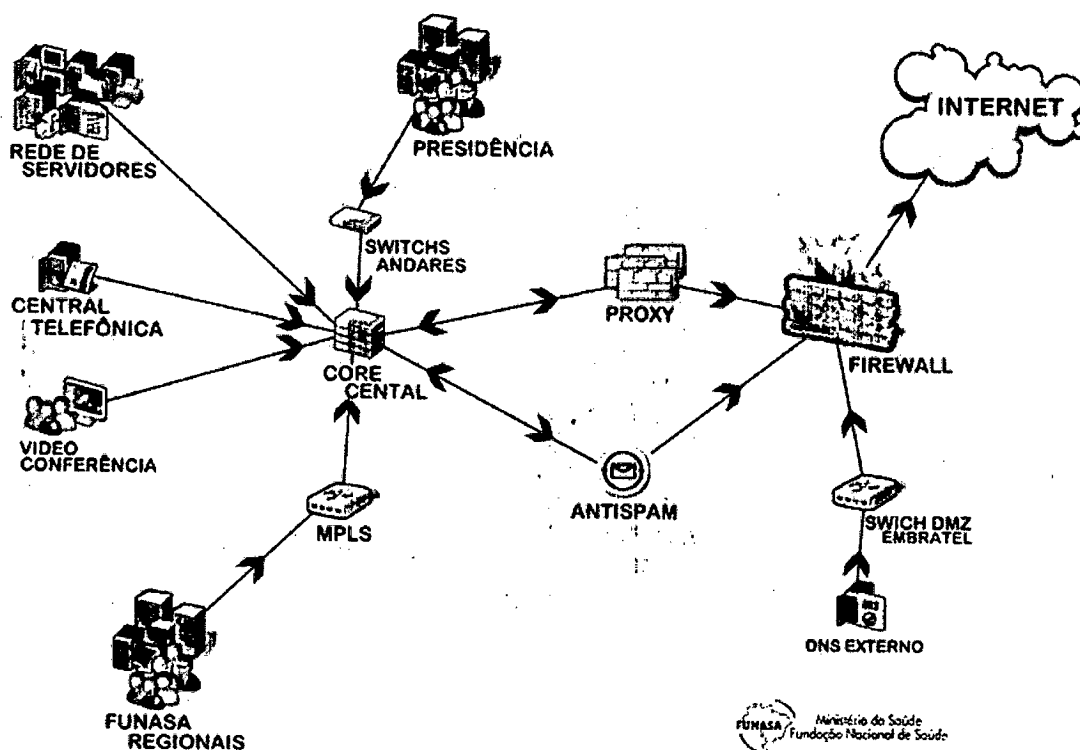


Figura 1 - Diagrama da topologia da rede da Funasa

➤ Ambiente Central - Servidores da Rede (Sede)

Todos os servidores de rede da presidência estão armazenados na sala cofre, localizados no primeiro andar do prédio da sede da Funasa.

O parque dos servidores de rede é composto por:

Total de Windows em máquinas físicas
53

Total de Windows em máquinas Virtuais
67

Total de Windows
120



Fundação
Nacional
de Saúde



Total de Linux em máquinas físicas
16

Total de Linux em máquinas Virtuais
15

Total de Linux
31

Total de Máquinas Físicas
69

Total de Máquinas Virtuais
82

Total de Máquinas
151

Servidores de Maquinas Virtuais Hyper-v
12

Servidores de Maquinas Virtuais ESXi
2

Total Servidores de Maquinas Virtuais
14

Os servidores físicos são descritos a seguir:

Fabr ican te	Sistema Oper.	Software/Serviço
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	System Center
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	DHCP, WINS
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Gerência Symantec Mobile
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Push LyncWeb
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	PXE Symantec
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	File Server
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Media Server Netbackup
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	SQL Server



Fundação
Nacional
de Saúde



DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	A.D REP
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Storage na Nuvem
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	OPS Center do Backup
DEL L	LINUX	POC para SSIM
DEL L	WINDOWS SERVER 2003	SISCON, SIGOB, CARTA CONSULTA
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2003	Lotus Notes
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Desenvolvimento ASP
DEL L	WINDOWS SERVER 2003	BD Ponto Eletrônico
DEL L	WINDOWS SERVER 2003	Project 2007
DEL L	WINDOWS SERVER 2008	SharePoint 2010
DEL L	WINDOWS SERVER 2008	Homologação ASIWEB
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Media Server Netbackp
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Controlador de Domínio
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	HYPER-V
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	DNS Externo
DEL L	CENTOS	Anti-Spam
DEL L	CENTOS	Anti-Spam
DEL L	ESXI 4.1	Máquina de Virtualização
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Banco de Dados D.L.P
DEL L	ORACLE LINUX	Midway Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Antivírus
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	Controlador de Domínio
DEL L	ESXI 4.1	Máquina de Virtualização



Fundação
Nacional
de Saúde



DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2003	SCDWEB, ADMINUSER
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	D.L.P Detection Server
DEL L	ESXI 4.1	Máquina de Virtualização
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Backup
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	ASIWEB
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	FREEBSD	DNS Externo
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	HYPER-V
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	HYPER-V
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	ORACLE LINUX	Banco de Dados
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	HYPER-V
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Mailbox Exchange 2010
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Mailbox Exchange 2010
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	HYPER-V
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Proxy Norte-Nordeste
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Proxy Presidência
DEL L	WINDOWS SERVER 2008 R2	Proxy Centro-Sul
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	Controlador de Domínio
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	Controlador de Domínio



Fundação
Nacional
de Saúde



DEL L	WINDOWS SERVER 2012	HYPER-V
DEL L	WINDOWS SERVER 2012	HYPER-V

Tabela 1 - Servidores de rede

➤ Tempo de uso dos servidores

Equipamento Servidor	Quantidade
Maquinas com mais de 5 anos e menos de 10 anos	47
Maquinas com mais de 3 anos e menos de 5 anos	69
Máquinas com menos de 3 anos.	00

Tabela 2 - Tempo de Uso dos Servidores

➤ Equipamentos Servidores das Unidades Descentralizadas

Descrição	Quantidade
Servidores de rede disponíveis (Superintendências e unidades descentralizadas)	50
Storage EMC VNXe 3100	26
Rack Emerson	26

Tabela-3 - Servidores das Unidades Descentralizadas

➤ Quantidade de máquinas e usuários clientes

Descrição	Quantidade
Máquinas cliente	4.450
Contas de usuário na Funasa	4.500

Tabela 4 – Quantidade de máquinas e usuários clientes

➤ Relação de servidores de rede nas Unidades Descentralizadas da Funasa

	Cidade	Fabricante	Sistema Operacional	Software/Serviço
	Rio Branco	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DE	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V



		L L		
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Maceió	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Manaus	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Macapá	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server



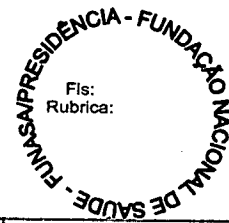
Fundação
Nacional
de Saúde



		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Salvador	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Fortaleza	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Vitória	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Goiânia	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC



Fundação
Nacional
de Saúde



		DELL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		VM	Windows 7 Professional	Altiris
	São Luís	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DELL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		VM	Windows 7 Professional	Altiris
	Belo Horizonte	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DELL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		VM	Windows 7 Professional	Altiris
	Campo Grande	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DELL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup



Fundação
Nacional
de Saúde



		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Cuiabá	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Belém	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Paraíba	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Recife	D E	Windows Server 2012 Standard	DC



		L		
		L		
		D	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		E		
		L		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		M		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		M		
		V	Windows 7 Professional	Altiris
	Teresina	M		
		D	Windows Server 2012 Standard	DC
		E		
		L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		L		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		M		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		M		
		V	Windows 7 Professional	Altiris
	Rio de Janeiro	M		
		D	Windows Server 2012 Standard	DC
		E		
		L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		L		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		M		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		M		
		V	Windows 7 Professional	Altiris
	Natal	M		
		D	Windows Server 2012 Standard	DC
		E		
		L		
		L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V



Fundação
Nacional
de Saúde



		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Porto Velho	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Boa Vista	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris
	Porto Alegre	D E L L	Windows Server 2012 Standard	DC
		D E L L	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		V M	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		V M	Windows 7 Professional	Altiris



Fundação
Nacional
de Saúde



	Florianópolis	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DELL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		VM	Windows 7 Professional	Altiris
	Aracaju	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DELL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		VM	Windows 7 Professional	Altiris
	São Paulo	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DELL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		VM	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		VM	Windows 7 Professional	Altiris
	Palmas	DELL	Windows Server 2012 Standard	DC
		DEL	Windows Server 2012 Standard	Hyper-V



Fundação
Nacional
de Saúde



		L		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	Backup
		M		
		V	Windows Server 2008 R2 Enterprise	File server
		M		
		V	Windows 7 Professional	Altiris
		M		

Tabela 5 - Servidores de rede nas Superintendências

➤ **Relação de sistemas utilizados pelos servidores de rede da Funasa**

Sistema
SIGOB
SISCONWEB
ADMINUSER
CSPU
SCDWEB
SIGESAN
SISGEM
SIGA
SIDOC
ASIWEB
SEI
SITE FUNASA
SCA
INTRANET

Tabela 6 - Relação de sistemas utilizados pelos servidores de rede da Funasa

➤ **Ativos de Rede**

Resumo dos ativos de rede da Sede e nas Superintendências Estaduais:

Descrição	Modelo	Sede	Superintendência	Total
Switch Layer 3	Extreme Summit X450e-48p	72	200	272
Access Point	Extreme Ap-4600	40	5	45
Switch Central	Extreme Black Diamond 8810	2	-	2
Controla	Extreme	2	-	2



Fundação
Nacional
de Saúde



dor Wireles s	WM3600			
Total		1 1 6	205	3 2 1

Tabela 7 - Ativos de rede

➤ **Distribuição dos ativos de rede na Sede e nas Superintendências Estaduais**

Localidade	Switch Layer 3	Acces s Point
Brasília- DF(SEDE)	72	40
AC	8	-
AL	8	1
AM	8	-
AP	8	-
BA	8	-
CE	8	-
ES	8	-
GO	8	-
MA	8	-
MG	8	-
MS	8	-
MT	8	-
PA	8	-
PB	8	-
PE	8	-
PI	8	-
PR	8	1
RJ	8	2
RN	8	-
RO	8	-
RR	8	-
RS	8	1
SC	8	-
SE	8	-
SP	8	-
TO	8	-

Tabela 8 - Distribuição Ativos de Rede – Sede e Superintendências

➤ **Datacenter**

A Funasa detém um Datacenter em Brasília com repositório para armazenamento, gestão e disseminação de dados e informação organizada em torno de uma área fim, composto por sala cofre com 69 servidores físicos, 1 Fitoteca, 1 Storage com capacidade de armazenamento para 320 TB, além dos ativos de rede, Core Central com redundância.



Fundação
Nacional
de Saúde



➤ **Correio Eletrônico**

O serviço de correio eletrônico da Funasa é baseado na perspectiva abaixo.

Microsoft Exchange 2010 service pack 3

Serviço de antispam Symantec Messaging Gateway Modelo 8380

Tabela 9 - Correio Eletrônico Funasa

➤ **Utilização do correio eletrônico**

Total mensal de e-mails enviados	Total mensal de e-mails recebidos	Área em disco utilizada mensalmente para armazenamento do Correio Eletrônico
584.000	1.119.186	12TB

Descrição	Quantidade
Contas registradas em toda Funasa	5.000
Mensagens transmitidas diariamente (entrada/saída)	121.000
SPAMs detectados mensalmente	66.000

Tabela 10 - Utilização do Correio Eletrônico

➤ **Backup**

O serviço de backup é composto por 1 Fitoteca e discos físicos do Storage Central e das Superintendências Estaduais.

Solução	Descrição
Veritas NetBackup 7.6.1	Gerenciador de backup na presidência e nas superintendências.
Veritas OpsCenter 7.6.1	Visualizador centralizado das rotinas de backup na presidência e nas superintendências.
Fitoteca Tandberg T40	Fitoteca com robô de dois drives e suporte a 30 fitas LTO4.

Tabela 11 – Serviço de Backup

➤ **Antivírus**

A solução utilizada é a Symantec Endpoint Protection, a atualização da vacina é realizada diariamente, e a atualização de versão é realizada em média 2 (duas) vezes por ano.

Solução	Descrição
Symantec Endpoint Protection	Antivírus para estações de trabalho e servidores Windows; Gerenciador centralizado do antivírus na



Fundação
Nacional
de Saúde



12.1.6MP4 6860	presidência e repositórios de vacinas nas superintendências.
----------------	--

Tabela 3 – Antivírus

➤ **Análise de tráfego da rede**

A análise de tráfego é realizada através de logs colhidos nos roteadores, nos logs do servidor de Proxy, software Zabbix, além do firewall da Embratel. Os serviços de análise de tráfego disponíveis são: Zabbix e TMG.

Solução	Descrição
Solução de Monitoramento	Ferramenta Zabbix como ferramenta para monitoramento e alerta. Data Center: Rittal CMC.

Tabela 4 - Análise do tráfego da rede

➤ **Storage**

Solução	Descrição	Quantidade
EMC VNX 7500	OE 05.32.000.5.215 / 25Gigas de memória por controladora / 291 discos / Capacidade Liquida 320Tb	1
EMC VNXe 3100	Versão: 2.4.4.22 / 8 Gigas de memória por controladora / 17 Discos / Capacidade liquida 11Tb	26

Tabela 54 - Storage

➤ **Sistema de Filtro de Acesso à Internet (Proxy e Firewall)**

Os serviços de firewall e proxy estão em transição para novas contratações. O cenário atual é:

Servidor de Proxy: Microsoft ForeFront TMG 2010 SP2 Versao 7.0.9193.500
Firewall: Fortinet FortiGate 300 C Sistema Operacional FortiOs 5.2

Tabela 65 – Sistema de Filtro de acesso à Internet

➤ **Acesso à Rede Corporativa pela Internet (VPN)**

A Funasa possui VPN (Virtual Private Network), Rede Privada Virtual, sendo uma rede de comunicações privada normalmente utilizada por uma empresa ou um conjunto de empresas e/ou instituições, construída em cima de uma rede de comunicações pública (como por exemplo, a Internet). É disponibilizada para alguns usuários que monitoram a rede ou que tem necessidade de acessar serviços internos fora da Funasa. O acesso é dado através de um software que a Embratel disponibiliza, sendo que o usuário recebe um login e um password para o acesso.

Acesso	Quantidade
Quantidade de usuários cadastrados	31



Fundação
Nacional
de Saúde



Usuários que já fizeram uso do serviço	31
Usuários, em média, que acessam o serviço diariamente	2

Tabela 76 - Quantidade de Usuários da VPN

➤ **Softwares Utilizados na rede Funasa**

Classificação	Versão
Sistema Operacional para os clientes	Windows 7 e Windows 8
Sistema Operacional para os servidores	Windows Server 2008, 2012 e Linux (Oracle Linux 6x, Ubuntu 14x).
Servidores de Aplicação	Internet Information Services (IIS), Apache, Tomcat e JBoss.
Suíte de Escritório	Microsoft Office
Comunicador Interno	Skype for Business 2015

Tabela 8 - Softwares utilizados na rede Funasa

➤ **Velocidade dos links de comunicação – Links WAN**

PRESIDÊNCIA	VELOCIDADE (KBps) ANO 2016
DISTRITO FEDERAL	153 600 KBps
SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS	VELOCIDADE (KBps) ANO 2016
ACRE	8192 KBps
ALAGOAS	8192 KBps
AMAPÁ	8192 KBps
AMAZONAS	8192 KBps
BAHIA	8192 KBps
CEARÁ	8192 KBps
ESPÍRITO SANTO	8192 KBps
GOIÁS	8192 KBps
MARANHÃO	8192 KBps
MATO GROSSO	8192 KBps
MATO GROSSO DO SUL	8192 KBps
MINAS GERAIS	8192 KBps
PARAÍBA	8192 KBps
PARANÁ	8192 KBps
PERNAMBUCO	8192 KBps
PIAUÍ	8192 KBps
RIO DE JANEIRO	8192 KBps
RIO GRANDE DO NORTE	8192 KBps



Fundação
Nacional
de Saúde



RIO GRANDE DO SUL	8192 KBps
RONDONIA	8192 KBps
RORAIMA	8192 KBps
SANTA CATARINA	8192 KBps
SÃO PAULO	8192 KBps
SERGIPE	8192 KBps
TOCANTINS	8192 KBps

Tabela 18 – Links WAN

UNIDADES DESCENTRALIZADAS	VELOCIDADE (KBps) ANO 2016
SECAP BARRA DE SÃO JOAO	2048 KBps
ALMOXARIFADO DE BELO HORIZONTE	2048 KBps
EDIFICIO ACAIACA – SESAM	2048 KBps
ALMOXARIFADO/SETOR DE TRANSPORTE DE CAMPO GRANDE	2048 KBps
SETOR DE TRANSPORTE DE FORTALEZA	2048 KBps
SETOR DE TRANSPORTE DE MNAS GERAIS	2048 KBps
SECAP MARINGÁ	2048 KBps
ALMOXARIFADO/SETOR DE TRANSPORTE DE RECIFE	2048 KBps
ALMOXARIFADO RIO DE JANEIRO	2048 KBps
ALMOXARIFADO DE SALVADOR	6144 KBps
ALMOXARIFADO DE SÃO LUIS	2048 KBps
PRÉDIO ANEXO – JORDOA	2048 KBps
SETOR DE TRANSPORTE DE TERESINA	2048 KBps
ALMOXARIFADO DO MATO GROSSO	2048 KBps

Tabela 19 - Links WAN descentralizados



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO IV

CATÁLOGO DE SERVIÇOS

TAREFA: Operação e suporte ao ambiente de infraestrutura

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (US\$)
1	M	Planejamento de capacidade de hardware.	DEMANDA	3	6	63,0
2	A	Elaboração e implementação de scripts de rede	DEMANDA	3	75	1.350,0
3	I	Adicionar sensor de monitoramento de um Servidor	DEMANDA	1	72	108,0
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						1.520,0

TAREFA: Administração do serviço de impressão

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (US\$)
4	M	Instalar novas impressoras em servidor de rede.	DEMANDA	1	24	84,0
5	M	Auxiliar na criação de políticas de uso das impressoras.	DEMANDA	2	12	84,0



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Administração do serviço de impressão

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
6	B	Gerenciar a fila de impressão, jobs, gerenciamento de recursos das impressoras, acionamento de equipe para intervenção; garantia de disponibilidade do serviço.	DEMAN DA	1	12	12,00
7	I	Instalar remotamente impressoras para usuários.	DEMAN DA	1	12	13,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						198,00

TAREFA: Backup e restore de arquivos corporativos

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
8	M	Executar as demandas de backup e restauração de arquivos dos equipamentos servidores na Presidência e nas superintendências.	DEMAN DA	2	320	2.240,00
9	M	Instalação do cliente de backup	DEMAN DA	1	48	8,00
10	A	Criar/modificar/excluir rotinas de backup.	DEMAN DA	2	72	864,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						3.272,00

TAREFA: Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks)



Fundação
Nacional
de Saúde



ITEM	COMP LEXID ADE	ATIVIDADE	T I P O	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANU AL	CUST O (UST)
1 1	M	Prestar suporte a equipe de atendimento no que se refere aos assuntos relacionados ao software cliente de antivírus, infecções e ameaças de segurança nas estações.	DEMAN DA	1	108	378,00
1 2	M	Gerar pacotes de instalação para servidores, desktops e notebooks.	DEMAN DA	1	24	84,00
1 3	M	Atualização do cliente de antivírus.	DEMAN DA	2	96	672,00
1 4	M	Debug de estação com software de antivírus.	DEMAN DA	2	48	336,00
1 5	M	Realizar deploy do cliente antivírus para estações de trabalho.	DEMAN DA	1	48	168,00
1 6	M	Abertura de chamado para suporte com a fabricante do antivírus e acompanhamento de atendimento.	DEMAN DA	1	36	126,00
1 7	M	Verificar estações com a ferramenta symhelp.	DEMAN DA	2	36	252,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.016,00

TAREFA: Antivírus em equipamentos servidores



Fundação
Nacional
de Saúde



ITEM	COMP LEXID ADE	ATIVIDADE	T I P O	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANU AL	CUST O (UST)
18	A	Instalação de anti-vírus em servidores.	DEMAN DA	1	36	216,00
19	A	Migração da console do antivírus.	DEMAN DA	8	6	288,00
20	M	Criar/ manter/ editar /e remover políticas.	DEMAN DA	2	24	108,00
21	I	Verificar status do sepm monitor.	DEMAN DA	1	48	72,00
22	M	Criar / manter / configurar servidor GUP.	DEMAN DA	2	48	336,00
23	B	Criar conta de acesso à console.	DEMAN DA	1	24	24,00
24	M	Configurar política de grupo no sepm.	DEMAN DA	1	48	168,00
25	AL	Update e downgrad de atualizações no sepm.	DEMAN DA	6	6	360,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Antivírus em equipamentos servidores

ITEM	COMP LEXID ADE	ATIVIDADE	T I P O	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANU AL	CUST O (UST)
26	B	Mover estações para unidade organizacional.	DEMAN DA	1	72	72,00
27	M	Desbloquear notebook para uso do modem 3g.	DEMAN DA	2	48	336,00
28	I	Configurar log no sepm monitors.	DEMAN DA	2	48	144,00
29	M	Configurar o content distribution monitor tool.	DEMAN DA	1	36	126,00
30	B	Bloquear e desbloquear dispositivos.	DEMAN DA	1	48	48,00
31	A	Configurar servidor de replicação do sepm.	DEMAN DA	2	12	144,00
32	I	Configurar o it analytics.	DEMAN DA	1	24	36,00
33	I	Gerar relatórios pelo it analytics.	DEMAN DA	1	24	36,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Antivírus em equipamentos servidores

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
34	M	Configurar o servidor de quarentena.	DEMAN DA	2	12	84,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.658,00

TAREFA: Tratamento de mensagens não solicitadas (SPAM)

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
35	I	Bloquear conta de email.	DEMAN DA	0,5	96	72,00
36	A	Instalar, configurar e atualizar sistema operacional Symantec Messaging Gateway.	DEMAN DA	6	6	216,00
37	A	Criar, modificar e excluir política de spam, virus, malware para controle do envio e recebimento.	DEMAN DA	6	48	288,00
38	M	Bloquear/Habilitar envio ou recebimento de mensagens de remetentes de domínios externos ou internos.	DEMAN DA	1	96	336,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						912,00

TAREFA: Acompanhamento de vulnerabilidades



Fundação
Nacional
de Saúde



ÍTE M	COM PLE XIDA DE	ATIVIDADE	T I P O	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANU AL	CUSTO (UST)
39	I	Apoiar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações, normas e procedimentos no âmbito da TI.	DEMAN DA	1,5	12	27,00
40	M	Estabelecer medidas efetivas para tratamento dos riscos.	DEMAN DA	2	12	84,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						111,00

TAREFA: Revisão de racks de rede

ÍTE M	COM PLE XIDA DE	ATIVIDADE	TIP O	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANU AL	CUSTO (UST)
41	B	Remover cabos soltos (sem uso) que possam existir dentro do rack.	DEMAN DA	1	12	12,00
42	B	Organizar os cabos passando-os pelos suportes (calhas, canaletas, fixadores) apropriados.	DEMAN DA	8	12	96,00
43	B	Substituir cabos que estão funcionando, mas apresentam problemas em sua estrutura, podendo comprometer o funcionamento da rede.	DEMAN DA	1	12	12,00
44	B	Realizar a correta fixação de ativos de rede que possam estar sem parafusos e/ou outros fixadores.	DEMAN DA	1	12	12,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						132,00



Fundação
Nacional
de Saúde

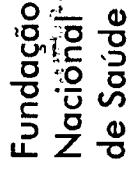


TAREFA: Implantação e manutenção da infraestrutura de Wan da rede corporativa

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUAL	CUSTO (UST)
45	M	Acompanhamento da instalação dos links.	DEMAN DA	4	72	1.008,00
46	A	Configuração de conectividade.	DEMAN DA	3	72	1.200,00
47	A	Criação de rotas para comunicação.	DEMAN DA	3	36	648,00
48	I	Abertura e acompanhamento da finalização dos chamados.	DEMAN DA	4	120	720,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						3.672,00

TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUAL	CUSTO (UST)
49	M	Conectar / Configurar / Manter novos servidores ao storage por meio de fibra óptica.	DEMAN DA	4	36	504,00



Fls: 534
Rubrica:

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT. DIÁRIOS	CUSTO (UST)
50	A	Atualizar drivers da controladora HBA Fiber Channel do servidor a ser conectado.	DEMANDA	5	6	180,00
	A	Criação de zonas nos switches Fiber Channel para habilitação a comunicação entre servidor e storage.	DEMANDA	4	36	864,00
52	M	Instalar cliente EMC para registrar servidor no storage.	DEMANDA	2	36	252,00
53	A	Instalar e configurar software fail over e load balance no servidor.	DEMANDA	3	18	324,00
54	M	Criar / Alterar / Excluir / Expandir Raid Group no storage.	DEMANDA	2	52	364,00
55	M	Criar / Alterar / Excluir / Expandir LUN's no storage.	DEMANDA	2	52	364,00
56	M	Atribuir / Verificar LUN's no storage para o servidor.	DEMANDA	0,5	72	126,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUA L	CUSTO (UST)
57	M	Verificar acesso do software de fail over e load balance.	DEMAN DA	2	12	84,00
58	A	Trocar componentes do STORAGE.	DEMAN DA	4	24	576,00
59	M	Desmapear LUN do servidor.	DEMAN DA	0,3	52	54,60
60	M	Expandir LUN/RAIDGROUP.	DEMAN DA	1	52	182,00
61	A	Atualizar firmware dos componentes do STORAGE.	DEMAN DA	6	12	432,00
62	A	Atualizar firmware do switch SAN.	DEMAN DA	6	12	432,00
63	A	Habilitar configurações das ZONES no switch SAN.	DEMAN DA	3	12	216,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT. D. ANUA L	CUSTO (UST)
64	M	Identificar portas no Switch SAN.	DEMAN DA	1	24	84,00
65	M	Manutenção do sistema de replicação remota.	DEMAN DA	4	48	672,00
66	M	Instalar e configurar software de multipath em servidor de rede.	DEMAN DA	2	36	252,00
67	M	Teste de conectividade do CALLHOME.	DEMAN DA	2	24	168,00
68	M	Atualizar ferramenta de suporte remoto.	DEMAN DA	1	12	42,00
69	M	Habilitar/desabilitar SSH.	DEMAN DA	1	24	84,00
70	M	Reiniciar controladora.	DEMAN DA	3	48	504,00



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUAL	CUSTO (UST)
71	A	Desligar/Ligar Storage.	DEMAN	2	48	576,00
72	M	Habilitar FASTCACHE para POOL de discos.	DEMAN	2	24	168,00
73	A	Criar CLONE de disco.	DEMAN	2	8	96,00
74	M	Reiniciar DATAMOVER.	DEMAN	4	48	672,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						8.272,60

TAREFA: Instalar, configurar e manter o Active Directory

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUAL	CUSTO (UST)
75	I	Criar / Alterar / Excluir conta de usuário.	DEMAN	0,5	144	108,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter o Active Directory

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT. D. ANUA L	CUSTO (UST)
76	M	Criar / Excluir / Alterar scripts.	DEMAN DA	2	48	336,00
77	M	Criar / Alterar / Excluir Lista de Distribuição.	DEMAN DA	1	96	336,00
78	B	Conceder / Remover permissão em grupo Admin.	DEMAN DA	0,5	72	36,00
79	M	Instalar / Configurar / Excluir controlador de domínio.	DEMAN DA	4	24	336,00
80	A	Corrigir problemas de replicação do active directory.	DEMAN DA	3	24	432,00
81	A	Criar / Alterar / Excluir sub-redes, conectores e sites que compõe a estrutura de topologia do active directory.	DEMAN DA	2	24	288,00
82	A	Manter / Configurar Schema do AD	DEMAN DA	2	24	288,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter o Active Directory

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT. D. ANUA L	CUSTO (UST)
83	A	Corrigir a replicação do Sistema de Arquivos Distribuído do active directory DFSR.	DEMAN DA	2	24	288,00
84	A	Efetuar manutenção da base de dados do Active Directory.	DEMAN DA	2	24	288,00
85	M	Criar / Alterar / Mover / Excluir políticas de grupos.	DEMAN DA	1	120	420,00
86	I	Elaborar relatórios de grupos ou usuários sob demanda.	DEMAN DA	2	52	156,00
87	M	Criar / Alterar / Mover / Excluir / Conceder permissão à Usuário / Grupo.	DEMAN DA	0,5	252	126,00
88	B	Mover / Criar / Alterar / Excluir estações AD.	DEMAN DA	0,3	252	75,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						3.513,60

TAREFA: Habilitar/Desabilitar CIF



Fundação
Nacional
de Saúde



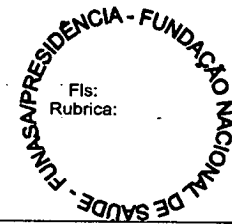
ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
89	I	Habilitar/Desabilitar CIF da conta do usuário.	DEMAN DA	0,3	1 4 4	64,80
90	M	Instalar, configurar e remover serviços do ambiente necessários para o funcionamento do comunicador.	DEMAN DA	2	4 8	336,00
91	A	Instalar, renovar e Excluir Certificados.	DEMAN DA	3	1 0	180,00
92	M	Criar, aplicar e excluir políticas.	DEMAN DA	1	5 2	182,00
93	M	Migrar conta.	DEMAN DA	0,3	1 4 4	151,20
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						914,00

TAREFA: Configurar e manter usuários no Sistema de Controle de Acessos

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
------	--------------	-----------	------	----------------	-----------	-------------



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Configurar e manter usuários no Sistema de Controle de Acessos

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
94	I	Incluir / Alterar / Excluir Usuário.	DEMAN DA	0,2	252	75,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						75,60

TAREFA: Criar, configurar e manter caixas de e-mail

	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
	I	Adicionar / Mover / Remover MailBoxStore.	DEMAN DA	1	144	216,00
	I	Aumentar capacidade de email.	DEMAN DA	0,5	144	108,00
	M	Configurar conta no celular.	DEMAN DA	0,3	48	50,40



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Criar, configurar e manter caixas de e-mail

	COM PLE XI DA DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
	I	Adicionar / Mover / Remover Permissão em conta.	DEMAN DA	0,3	1 4 4	64,80
	I	Migrar conta.	DEMAN DA	0,3	1 4 4	64,80
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						504,00

TAREFA: Liberar/Bloquear/Verificar sitio/Programa ou usuário à internet

I T E M	COM PLE XI DA DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
1 0 0	A	Instalar / Configurar / Manter / Excluir servidor de Proxy	DEMAN DA	6	6	72,00
1 0 1	I	Liberar / Bloquear / Verificar Sitio ou Programa.	DEMAN DA	0,5	3 0 0	150,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Liberar/Bloquear/Verificar site/Programa ou usuário à internet

ITEM	COM- PLE- XIDA- DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D - A N U A L	CUSTO (UST)
102	I	Habilitar / Desabilitar / Editar usuários para acesso à internet.	DEMAN- DA	0,3	252	75,60
103	I	Baixar aplicativos / arquivos para os usuários.	DEMAN- DA	1	144	144,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						441,60

TAREFA: Administração do SVN

ITEM	COM- PLE- XIDA- DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D - A N U A L	CUSTO (UST)
104	M	Instalar e configurar servidor de SVN.	DEMAN- DA	6	6	126,00
105	M	Criar/Alterar/Mover/Excluir Repositório no servidor de SVN.	DEMAN- DA	1	12	42,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Administração do SVN

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD - ANUAL	CUSTO (UST)
106	I	Habilitar/Desabilitar/Remover acesso ao Repositório no servidor de SVN.	DEMAN DA	0,3	48	21,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						189,60

TAREFA: Administração dos ativos de rede - Switch

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD - ANUAL	CUSTO (UST)
107	A	Instalar e configurar ativo de rede.	DEMAN DA	3	52	936,00
108	A	Criar/Alterar/Aplicar/Habilitar/Desabilitar/Excluir configuração do ativo de rede (vlan, Lista de Acesso, rotas, snmp, gerencia de portas e outras).	DEMAN DA	3	48	864,00
109	M	Localizar/Resetar dispositivo PoE (Access Point).	DEMAN DA	0,3	96	100,80



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Administração dos ativos de rede - Switch

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
110	A	Instalar, configurar e atualizar sistema operacional/firmware dos ativos de rede.	DEMAN DA	4	24	576,00
111	A	Criar, modificar, aplicar e excluir listas de controle de acesso – ACL.	DEMAN DA	1	12	72,00
112	A	Habilitar/Desabilitar recursos dos ativos.	DEMAN DA	1	24	144,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.692,80

TAREFA: Administração do servidor de aplicação

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
113	M	Instalar, configurar e atualizar o servidor de aplicação.	DEMAN DA	4	24	336,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Administração do servidor de aplicação

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
114	M	Criar/Alterar/Aplicar/Habilitar/Desabilitar/Reconfigurar/Excluir acesso ao servidor de aplicação (compartilhamentos, pastas, redirecionamento, serviços, logs e etc).	DEMAN DA	1	48	168,00
115	I	Resetar serviços do Apache, IIS, JBoss e Tomcat do servidor de aplicação.	DEMAN DA	0,1	48	7,20
116	M	Publicar/Alterar/Remover servidor de aplicação na internet.	DEMAN DA	0,3	24	25,20
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						536,40

TAREFA: Instalar, configurar e manter os serviços de virtualização da rede corporativa

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
117	M	Criar/Excluir/Editar máquina virtual.	DEMAN DA	3	144	1.512,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter os serviços de virtualização da rede corporativa

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTDE ANUAL	CUSTO (UST)
118	M	Criação de HBA's e adaptadores de rede virtuais.	DEMAN DA	1	48	168,00
119	I	Desligar/Ligar/Reiniciar máquina virtual.	DEMAN DA	0,1	168	25,20
120	M	Criar/Editar/Excluir disco.	DEMAN DA	0,5	48	84,00
121	M	Converter máquina.	DEMAN DA	2	36	252,00
122	M	Criação de SnapShot e Backup do VHDX de máquinas Virtuais.	DEMAN DA	1	52	182,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.223,20

TAREFA: Apoio administrativo e técnico em TI



Fundação
Nacional
de Saúde



ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
123	A	Elaboração de minutas de relatórios gerenciais, pareceres, notas técnicas.	DEMAN DA	4	228	5.472,00
4	I	Participação em reuniões e outras atividades relativas à avaliação e diagnóstico de TI.	DEMAN DA	4	48	288,00
125	M	Acompanhamento e apoio técnico dos Contratos de TI.	DEMAN DA	4	48	672,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						6.432,00

TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de DHCP, DNS e WINS

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
126	M	Instalar / configurar DHCP.	DEMAN DA	3	24	252,00
127	M	Criação de reserva de IP.	DEMAN DA	0,3	48	50,40



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de DHCP, DNS e WINS

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
128	M	Instalar / configurar DNS.	DEMAN DA	3	24	252,00
129	M	Criar hostname no DNS.	DEMAN DA	0,3	48	50,40
130	M	Parar / Reiniciar serviço do DNS / DHCP.	DEMAN DA	0,2	48	33,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						638,40

TAREFA: Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL

	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
	AL	Criar / Editar regras.	DEMAN DA	3	84	2.520,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL

	COM PLE XIDA DE	ATIVIDADE	T I P O	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
	M	Excluir regras.	DEMAN DA	1	7 2	252,00
	M	Monitorar / Validar / Acompanhar entrada e saída de conexão.	DEMAN DA	2	7 2	504,00
	AL	Configuração / manutenção do Firewall.	DEMAN DA	6	8 4	5.040,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						8.316,00

TAREFA: Instalar / Alterar / Configurar / Manter Servidores de Rede

I T E M	COM PLE XIDA DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
1 3 5	A	Instalar / Configurar / Manter / Excluir / Sistemas operacionais / Servidores de rede.	DEMAN DA	6	5 2	312,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						312,00



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO V

NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO EXIGIDO

1. OBJETIVO

- 1.1. Definir os indicadores e metas para a avaliação da qualidade dos serviços críticos relacionado ao monitoramento, a manutenção do ambiente de produção, ao atendimento dos chamados técnicos e resolução de problemas, mantendo os níveis mínimos de qualidade exigidos;
- 1.2. A medição do Nível Mínimo de Serviço Exigido será feita mensalmente, tendo início sempre no primeiro dia, e termino no último dia do mês.

2. PREMISSAS E RESPONSABILIDADES

- 2.1. As Partes, CONTRATANTE e CONTRATADA deverão providenciar em até 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato, as customizações necessárias para que os aplicativos de monitoração e gerenciamento do ambiente de produção gerem os relatórios necessários à avaliação dos indicadores propostos neste Anexo;
- 2.2. A CONTRATADA deverá registrar o tempo de interrupção nas Ordens de Serviço que dependam de fatores externos, sejam internos da CONTRATANTE ou não, inclusive das paradas programadas do ambiente de produção;
 - 2.2.1. Qualquer determinação para parada programada do ambiente de produção deverá ter origem no Comitê Gestor de Mudança ou Gestor de Tecnologia da Informação responsável;
- 2.3. As alterações nos Níveis Mínimos de Serviço Exigido, ou a inclusão de novos indicadores, deverão ser aprovadas de comum acordo e deverão ser registradas em documento a ser anexado ao Contrato, e ser assinado pelas PARTES;
- 2.4. As revisões desses indicadores deverão ocorrer a cada 180 (cento e oitenta) dias, para manter o Nível Mínimo de Serviços Exigido atualizado e adequado às necessidades da CONTRATANTE;
- 2.5. Também poderá ser fruto de revisão os serviços críticos da Funasa;
 - 2.5.1. Os serviços críticos são aqueles que a indisponibilidade afeta de forma grave o funcionamento do órgão. São serviços críticos: aqueles que a Funasa descreva como crítico, além de: Acesso Web, Serviço de Mensageria, armazenagem corporativa, Backup e Restore, Gerência de Identidades, servidores de arquivos, ambiente de virtualização e firewall.
- 2.6. A revisão da lista poderá ocorrer sempre que um novo serviço seja disponibilizado e levando em conta as contra razões, quando for o caso, da CONTRATADA;



Fundação
Nacional
de Saúde



2.7. Caso a CONTRATADA não cumpra o Nível Mínimo de Serviço Exigido, será registrada uma ocorrência. Para cada situação de reincidência, será registrada outra ocorrência, e ficará sujeita a aplicação das glosas previstas em cada item;

2.8. Se as glosas previstas para cada indicador atingir o limite máximo, além das penalidades aplicadas pelo Gestor do Contrato, será encaminhada para a Administração da CONTRATANTE Nota Técnica sugerindo abertura de processo administrativo para aplicação das sanções administrativas previstas em Contrato;

2.9. Nos casos em que o Nível Mínimo de Serviço Exigido não for atingido ou em virtude de interrupção dos serviços críticos houver prejuízos à CONTRATANTE, ficará a CONTRATADA sujeita às glosas e à aplicação das sanções administrativas previstas em Contrato sem prejuízo a outras medidas cabíveis;

2.10. Os indicadores serão medidos, avaliados e calculados a cada mês de vigência do Contrato, considerando-se 24 horas diárias e o número de dias em cada mês avaliado. (PV = HD x DM);

3. INDICADORES

3.1. DISPONIBILIDADE

DISPONIBILIDADE – Serviços não críticos	
DESCRIÇÃO	Os serviços não considerados críticos são aqueles que não impactam direta ou indiretamente e não constam nos serviços incluídos na lista de serviços críticos (item 3.2).
MEDICAÇÃO	<p>O acompanhamento será feito por meio das ferramentas disponibilizadas pela CONTRATANTE, ou por qualquer outra ferramenta que venham a ser implementadas em comum acordo entre as PARTES.</p> <p>A periodicidade de medição é mensal, do dia 1º ao último dia do mês.</p> <p>- Fórmula de cálculo:</p> $\frac{HTP - HMP - HIT - HIP}{HTP - HMP - HIT} * 100$ <p>Nota:</p> <p>HTP - Hora Total no período = Dias do mês x horas dia; HMP – Horas de manutenção preventiva; HIT – Horas indisponíveis causadas por terceiros; HIP – Horas indisponíveis no mês;</p>
META	Índice de 98,00% de disponibilidade
OCORRÊNCIA	Não cumprimento da disponibilidade estabelecida
GLOSA (sobre o total de UST ou serviço)	<p>0,5% (meio por cento): para cada décimo percentual ou fração menor que a meta definida até o limite de 97,00%;</p> <p>1% (um por cento): para cada décimo percentual ou fração menor que a meta definida entre o limite de 96,99% até de 96,00% cumulativo com o primeiro percentual; e</p>



Fundação
Nacional
de Saúde



continuad o mês)	1,5% (um e meio por cento): para cada décimo percentual ou fração menor que a meta definida abaixo do limite de 95,99%, cumulativo com os dois critérios acima, até o limite de 95%. <i>*** Se o indicador Disponibilidade ficar abaixo de 95,0%, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas em Contrato.</i>
---------------------	---

DISPONIBILIDADE – Serviços críticos	
DESCRIÇÃO	Os serviços considerados críticos e quaisquer outros que os deem suporte, inclusive sua infraestrutura, deverão permanecer disponíveis para uso, descontadas as manutenções programadas, em regime 24 x 7.
MEDIÇÃO	O acompanhamento será feito por meio das ferramentas disponibilizadas pela CONTRATANTE, ou por qualquer outra ferramenta que venham a ser implementadas em comum acordo entre as PARTES. A periodicidade de medição é mensal, do dia 1º ao último dia do mês. Fórmula de cálculo: $\frac{(HTP - HMP - HIT - HIP)}{(HTP - HMP - HIT)} * 100$ Nota: HTP - Hora Total no período = Dias do mês x horas dia; HMP – Horas de manutenção preventiva; HIP – Horas indisponíveis no mês; HIT – Horas indisponíveis causadas por terceiros.
META	Índice de 99,50% de disponibilidade
OCORRÊNCIA	Não cumprimento da disponibilidade estabelecida
GLOSA (sobre o total de UST ou serviço continuado mês)	0,5% (meio por cento): para cada décimo percentual ou fração menor que a meta definida até o limite de 99,00%; 1% (um por cento): para cada décimo percentual ou fração menor que a meta definida entre o limite de 98,99% até de 98,00% cumulativo com o primeiro percentual; e 1,5% (um e meio por cento): para cada décimo percentual ou fração menor que a meta definida abaixo do limite de 97,99%, cumulativo com os dois critérios acima, até o limite de 96,00%. <i>*** Se o indicador Disponibilidade ficar abaixo de 96,00%, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas em Contrato.</i>

3.2. PROATIVIDADE



Fundação
Nacional
de Saúde



3.2.1. Tem como objetivo medir o número de incidentes causados pela falta de proatividade da CONTRATADA, em relação aos eventos que podem vir a resultar em problemas no ambiente de infraestrutura de TI;

3.2.2. A Análise Proativa deverá ser feita em tempo real através da inserção de manutenções e suportes necessários para proporcionar a continuidade e manutenção da disponibilidade dos serviços;

3.2.3. A análise dos registros para avaliação e intervenções necessárias sem impacto será feita diariamente, exceto aquelas intervenções que necessitam de agendamento prévio, devido ao impacto que pode causar;

3.2.4. As intervenções proativas em tempo de produção são obrigatórias desde que para que para sanar incidentes, erros ou problemas. As intervenções para melhoria do desempenho, compatibilização do ambiente e que permitam agendamento, deverão ser submetidos para aprovação da CONTRATANTE.

PROATIVIDADE	
DESCRIÇÃO	A manutenção proativa tem por objetivo detectar com antecedência os possíveis problemas que possam vir a ocorrer, devido à necessidade de intervenções que possam impactar no desempenho ou na disponibilidade dos sistemas monitorados. O acompanhamento e a análise diária permitem minimizar esses impactos.
MEDIÇÃO	O acompanhamento será feito por meio das ferramentas disponibilizadas pela CONTRATANTE, ou por qualquer outras ferramentas que venham a ser implementadas em comum acordo entre as PARTES. Também deverão ser utilizadas outras fontes para análise, tais como logs de servidores e serviços. As ocorrências serão analisadas diariamente pela CONTRATANTE, e classificadas de acordo com a ação aplicada para a correção. A periodicidade de medição é mensal, do dia 1º ao último dia do mês.
META	Até três incidentes por falta de proatividade ao mês
OCORRÊNCIA	Análise da CONTRATANTE diariamente e que constata a falta de proatividade da CONTRATADA.
GLOSA (sobre o total de UST ou serviço continuado mês)	0,5% (meio por cento): para cada incidente superior à meta definida até o limite de 6 incidentes; 1% (um por cento): para cada incidente superior a 6 até o limite de 9 incidentes; e 1,5% (um e meio por cento): para cada incidente superior a 9 até o limite de 12 incidentes. *** Se o indicador Proatividade ficar acima de 12 ocorrências, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas em Contrato.



3.3. INCIDENTES

3.3.1. Tem como objetivo medir o número de ocorrência de incidentes em equipamentos e serviços que possam impactar a disponibilidade dos serviços;

3.3.2. Abrangência: serão contabilizadas para o indicador de incidentes todas as ocorrências e falhas associadas aos serviços críticos, inclusive os não ligados diretamente, como cabeamento, controle de acesso, guarda de softwares e mídias, mas que, durante a análise, for constatada como agente causador a falta de ação da CONTRATADA;

3.3.3. Responsabilização: Não deverão ser contabilizadas as falhas que tiverem seus fatos causadores por intervenção ou atos provocados por outros colaboradores ou equipe da CONTRATANTE com ação imediata e que não permitam análises e ações proativas por parte da CONTRATADA.

INCIDENTES	
DESCRIÇÃO	Medir o número de Incidentes causados em equipamentos e serviços que tenham impacto nos Serviços Críticos.
MEDIÇÃO	O acompanhamento será feito pela área responsável pelos serviços ou pelo Fiscal da CONTRATANTE que registrará todas as ocorrências. No registro do incidente, deverão constar as seguintes informações: causa do incidente, fato causador, ações de correções. A periodicidade de medição é mensal, do dia 1º ao último dia do mês.
META	Máximo de um incidente
OCORRÊNCIA	Anotações no registro do incidente, feitas pelo Fiscal da CONTRATANTE
GLOSA (sobre o total de UST ou serviço continuado mês)	2% (dois por cento): para cada incidente superior à meta até o limite de 4 incidentes; 3% (três por cento): para cada incidente superior a 4 até o limite de 8 incidentes; e 5% (cinco por cento): para cada incidente superior a 8 até o limite de 11 incidentes. *** Se o indicador Incidentes ficar acima de 11 incidentes, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas em Contrato.

3.4. NOTIFICAÇÃO DE INCIDENTES

3.4.1. Tem como objetivo medir o número de falhas na notificação dos incidentes;

3.4.2. O plano de comunicação tem como objetivo informar às áreas responsáveis pelos serviços das falhas e erros funcionais nos serviços corporativos, e comunicar aos Gestores quando as falhas se tratarem Serviços Críticos;

3.4.3. A notificação será feita por meio de contato telefônico ou via SMS, dentro dos prazos determinados na Matriz de Comunicação;



Fundação
Nacional
de Saúde



3.4.4. A Matriz de Comunicação define os responsáveis e as áreas a serem notificadas, de acordo com o tipo de serviço, tempo máximo de espera, normas e padronização de mensagens, assim como a agenda de comunicação;

3.4.5. Será de responsabilidade da CONTRATADA, manter a Matriz de Comunicação atualizada quanto as informações, ficando estabelecida que a atualização deva ser mensal.

NOTIFICAÇÃO DE INCIDENTES	
DESCRIÇÃO	Medir a quantidade de falhas quando da notificação de incidentes em produção para as equipes do FUNASA.
MEDIÇÃO	<p>O acompanhamento será feito pela CONTRATANTE, o qual será notificado através de telefone ou via SMS, conforme definido na Matriz de Notificação.</p> <p>Em situações de interrupção ou demora no restabelecimento dos Serviços Críticos, a notificação deverá ocorrer em até 10 (dez) minutos.</p> <p>O registro deverá ser feito pela CONTRATADA, e encaminhado aos Gestores para acompanhamento, Controle e Solução.</p> <p>A periodicidade de medição é mensal, do dia 1º ao último dia do mês.</p>
META	Máximo de três ocorrências
OCORRÊNCIA	Medir a quantidade de falhas nas notificações de incidentes em produção para as equipes da FUNASA
GLOSA (sobre o total de UST ou serviço continuado mês)	<p>0,5% (meio por cento): para cada falha de notificação superior à meta até o limite de 6 ocorrências;</p> <p>1% (um por cento): para cada falha de notificação superior a 6 até o limite de 9 ocorrências; e</p> <p>2% (dois por cento): para cada falha de notificação superior a 9 até o limite de 12 ocorrências.</p> <p><i>*** Se o indicador Notificação de Incidentes ficarem acima de 12 ocorrências, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas em Contrato.</i></p>

3.5. ATENDIMENTO À REQUISIÇÕES DE SERVIÇO

3.5.1. Tem como objetivo medir a pontualidade na entrega dos serviços demandados pela CONTRATANTE;

3.5.2. O prazo para atendimento das requisições de serviços estão previstos no Anexo IV – Catálogo de Serviços.

3.5.3. Os prazos para a execução das demandas previstos nas Ordens de Serviço serão definidos em comum acordo entre as PARTES.



Fundação
Nacional
de Saúde



3.5.4. Os prazos serão definidos de forma a atender aos padrões de qualidade certificados, desde que respeitada a janela de manutenção disponível e as condições contratuais da prestação dos serviços.

ATENDIMENTO À REQUISIÇÕES DE SERVIÇO	
DESCRIÇÃO	Medir o número de atrasos na entrega dos serviços.
MEDIÇÃO	O acompanhamento será feito pela CONTRATANTE, através das Ordens de Serviços. A periodicidade de medição é mensal, do dia 1º ao último dia do mês.
META	Número de atrasos ≤ 4 .
OCORRÊNCIA	Atrasos apurados no atendimento de requisições de serviço
GLOSA (sobre o total de UST ou serviço continuado mês)	0,5% (meio por cento): para cada falha de notificação superior à meta até o limite de 8 ocorrências; 1% (um por cento): para cada falha de notificação superior a 8 até o limite de 12 ocorrências; e 2% (dois por cento): para cada falha de notificação superior a 12 até o limite de 16 ocorrências. <i>*** Se o indicador de Atendimento à Requisições ficar acima 16 ocorrências, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas em Contrato.</i>

3.6. RESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS

3.6.1. Tem como objetivo medir o número de atrasos no restabelecimento de serviços;

3.6.2. Serão consideradas para o cálculo do número de restabelecimento de Serviços, as manutenções programadas ou emergenciais que demandarem a interrupção dos serviços, com posterior restabelecimento. Exemplo: atividades de migração de servidores, expansão de discos e outros;

3.6.3. Os prazos serão definidos em comum acordo entre as PARTES, e/ou serão considerados atividades semelhantes que tenham histórico registrado.

RESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS	
DESCRIÇÃO	Medir o número de atrasos no restabelecimento do serviço. No caso de softwares e hardwares que possuam contrato de manutenção com terceiros, deverá ser aberto um chamado junto à empresa responsável pela solução em até 60 minutos. A Ordem de Serviço terá suspensa a contagem do prazo para o restabelecimento do serviço. A contagem do tempo voltará a ser contabilizado após a resolução do problema pelo terceiro.
MEDIÇÃO	O acompanhamento será feito pela CONTRATANTE, que



Fundação
Nacional
de Saúde



	<p>será notificado por telefone ou via SMS, de acordo com o plano de notificação.</p> $MTTR = (HF - HI) - (HT + TP)$ <p>Nota: HF = Hora Final HI = Hora Inicial HT = Hora de Terceiro TP = Tempo Previsto para restabelecimento do serviço. A periodicidade de medição é mensal, do dia 1º ao último dia do mês.</p>
META	<p>Incidente de criticidade Nível 1: 2 horas - ≤ 1 Incidente de criticidade Nível 2: 4 horas - ≤ 2 Incidente de criticidade Nível 3: 6 horas - ≤ 2</p>
OCORRÊNCIA	<p>Restabelecimentos dos serviços fora dos prazos acordados</p>
GLOSA (sobre o total de UST ou serviço continuado mês)	<p>0,5% (meio por cento): para cada falha de notificação superior à meta até o limite total de 10 ocorrências; 1% (um por cento): para cada falha de notificação superior a 10 até o limite total de 15 ocorrências; e 2% (dois por cento): para cada falha de notificação superior a 15 até o limite total de 20 ocorrências. <i>*** Se o indicador de Restabelecimento do Serviço ficar acima de 20 ocorrências, CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas em Contrato.</i></p>

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 4.1.** A soma total das Glosas aplicadas no Nível Mínimo de Serviços Exigido, não deverá ser superior a 30% (trinta por cento). Caso seja superado esse limite, aplicar-se á a Glosa máxima permitida;
- 4.2.** A reincidência no descumprimento do Nível Mínimo do Serviço exigido, por três períodos consecutivos ou por seis vezes intercaladas em um período de dez meses, poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das outras ações cabíveis.
- 4.3.** Para a inclusão de Novos Serviços, será concedido à CONTRATADA o prazo de 60 (sessenta) dias, para adequar os procedimentos de execução, inclusive o Nível de Serviço Mínimo Exigido.



Fundação
Nacional
de Saúde

ANEXO VI



TERMO DE CIÊNCIA

Contrato Nº:	
Objeto:	
Gestor do Contrato:	Matrícula:
CONTRATANTE (Entidade):	
CONTRATADA:	CNPJ:
Preposto da CONTRATADA:	CPF:
<p>Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na CONTRATANTE.</p> <p>_____ de _____ de 201____.</p>	

CIÊNCIA CONTRATADA FUNCIONÁRIOS	
Nome: Matrícula:	Nome: Matrícula:



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO VII TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A FUNASA, sediado em Brasília/DF, no Setor de Autarquias Sul – Quadra 04 – Bloco “N”, Edifício Presidência FUNASA, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;
CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º __/201__ doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;
CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;
CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;
Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

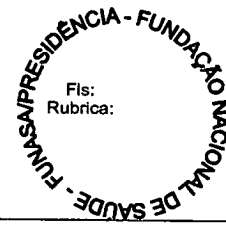
Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS



Fundação
Nacional
de Saúde



Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.



Fundação
Nacional
de Saúde



Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, ambém se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.



Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de



Fundação
Nacional
de Saúde



igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20____

DE ACORDO	
CONTRATANTE	CONTRATADA
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> <Qualificação>
Testemunha 1	Testemunha 2



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

_____, (Nome da Empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, _____ (informar o cargo) _____, Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que examinou criteriosamente os documentos do Edital do Pregão Eletrônico nº DCD/XX/2015, e julgou-os suficientes para a elaboração das propostas voltadas ao atendimento do objeto licitado.

DECLARA, ainda, que tem pleno e total conhecimento das condições locais e físicas, bem como das especificações técnicas necessárias para a execução dos serviços.

(local e data)

(nome do declarante)

(assinatura do declarante)

(RG/CPF do declarante)

ANEXO IX

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº:	TAREFA:
Contrato Nº:	Início da Execução:
CONTRATADA:	Final da Execução:
Área Requisitante:	Subitem de serviço:



Fundação
Nacional
de Saúde



Demanda:

OBJETIVO/RESULTADOS ESPERADOS:

Lista de atividades

Item	Complexidade* (A)	Quantidade de UST's (B)	Atividades	Custo A*B
1				
2				
3				
Total Previsto para a Ordem de Serviço				

(*) Conforme tabela de complexidade

Acordo de Nível de Serviços

1:

Limites

Glosa

Limite
Glosa

Solicitação

Solicitante dos Serviços

Autorização

Gestor Operacional do Contrato

Aprovação

Gestor do Contrato



Fundação
Nacional
de Saúde

Fis:
Rubrica:

Preposto da Contratada



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO X

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Definição	Percentual sobre Remuneração	Percentual sobre Custo Final	Multiplicador	Base Cálculo (mensal)	Valor Final (Anual)
			Nº de Recursos (100) x Vigência (12 meses)		
Recurso: Mão-de-Obra					
Recurso: Div...					
Encargos Sociais					
Crachá					
Va e Transporte					
Assist. Médica					
Va e Alimentação					
Seguro/Auxílio					
Treinamento/Otros					
Despesas Administrativas					
Margem Lucro					
Impostos					
Custo Final					R\$ -

1. Preencher a planilha com os resultados das planilhas unitárias por complexidade/especialização;
2. Efetuar os cálculos de percentuais sobre o custos resultantes;
3. Preencher todos os campos, incluindo os que não se aplicam que deverão conter valores ou percentuais iguais a zero;
4. Caso algum insumo não esteja relacionado, incluir na planilha; e
5. Os campos Despesas Administrativas e Margem de Lucro, neste Resumo Final, não deverão ser percentuais iguais ou inferiores a Zero.

Item	Descrição dos Serviços	MÉTRICA	QTD. TOTAL	VALOR ANUAL
------	------------------------	---------	------------	-------------



Fundação
Nacional
de Saúde



1	Prestação de serviços de atividades de execução continuada referente a monitoramento, operação e suporte ao ambiente de infraestrutura de redes da Funasa	Meses	12	
2	Prestação de serviços relativos a tarefas operacionais demandadas pela Coordenação Geral de Modernização e Tecnologia da Informação – CGMTI.	UST	49.553,80	
VALOR TOTAL				

➤ **Descrição dos Serviços – Item 1**

Os serviços abaixo deverão ser mensurados e classificados individualmente devido à necessidade contínua de atualização do ambiente tecnológico da Funasa. Poderão ocorrer ampliações ou supressões dos serviços, os quais serão definidos pela CONTRATANTE em acordo com a CONTRATADA:

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Monitoração do Ambiente de Infraestrutura		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		
Monitorações físicas e lógicas, presenciais e ininterruptas, de equipamentos servidores, serviços e Rede Wan, por meio de visualizações, testes de comunicações e controles automatizados com ferramentas especializadas, análise de logs e outras ferramentas que se fizerem necessárias para execução da atividade. A monitoração deverá ser realizada nos ativos localizados na Funasa Presidência e em todas as Superintendências Estaduais, sendo a monitoração física realizada somente nos ativos da Presidência.		
Realização de análises de desempenho, disponibilidade e capacidade na rede Corporativa da FUNASA, física e lógica, incluindo roteadores, switches, firewalls, circuitos de transmissão, servidores, storage, softwares de apoio, softwares básicos e sistemas aplicativos, apoiando na proposição de medidas corretivas/evolutivas necessárias ao perfeito funcionamento do ambiente.		
Tomar ações imediatas frente a quaisquer problemas detectados com diagnósticos preciso, incluindo documentação das atividades realizadas.		
Zelar e fiscalizar o acesso à sala de servidores e às demais salas com ativos e passivos de rede, acompanhando terceiros e demais autorizados que não sejam técnicos de infraestrutura e efetuando registros de todos os acessos e suas finalidades		



Fundação
Nacional
de Saúde



Registrar ocorrências que interfiram nos acessos, desempenho ou continuidade dos serviços e executar plano de comunicação conforme procedimentos existentes, sempre que necessário.
Ajustar a configuração e efetuar o monitoramento dos softwares de monitoração, desempenho e tráfego informando às áreas responsáveis sobre possíveis ocorrências de falhas.
Executar, pela manhã, checklist de inspeção física dos racks, dos equipamentos e dos alarmes da sala cofre, registrando o resultado conforme orientações da Funasa, executando o plano de comunicação sempre que forem detectadas falhas.
Registrar todos os incidentes detectados de forma automatizada, executando o plano de comunicação definido pela Funasa.
Gerar e emitir, mensalmente, relatório de disponibilidade, desempenho e incidentes na Rede WAN.
Documentar todas as atividades, devendo compor o relatório de atividades mensal.
Analisar logs de eventos, performance, sistemas e segurança, executando procedimentos para qualquer evento fora dos padrões.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Operação e Suporte ao Ambiente de Infraestrutura		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		

Levantamento do tráfego de redes, transações, tamanho e estrutura com objetivo de avaliação de software, aplicativos e componentes de rede.
Monitoração de serviços On line.
Documentar todas as atividades, devendo compor o relatório de atividades mensal.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Atualização automática de software para estações de trabalho e servidores		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		

Analisar as atualizações quanto a sua criticidade e necessidade.
Encaminhar lista de atualizações para Service Desk e Equipe responsável pelo serviço, Administradores de Servidores e Administradores de Serviços. Liberar atualizações para grupo de homologação. Acompanhar, avaliar e acionar equipe responsável em caso de eventuais problemas gerados pelas atualizações em homologação.
Acompanhar, avaliar e acionar equipe responsável em caso de eventuais problemas gerados pelas atualizações em homologação.
Registrar Solicitação de Mudança com atualizações aprovadas.



Fundação
Nacional
de Saúde



Redigir e encaminhar e-mail informativo alertando as unidades regionais da FUNASA a deixarem as estações de trabalho ligadas durante a noite para permitir o download das atualizações.
Liberar atualizações homologadas para os demais grupos de estações e servidores.
Manter a documentação da tarefa e seus processos.
Monitorar as máquinas que não reportam ao serviço de atualização ou estão desatualizadas, e acionar a equipe responsável.
Elaborar relatórios: 1) de máquinas que não conectam ao serviço de atualização, 2) de máquinas em que a atualização não foi instalada.
Encaminhar lista de atualização para Service Desk e Equipe responsável pelo serviço, Administradores de Servidores e Administradores de Serviços. Liberar atualizações para grupo de homologação.
Acompanhar, avaliar e acionar equipe responsável em caso de eventuais problemas gerados pelas atualizações em homologação.
Registrar Solicitação de Mudança com atualizações aprovadas no item anterior.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Administração do Serviço de Impressão		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		
Manter servidor de impressão/drivers de impressoras atualizados.		
Documentar o serviço.		

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Backup e Restore de Arquivos Corporativos		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		
Análise de logs de processamento e de backup/restore.		
Controlar o armazenamento de mídias.		
Manter a documentação da tarefa e seus processos.		
Gerar relatório mensal do consumo de backups e atendimentos de restaurações.		

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
------------------	--	-----------------------



Fundação
Nacional
de Saúde



Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks)		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		

Monitorar, em dias úteis, os desktops com definições de vírus desatualizadas, e aplicar procedimento para corrigir a situação.
Garantir que o software cliente de antivírus esteja instalado nas estações com as políticas corretas, de acordo com a localidade e/ou outras especificidades.
Monitorar, em dias úteis, as estações infectadas e tomar todas as providências necessárias para sanar o problema, acionando, se for o caso, a equipe de atendimento para efetuar o procedimento manual correto para a limpeza completa da ameaça, caso o software cliente de antivírus não consiga removê-lo automaticamente ou a máquina infectada impeça a instalação ou o correto funcionamento do software cliente de antivírus. Ao fim, retirar o status de máquina infectada na ferramenta de gerência do antivírus.
Gerar relatório semanal com as máquinas infectadas no período e as ações tomadas para verificar ou sanar o problema.
Monitorar os scans automáticos semanais. Documentar as informações e gerar relatório semanal registrando estatísticas de tempo médio gasto e outras informações que a Funasa entender necessárias.
Gerar relatório mensal consolidado, de acordo com as orientações da Funasa, se for o caso, a proposição de melhorias e correções de procedimentos de cada item. Identificar as estações infectadas, por tipo de malware, data da identificação, data da recuperação, dentre outras informações relevantes.
Garantir a constante atualização da documentação relacionada ao serviço.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Antivírus em equipamentos servidores		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		

Monitorar, semanalmente, os resultados de escaneamento do cliente antivírus dos servidores, notificando à Funasa qualquer ameaça ou vulnerabilidade e a sua solução manual. Documentar as informações e gerar relatório semanal registrando estatísticas de tempo médio gasto e outras informações que a Funasa entender necessárias.
Monitorar, em dias úteis, as máquinas com definições de vírus desatualizadas há mais de 2 dias, ou software cliente desativado, e notificar a Funasa.
Monitorar, em dias úteis, os servidores de atualização das regionais, verificando se o download e a distribuição dos arquivos estão disponíveis, identificando e corrigindo problemas.
Verificar existência de servidor sem a política de antivírus correta aplicada, se existir, fazer o levantamento das peculiaridades deste servidor, de acordo com os critérios predefinidos, e repassar as informações à Funasa para que sejam tomadas as providências cabíveis.
Garantir atualização constante da documentação relacionada ao serviço.



Fundação
Nacional
de Saúde



Gerar relatório semanal com o estado atual de todos os servidores Windows, incluindo definições, infecções, vulnerabilidades, políticas, horários de scans, tempo médio gasto pelos scans, assim como qualquer outra informação que a Funasa julgar necessária.
Garantir a constante atualização de toda a documentação relacionada ao serviço.
Realizar backup semanal da database do sepm.
Verificar a saúde do ambiente.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Tratamento de mensagens não solicitadas (spam)		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		
Efetuar triagem dos spams reportados.		
Realizar o tratamento de mensagens de spam/phishing e malwares de acordo com procedimentos estabelecidos pela Funasa.		
Elaborar mensalmente relatório gerencial, baseado no resultado da execução da atividade de tratamento das mensagens.		
Garantir a constante atualização de toda a documentação relacionada ao serviço.		
Gerenciar as listas de reputação Symantec Messaging Gateway.		
Analisar logs de auditoria de mensagens.		
Analisar logs dos controlers do Symantec Messaging Gateway.		

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Acompanhamento de vulnerabilidades		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		
Atualizar relação de ativos/serviços passíveis de acompanhamento de vulnerabilidades, por meio de questionamentos à Funasa ou de consulta à ferramenta de inventário.		
Levantar vulnerabilidades que afetem os ativos utilizados pela Funasa em listas de publicação de vulnerabilidades, em sítios dos fornecedores e em ferramentas internas de scan de vulnerabilidades.		
Apresentar, semanalmente, relatório descrevendo os resultados do levantamento da atividade de levantamento desta tarefa, bem como, quando for o caso, correções disponíveis para as vulnerabilidades identificadas de acordo com procedimento estabelecido pela Funasa.		
Garantir a constante atualização de toda a documentação relacionada ao serviço.		

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO	VALOR ANUAL
------------------	-------------------	----------------



Fundação
Nacional
de Saúde



	SERVIÇO MÊS R\$	R\$
Revisão de Racks de Rede		

Detalhamento das atividades que compõe o serviço:

Documentar e notificar a Seção de Gerenciamento de Redes sobre outras inadequações existentes nos racks que precisem ser resolvidas.

Elaborar relatório com o registro das atividades mensais contendo, no mínimo, data de verificação, identificação do rack, identificação do responsável pela verificação e registro das inadequações.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Implantação e Manutenção da Infraestrutura de Wan da rede corporativa		

Detalhamento das atividades que compõe o serviço:

Monitoração da utilização dos links.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Instalar, configurar e manter os serviços de STORAGE		

Detalhamento das atividades que compõe o serviço:

Verificar logs do storage.

Verificar logs dos switches Fiber Channel.

Verificar conectividade entre os servidores, switch e storage.

Análise de logs referentes a desempenho.

Verificar conectividade entre o servidor de gerencia e storage.

Verificar climatização do ambiente onde estão instalado os equipamentos.

Manter a documentação da tarefa e seus processos.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
------------------	--	-----------------------



Fundação
Nacional
de Saúde



	RS	
Instalar, configurar e manter usuários no Active Directory		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		

Monitorar a replicação do active directory.
Monitorar a replicação do Sistema de Arquivos Distribuído do active directory DFSR.
Manter a documentação da tarefa e seus processos.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Habilitar/Desabilitar CIF (Comunicador Interno)		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		

Monitorar serviços.
Analisar replicação dos servidores.
Documentar todas as atividades, devendo compor o relatório de atividades mensal.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Administração dos ativos de rede - Switch		
Detalhamento das atividades que compõe o serviço:		

Analisar logs e performance dos ativos.
Manter a documentação da tarefa e seus processos.

SERVIÇO – ITEM 1	VALOR TOTAL DO SERVIÇO MÊS R\$	VALOR ANUAL R\$
Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL		



Fundação
Nacional
de Saúde



Detalhamento das atividades que compõe o serviço:

Operar, manter e atualizar firewalls e IDS/IPS.
Monitorar / Analisar regras.
Verificar logs de regras.
Tomar ações imediatas frente a quaisquer problemas detectados com diagnósticos preciso, incluindo documentação das atividades realizadas.
Acompanhar o desempenho dos firewalls via ferramentas de monitoração e tratar anomalias, agindo proativamente com a identificação de ameaças, vulnerabilidades, ataques e tentativas de invasão à infraestrutura de redes da Funasa.
Registrar ocorrências que interfiram nos acessos, desempenho ou continuidade dos firewalls e executar plano de comunicação conforme procedimentos existentes, sempre que necessário.
Ajustar a configuração e efetuar o monitoramento dos softwares de monitoração, desempenho e tráfego informando às áreas responsáveis sobre possíveis ocorrências de falhas.

➤ **Descrição dos Serviços – Item 2**

CATÁLOGO DE SERVIÇOS

TAREFA: Operação e suporte ao ambiente de infraestrutura

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (US\$)
1	M	Planejamento de capacidade de hardware.	DEMANDA	3	6	63,0
2	A	Elaboração e implementação de scripts de rede	DEMANDA	3	75	1.350



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Operação e suporte ao ambiente de infraestrutura

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (US\$)
3	I	Adicionar sensor de monitoramento de um Servidor	DEMAN DA	1	72	138,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						1.521,00

TAREFA: Administração do serviço de impressão

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (US\$)
4	M	Instalar novas impressoras em servidor de rede.	DEMAN DA	1	24	84,00
5	M	Auxiliar na criação de políticas de uso das impressoras.	DEMAN DA	2	12	84,00
6	B	Gerenciar a fila de impressão, jobs, gerenciamento de recursos das impressoras, acionamento de equipe para intervenção, garantia de disponibilidade do serviço.	DEMAN DA	1	12	1,00
7	I	Instalar remotamente impressoras para usuários.	DEMAN DA	1	12	13,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						198,00

TAREFA: Backup e restore de arquivos corporativos



Fundação
Nacional
de Saúde



ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
8	M	Executar as demandas de backup e restauração de arquivos dos equipamentos servidores na Presidência e nas superintendências.	DEMANDA	2	320	2.240,00
9	M	Instalação do cliente de backup	DEMANDA	1	48	168,00
10	A	Criar/modificar/excluir rotinas de backup.	DEMANDA	2	72	864,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						3.272,00

TAREFA: Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks)

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
11	M	Prestar suporte a equipe de atendimento no que se refere aos assuntos relacionados ao software cliente de antivírus, infecções e ameaças de segurança nas estações.	DEMANDA	1	108	378,00
12	M	Gerar pacotes de instalação para servidores, desktops e notebooks.	DEMANDA	1	24	84,00
13	M	Atualização do cliente de antivírus.	DEMANDA	2	96	672,00



TAREFA: Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks)

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
14	M	Debug de estação com software de antivírus.	DEMAN DA	2	48	336,00
15	M	Realizar deploy do cliente antivírus para estações de trabalho.	DEMAN DA	1	48	168,00
16	M	Abertura de chamado para suporte com a fabricante do antivírus e acompanhamento de atendimento.	DEMAN DA	1	36	126,00
17	M	Verificar estações com a ferramenta symhelp.	DEMAN DA	2	36	252,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.016,00

TAREFA: Antivírus em equipamentos servidores

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
18	A	Instalação de anti-vírus em servidores.	DEMAN DA	1	36	216,00
19	A	Migração da console do antivírus.	DEMAN DA	8	6	288,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Antivírus em equipamentos servidores

ITEM	COMP LEXID ADE	ATIVIDADE	T I P O	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANU AL	CUST O (UST)
20	M	Criar/ manter/ editar /e remover políticas.	DEMAN DA	2	24	168,00
21	I	Verificar status do sepm monitor.	DEMAN DA	1	48	72,00
22	M	Criar / manter / configurar servidor GUP.	DEMAN DA	2	48	336,00
23	B	Criar conta de acesso à console.	DEMAN DA	1	24	24,00
24	M	Configurar política de grupo no sepm.	DEMAN DA	1	48	168,00
25	AL	Update e downgrad de atualizações no sepm.	DEMAN DA	6	6	360,00
26	B	Mover estações para unidade organizacional.	DEMAN DA	1	72	72,00
27	M	Desbloquear notebook para uso do modem 3g.	DEMAN DA	2	48	336,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Antivírus em equipamentos servidores

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
28	I	Configurar log no sepm monitors.	DEMANDA	2	48	144,00
29	M	Configurar o content distribution monitor tool.	DEMANDA	1	36	126,00
30	B	Bloquear e desbloquear dispositivos.	DEMANDA	1	48	48,00
31	A	Configurar servidor de replicação do sepm.	DEMANDA	2	12	144,00
32	I	Configurar o it analytics.	DEMANDA	1	24	36,00
33	I	Gerar relatórios pelo it analytics.	DEMANDA	1	24	36,00
34	M	Configurar o servidor de quarentena.	DEMANDA	2	12	84,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.658,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Tratamento de mensagens não solicitadas (SPAM)

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
35	I	Bloquear conta de email.	DEMAN DA	0,5	96	72,00
36	A	Instalar, configurar e atualizar sistema operacional Symantec Messaging Gateway.	DEMAN DA	6	6	216,00
37	A	Criar, modificar e excluir política de spam, virus, malware para controle do envio e recebimento.	DEMAN DA	6	48	288,00
38	M	Bloquear/Habilitar envio ou recebimento de mensagens de remetentes de domínios externos ou internos.	DEMAN DA	1	96	336,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						912,00

TAREFA: Acompanhamento de vulnerabilidades

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
39	I	Apoiar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicações, normas e procedimentos no âmbito da TI.	DEMAN DA	1,5	12	27,00
40	M	Estabelecer medidas efetivas para tratamento dos riscos.	DEMAN DA	2	12	84,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						111,00



TAREFA: Revisão de racks de rede

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (US\$)
41	B	Remover cabos soltos (sem uso) que possam existir dentro do rack.	DEMAN DA	1	12	12,00
42	B	Organizar os cabos passando-os pelos suportes (calhas, canaletas, fixadores) apropriados.	DEMAN DA	8	12	96,00
43	B	Substituir cabos que estão funcionando, mas apresentam problemas em sua estrutura, podendo comprometer o funcionamento da rede.	DEMAN DA	1	12	12,00
44	B	Realizar a correta fixação de ativos de rede que possam estar sem parafusos e/ou outros fixadores.	DEMAN DA	1	12	12,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						132,00

TAREFA: Implantação e manutenção da infraestrutura de Wan da rede corporativa

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (US\$)
45	M	Acompanhamento da instalação dos links.	DEMAN DA	4	72	1.008,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Implantação e manutenção da infraestrutura de Wan da rede corporativa

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUAL	CUSTO (UST)
46	A	Configuração de conectividade.	DEMAN DA	3	72	1.296,00
47	A	Criação de rotas para comunicação.	DEMAN DA	3	36	648,00
48	A	Abertura e acompanhamento da finalização dos chamados.	DEMAN DA	4	120	720,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						3.672,00

TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUAL	CUSTO (UST)
49	M	Conectar / Configurar / Manter novos servidores ao storage por meio de fibra óptica.	DEMAN DA	4	36	504,00
50	A	Atualizar drivers da controladora HBA Fiber Channel do servidor a ser conectado.	DEMAN DA	5	6	180,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUA L	CUSTO (UST)
51	A	Criação de zonas nos switches Fiber Channel para habilitação a comunicação entre servidor e storage.	DEMAN DA	4	36	864,00
52	M	Instalar cliente EMC para registrar servidor no storage.	DEMAN DA	2	36	25)
53	A	Instalar e configurar software fail over e load balance no servidor.	DEMAN DA	3	18	324,00
54	M	Criar / Alterar / Excluir / Expandir Raid Group no storage.	DEMAN DA	2	52	364,00
55	M	Criar / Alterar / Excluir / Expandir LUN's no storage.	DEMAN DA	2	52	364,00
56	M	Atribuir / Verificar LUN's no storage para o servidor.	DEMAN DA	0,5	72	126,00
57	M	Verificar acesso do software de fail over e load balance.	DEMAN DA	2	12	84,00



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

Página 147 de 181

2



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT. D. ANUA L	CUSTO (UST)
65	M	Manutenção do sistema de replicação remota.	DEMAN DA	4	48	672,00
66	M	Instalar e configurar software de multipath em servidor de rede.	DEMAN DA	2	36	25')
67	M	Teste de conectividade do CALLHOME.	DEMAN DA	2	24	168,00
68	M	Atualizar ferramenta de suporte remoto.	DEMAN DA	1	12	42,00
69	M	Habilitar/desabilitar SSH.	DEMAN DA	1	24	84,00
70	M	Reiniciar controladora.	DEMAN DA	3	48	504,00
71	A	Desligar/Ligar Storage.	DEMAN DA	2	48	576,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de Storage

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUA L	CUSTO (UST)
72	M	Habilitar FASTCACHE para POOL de discos.	DEMAN DA	2	24	168,00
3	A	Criar CLONE de disco.	DEMAN DA	2	8	96,00
74	M	Reiniciar DATAMOVER.	DEMAN DA	4	48	672,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						8.272,60

TAREFA: Instalar, configurar e manter o Active Directory

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUA L	CUSTO (UST)
75	I	Criar / Alterar / Excluir conta de usuário.	DEMAN DA	0,5	144	108,00
76	M	Criar / Excluir / Alterar scripts.	DEMAN DA	2	48	336,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter o Active Directory

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QT D. ANUA L	CUSTO (UST)
77	M	Criar / Alterar / Excluir Lista de Distribuição.	DEMAN DA	1	96	336,00
78	B	Conceder / Remover permissão em grupo Admin.	DEMAN DA	0,5	72	36
79	M	Instalar / Configurar / Excluir controlador de domínio.	DEMAN DA	4	24	336,00
80	A	Corrigir problemas de replicação do active directory.	DEMAN DA	3	24	432,00
81	A	Criar / Alterar / Excluir sub-redes, conectores e sites que compõe a estrutura de topologia do active directory.	DEMAN DA	2	24	288,00
82	A	Manter / Configurar Schema do AD	DEMAN DA	2	24	288,00
83	A	Corrigir a replicação do Sistema de Arquivos Distribuído do active directory DFSR.	DEMAN DA	2	24	288,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter o Active Directory

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
84	A	Efetuar manutenção da base de dados do Active Directory.	DEMAN DA	2	24	288,00
5	M	Criar / Alterar / Mover / Excluir políticas de grupos.	DEMAN DA	1	120	420,00
86	I	Elaborar relatórios de grupos ou usuários sob demanda.	DEMAN DA	2	52	156,00
87	M	Criar / Alterar / Mover / Excluir / Conceder permissão à Usuário / Grupo.	DEMAN DA	0,5	252	126,00
88	B	Mover / Criar / Alterar / Excluir estações AD.	DEMAN DA	0,3	252	75,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						3.513,60

TAREFA: Habilitar/Desabilitar CIF

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD. ANUAL	CUSTO (UST)
------	--------------	-----------	------	----------------	------------	-------------



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Habilitar/Desabilitar CIF

ÍTE M	CO MP LE XI DA DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D - A N U A L	CUSTO (UST)
89	I	Habilitar/Desabilitar CIF da conta do usuário.	DEMAN DA	0,3	1 4 4	64,80
90	M	Instalar, configurar e remover serviços do ambiente necessários para o funcionamento do comunicador.	DEMAN DA	2	4 8	336,00
91	A	Instalar, renovar e Excluir Certificados.	DEMAN DA	3	1 0	180,00
92	M	Criar, aplicar e excluir políticas.	DEMAN DA	1	5 2	182,00
93	M	Migrar conta.	DEMAN DA	0,3	1 4 4	151,20
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						914,00

TAREFA: Configurar e manter usuários no Sistema de Controle de Acessos



Fundação
Nacional
de Saúde



ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
94	I	Incluir / Alterar / Excluir Usuário.	DEMAN DA	0,2	252	75,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						75,60

TAREFA: Criar, configurar e manter caixas de e-mail

	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
	I	Adicionar / Mover / Remover MailBoxStore.	DEMAN DA	1	144	216,00
	I	Aumentar capacidade de email.	DEMAN DA	0,5	144	108,00
	M	Configurar conta no celular.	DEMAN DA	0,3	48	50,40
	I	Adicionar / Mover / Remover Permissão em conta.	DEMAN DA	0,3	144	64,80



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Criar, configurar e manter caixas de e-mail

	COM PLE XI DA DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
	I	Migrar conta.	DEMAN DA	0,3	1 4 4	64,80
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						504,00

TAREFA: Liberar/Bloquear/Verificar sitio/Programa ou usuário à internet

I T E M	COM PLE XI DA DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
1 0 0	A	Instalar / Configurar / Manter / Excluir servidor de Proxy	DEMAN DA	6	6	72,00
1 0 1	I	Liberar / Bloquear / Verificar Sitio ou Programa.	DEMAN DA	0,5	3 0 0	150,00
1 0 2	I	Habilitar / Desabilitar / Editar usuários para acesso à internet.	DEMAN DA	0,3	2 5 2	75,60



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Liberar/Bloquear/Verificar sitio/Programa ou usuário à internet

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
103	I	Baixar aplicativos / arquivos para os usuários.	DEMAN DA	1	144	144,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						441,60

TAREFA: Administração do SVN

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
104	M	Instalar e configurar servidor de SVN.	DEMAN DA	6	6	126,00
105	M	Criar/Alterar/Mover/Excluir Repositório no servidor de SVN.	DEMAN DA	1	12	42,00
106	I	Habilitar/Desabilitar/Remover acesso ao Repositório no servidor de SVN.	DEMAN DA	0,3	48	21,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						189,60



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Administração dos ativos de rede - Switch

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
107	A	Instalar e configurar ativo de rede.	DEMAN DA	3	52	936,00
108	A	Criar/Alterar/Aplicar/Habilitar/Desabilitar/Excluir configuração do ativo de rede (vlan, Lista de Acesso, rotas, snmp, gerencia de portas e outras).	DEMAN DA	3	48	864,00
109	M	Localizar/Resetar dispositivo PoE (Access Point).	DEMAN DA	0,3	96	100,80
110	A	Instalar, configurar e atualizar sistema operacional/firmware dos ativos de rede.	DEMAN DA	4	24	576,00
111	A	Criar, modificar, aplicar e excluir listas de controle de acesso – ACL.	DEMAN DA	1	12	72,00
112	A	Habilitar/Desabilitar recursos dos ativos.	DEMAN DA	1	24	144,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.692,80

TAREFA: Administração do servidor de aplicação



Fundação
Nacional
de Saúde



ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
113	M	Instalar, configurar e atualizar o servidor de aplicação.	DEMAN DA	4	24	336,00
4	M	Criar/Alterar/Aplicar/Habilitar/Desabilitar/Reconfigurar/Excluir acesso ao servidor de aplicação (compartilhamentos, pastas, redirecionamento, serviços, logs e etc).	DEMAN DA	1	48	168,00
115	I	Resetar serviços do Apache, IIS, JBoss e Tomcat do servidor de aplicação.	DEMAN DA	0,1	48	7,20
116	M	Publicar/Alterar/Remover servidor de aplicação na internet.	DEMAN DA	0,3	24	25,20
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						536,40

TAREFA: Instalar, configurar e manter os serviços de virtualização da rede corporativa

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
117	M	Criar/Excluir/Editar máquina virtual.	DEMAN DA	3	144	1.512,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter os serviços de virtualização da rede corporativa

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIP O	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
1118	M	Criação de HBA's e adaptadores de rede virtuais.	DEMAN DA	1	48	168,00
1119	I	Desligar/Ligar/Reiniciar máquina virtual.	DEMAN DA	0,1	168	25,20
120	M	Criar/Editar/Excluir disco.	DEMAN DA	0,5	48	84,00
121	M	Converter máquina.	DEMAN DA	2	36	252,00
122	M	Criação de SnapShot e Backup do VHDX de máquinas Virtuais.	DEMAN DA	1	52	182,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						2.223,20

TAREFA: Apoio administrativo e técnico em TI



Fundação
Nacional
de Saúde



ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
123	A	Elaboração de minutas de relatórios gerenciais, pareceres, notas técnicas.	DEMAN DA	4	228	5.472,00
44	I	Participação em reuniões e outras atividades relativas à avaliação e diagnóstico de TI.	DEMAN DA	4	48	288,00
125	M	Acompanhamento e apoio técnico dos Contratos de TI.	DEMAN DA	4	48	672,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						6.432,00

TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de DHCP, DNS e WINS

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
126	M	Instalar / configurar DHCP.	DEMAN DA	3	24	252,00
127	M	Criação de reserva de IP.	DEMAN DA	0,3	48	50,40



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter serviços de DHCP, DNS e WINS

ITEM	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
128	M	Instalar / configurar DNS.	DEMAN DA	3	24	252,00
129	M	Criar hostname no DNS.	DEMAN DA	0,3	48	50,40
130	M	Parar / Reiniciar serviço do DNS / DHCP.	DEMAN DA	0,2	48	33,60
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						638,40

TAREFA: Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL

	COMPLEXIDADE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	QTD ANUAL	CUSTO (UST)
	AL	Criar / Editar regras.	DEMAN DA	3	84	2.520,00



Fundação
Nacional
de Saúde



TAREFA: Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL

	COM PLE XIDA DE	ATIVIDADE	T I P O	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
	M	Excluir regras.	DEMAN DA	1	7 2	252,00
	M	Monitorar / Validar / Acompanhar entrada e saída de conexão.	DEMAN DA	2	7 2	504,00
	AL	Configuração / manutenção do Firewall.	DEMAN DA	6	8 4	5.040,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						8.316,00

TAREFA: Instalar / Alterar / Configurar / Manter Servidores de Rede

I T E M	CO MP LE X I DA DE	ATIVIDADE	TIPO	ESFORÇO (HORA)	Q T D · A N U A L	CUSTO (UST)
1 3 5	A	Instalar / Configurar / Manter / Excluir / Sistemas operacionais / Servidores de rede.	DEMAN DA	6	5 2	312,00
CUSTO FINAL PARA A TAREFA						312,00



Fundação
Nacional
de Saúde



2



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO XI

REQUISITOS MÍNIMOS DAS COMPETÊNCIAS

1. A tabela abaixo ilustra o Perfil Técnico que a Funasa entende como necessária à sustentação dos Serviços de Infraestrutura:

➤ **Item 1 – Atividades de Execução Continuada**

Nº	Serviços a serem prestados	Perfil Técnico	Quantitativo mínimo de profissionais
01	<ul style="list-style-type: none">➤ Monitoração do Ambiente de Infraestrutura;➤ Operação e Suporte ao Ambiente de Infraestrutura;➤ Atualização automática de software para estações de trabalho e servidores;➤ Administração do Serviço de Impressão;➤ Revisão de Racks de Rede;➤ Implantação e Manutenção da Infraestrutura de Wan da rede corporativa;➤ Instalar, configurar e manter usuários no Active Directory;➤ Habilitar/Desabilitar CIF;➤ Backup e Restore de Arquivos Corporativos;➤ Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks);➤ Antivírus em equipamentos servidores;➤ Tratamento de mensagens não solicitadas	<ul style="list-style-type: none">➤ Analista Pleno Rede e Segurança; + 2 anos de experiência;➤ Experiência em tratar ocorrências e incidentes;➤ Experiência em monitoramento de ambientes de redes LAN e WAN, cabeadas e sem fio.➤ Conhecimento em gerenciamento de infraestrutura conforme as práticas ITIL Intermediate V2 ou superior.	02



Fundação
Nacional
de Saúde



	(spam); ➤ Acompanhamento de vulnerabilidades; ➤ Instalar, configurar e manter os serviços de STORAGE; Administração dos ativos de rede – Switch; ➤ Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL.		
--	--	--	--

➤ **Item 2 – Atividades de Execução Continuada**

Nº	Serviços a serem prestados	Perfil Técnico	Quantitativo mínimo de profissionais
01	➤ Operação e Suporte ao Ambiente de Infraestrutura; ➤ Administração do Serviço de Impressão ➤ Revisão de Racks de Rede; ➤ Implantação e Manutenção da Infraestrutura de Wan da rede corporativa; ➤ Instalar, configurar e manter usuários no Active Directory; ➤ Habilitar/Desabilitar CIF; ➤ Configurar e manter usuários no Sistema de Controle de Acessos; ➤ Liberar/Bloquear/Verificar/Sítio/Programa ou usuário à internet; ➤ Administração do SVN; ➤ Apoio administrativo e técnico de TI; ➤ Antivírus nas estações de trabalho (desktops e notebooks); ➤ Antivírus em equipamentos servidores; ➤ Tratamento de mensagens não solicitadas (spam); ➤ Acompanhamento de vulnerabilidades; ➤ Administração dos ativos de rede – Switch; ➤ Administração do servidor de aplicação; ➤ Instalar, configurar e manter os serviços de virtualização da rede corporativa; ➤ Instalar, configurar e manter serviços	➤ Analista Sênior Rede e Segurança; + 5 anos de experiência; ➤ Experiência em gerenciar ativos de redes, monitorar e prever incidentes; ➤ Experiência em administrar os serviços de "DHCP", "Active Directory", "DNS", servidores Windows e Linux; ➤ Experiência em administrar rede "wi-fi" e operar equipamentos de rede. ➤ Analista Pleno Rede e	04 Analistas Senior; 02 Analistas Pleno



Fundação
Nacional
de Saúde



	<p>de DHCP, DNS e WINS;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Criar, configurar e manter caixas de e-mail e servidores de correio eletrônico;➤ Instalar/Alterar/Configurar/Manter Servidores de Rede.	<p>Segurança; + 2 anos de experiência;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Experiência em gerenciar ativos de redes, monitorar e prever incidentes;➤ Experiência em administrar os serviços de "DHCP", "Active Directory", "DNS", servidores Windows e Linux;➤ Experiência em administrar rede "wi-fi" e operar equipamentos de rede.	
02	<ul style="list-style-type: none">➤ Backup e Restore de Arquivos Corporativos;➤ Instalar, configurar e manter os serviços de STORAGE;➤ Instalar, configurar e manter o serviço de FIREWALL.	<ul style="list-style-type: none">➤ Analista Sênior Rede e Backup; + 5 anos de experiência;➤ Experiência em criação, agendamento, execução e monitoração de "Jobs" de backup;➤ Experiência em operação, configuração e monitoração de backup;➤ Experiência em utilização do software	03 Analistas Senior;



		<p>Symantec NetBackup;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Experiência em suporte ao ambiente storage, NAS, CIFS, SAN e ISCSI, incluindo migrações e segregação de ambientes;➤ Experiência em administração da infraestrutura de SAN;➤ Experiência em administração e gerenciamento de Storages VNX EMC;➤ Experiência em operar, manter e atualizar firewalls e IDS/IPS;➤ Experiência em operar, manter e atualizar mecanismos de proteção de anti-DDoS, Antivirus, SIEM, balanceadores de carga.	
--	--	---	--



Fundação
Nacional
de Saúde



ANEXO XII

PLANO DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Área Requisitante da Solução:	
Nome do projeto:	Sigla:
Contratante:	Contrato:
CONTRATADA:	CNPJ:

2. VISÃO GERAL DO PROJETO
3. VIGÊNCIA DO CONTRATO
4. VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO
5. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS
6. RECURSOS TÉCNICOS
7. RECURSOS HUMANOS
8. FORMA DE COMUNICAÇÃO
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
10. FERRAMENTAS E CONTROLES
11. VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS E DA NOTA FISCAL
12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
13. SANÇÕES E GLOSAS
14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E GARANTIA DO CONTRATO
15. LISTAS DE VERIFICAÇÃO
16. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Fiscais do Contrato		
Fiscal Técnico	Fiscal Requisitante	Fiscal Administrativo
_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>	_____ <Nome> Matrícula: <Matr.>

Gestor do Contrato
<Assinatura> Matrícula:

Recebido

CONTRATADA
<Assinatura> Nome



Fundação
Nacional
de Saúde



de

de 20

ANEXO XIII - DO EDITAL MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____ / ____
PROCESSO Nº 25100.009.301/2016-77
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/FUNASA E A EMPRESA _____, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO, OPERAÇÃO E SUPORTE A INFRAESTRUTURA DE REDES PARA ATENDER A FUNASA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, PADRÕES TÉCNICOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE ESTABELECIDOS NESSE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

A Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, entidade federal vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 26.989.350/0001-16, representada, por seu Diretor do Departamento de Administração, _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela _____ CPF n.º _____, nomeado pelo Decreto Presidencial de .../.../..., publicado no D.O.U. de .../.../..., no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º _____, de .../.../..., do Senhor Presidente da FUNASA, no uso das atribuições que lhe confere o _____ (especificar o dispositivo ou ato) e a empresa _____, situada à _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com inscrição estadual n.º _____, doravante, neste ato, denominadas CONTRATANTE e CONTRATADA, firmam este para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento, operação e suporte a infraestrutura de redes para atender a FUNASA, de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos nesse termo de referência e seus anexos, do tipo menor preço Global, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo autos nº 25100.009.301/2016-77 pelo qual foi homologado do objeto do Pregão na Forma Eletrônica nº 22/2017 e, em observância ao disposto nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento, operação e suporte a infraestrutura de redes para atender a Funasa, de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos no termo de referência e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação e a Proposta da CONTRATADA, datada de ____/____/____, seus Anexos e demais elementos constantes do referido processo.



Fundação
Nacional
de Saúde



PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Pregão Eletrônico, sob a forma de Execução Indireta e pelo Regime de Empreitada por Preço Unitário, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL".

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de R\$ _____, (_____) e global de R\$ _____, (_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço ajustado também poderá sofrer alteração desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto, correrá à conta do Orçamento da CONTRATANTE, para o exercício de 2017, sob a seguinte classificação: Programa de Trabalho: **10.126.0016.6881.0001**; Natureza da Despesa: 33.90; Fonte de Recursos: 6151000000; Plano Interno: MAGUPS.

PARÁGRAFO ÚNICO - A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº _____NE_____, de ____/____/____, no valor de R\$ _____, (_____), correspondente ao período de _____ a _____ do exercício em curso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a vigência contratual estender-se para o exercício subsequente, será emitida nova nota de empenho.



Fundação
Nacional
de Saúde



CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O período de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prorrogação somente poderá ocorrer desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

I - os serviços tenham sido prestados regularmente;

II - a Administração mantenha interesse na realização do serviço;

III - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando da prorrogação contratual, a CONTRATANTE:

I - Realizará pesquisas de preços e assegurar-se-á de que os preços contratados continuem compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa em relação à realização de uma nova licitação, quando não puder ser demonstrada a vantajosidade da prorrogação nos termos do Parágrafo Sexto;

II - A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, a CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;

III - Se positiva a resposta da CONTRATADA, a CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo;

IV - Esta resposta terá caráter irretratável e, portanto, a CONTRATADA dela não poderá, após expressa manifestação neste sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;

V - Caso a CONTRATADA manifeste, num primeiro momento, por não ter interesse em prorrogar este Contrato e posteriormente venha a se retratar, demonstrando vontade de prorrogá-lo, fica a critério da CONTRATANTE, como faculdade e prerrogativa, proceder à prorrogação ou dar curso a novo processo de licitação.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATANTE não prorrogará este Contrato quando:

I - os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

PARÁGRAFO QUINTO - O início da execução do objeto do Contrato dar-se-á no _____ dia útil após a assinatura deste Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - A prorrogação deste Contrato, quando demonstrada a vantajosidade para a CONTRATANTE, deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da Procuradoria Geral Federal.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive pagamento de multas punitivas aplicadas, prejuízos advindos do não cumprimento deste Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, prejuízos causados à contratante



Fundação
Nacional
de Saúde



decorrente de culpa ou dolo e obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela empresa durante a execução deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da assinatura deste Contrato, garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total deste Contrato, com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, podendo optar por qualquer uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

I - Caução em Dinheiro – a garantia em dinheiro deverá ser efetuada, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), pelo interessado, em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE;

II – Fiança Bancária – será realizada mediante entrega de carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei nº 6.015/73, art. 129 e deverá vir acompanhada de:

- a) cópia autenticada do estatuto social do banco;
- b) cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
- c) cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- d) reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

III - Seguro Garantia – será realizado mediante a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo a CONTRATANTE a única beneficiária do seguro.

6.1.1 Na Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

6.1.2 A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 6.2, devidamente atualizada.

6.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e

6.3. O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da CONTRATANTE; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da CONTRATANTE.

6.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

6.5. Atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão deste Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6. A garantia deve ter validade durante a execução deste Contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e complementada a cada alteração contratual que implique em alteração do valor da contratação.

6.7. A garantia deve ter validade durante a execução do Contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e complementada a cada alteração



Fundação
Nacional
de Saúde



contratual que implique em alteração do valor da contratação.

6.8. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

6.9. A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e
- b) após o término da vigência deste Contrato acrescido de 3 (três) meses.

6.9.1. O prazo de extinção da garantia poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

6.10. A perda da garantia em favor da CONTRATANTE, em decorrência de rescisão unilateral deste Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato.

6.11. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no subitem acima.

6.12. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A descrição dos serviços consta do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços consta do Termo de Referência - Anexo I deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Termo de Referência, em especial:

1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas em contrato, iniciando e prestando os serviços no prazo estipulado, na forma e nas condições pactuadas, em estrita conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidas nos termos contratuais e na sua proposta;
2. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e necessárias para que todos os serviços sejam realizados com utilização eficiente dos recursos disponíveis;
3. Prestar os serviços no local e horário definido pela FUNASA, com profissionais adequadamente capacitados, ou seja, com o conhecimento e experiência compatíveis com os serviços a serem realizados;
4. Orientar seus profissionais no sentido de:
5. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos de processamento de informações;
6. Cumprir as normas de segurança, sob pena de incorrer nas sanções disciplinares e legais cabíveis;
7. Manter o caráter sigiloso da senha de acesso aos recursos e Sistemas da FUNASA;
8. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações confidenciais com outros que não tenham a devida autorização de acesso previamente formalizada pela FUNASA;



Fundação
Nacional
de Saúde



9. Responder por todo e qualquer acesso aos recursos de informática e dados das unidades da FUNASA, bem como pelos efeitos desses acessos efetivados através do seu código de identificação ou outro atributo para esse fim utilizado;
10. Respeitar a proibição de não usar, inspecionar, copiar ou armazenar programas de computador ou qualquer outro material, em violação da lei de direitos autorais (copyright).
11. Manter os Sistemas de controle atualizados permanentemente;
12. Exercer controle de assiduidade e da pontualidade de seus profissionais;
13. Acatar as orientações da FUNASA, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
14. Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, profissionais afastados por motivos diversos (férias, licenças previstas por lei e outros casos justificados ou não), de forma a não causar descontinuidade ou prejuízo na prestação dos serviços;
15. Substituir imediatamente o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente ou falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da FUNASA;
16. Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, previdenciários e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;
17. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da FUNASA;
18. Acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das dependências da FUNASA;
19. Reportar ao Fiscal do contrato imediatamente quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observadas no desenvolvimento dos serviços contratados, causados por ações dos profissionais contratados, de servidores públicos ou de terceiros;
20. Manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares da FUNASA, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;
21. Manter os seus profissionais convenientemente trajados e identificados por crachás em local visível, onde esteja claramente indicado estarem a serviço da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
22. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a FUNASA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela FUNASA;
23. Indenizar os prejuízos e reparar os danos causados a FUNASA e a terceiros por seus profissionais na execução do presente Contrato;
24. Comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando a FUNASA os esclarecimentos julgados necessários;
25. Apresentar cronograma de execução compatibilizado com os quadros de demanda, visando à programação das diversas fases dos serviços;
26. Atender às solicitações de serviços da FUNASA, de acordo com especificações técnicas, procedimentos de controles administrativos, cronogramas de execução que venham ser estabelecidos nas Ordens de Serviços – OS;
27. Elaborar os relatórios de acompanhamento de execução e finais de conclusão de serviços;
28. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, mantidas as mesmas condições estipuladas no presente Termo de Referência, sem que caiba à CONTRATADA qualquer reclamação;



Fundação
Nacional
de Saúde



29. Manter, durante o contrato, a sua equipe de profissionais, plenamente treinada, capacitada e certificada para atender às demandas de execução dos serviços;

30. Disponibilizar e manter, a partir da assinatura do contrato, um Preposto responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

31. A CONTRATADA disponibilizará, sem ônus para CONTRATANTE, plantão de vinte e quatro horas, via telefone, para atendimento de demandas emergenciais; e

32. Reconhecer os meios escritos de comunicação como cartas, ofícios, relatórios, atas de reunião, formulários e modelos aceitos pelas partes, e as comunicações efetuadas por email corporativo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A FUNASA obriga-se a cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Termo de Referência, em especial:

1. Orientar e supervisionar a observância, pela CONTRATADA, dos regulamentos administrativos e dos procedimentos de segurança da FUNASA;
1. Nomear gestor e fiscais técnicos, administrativo e requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme disposto no art. 30 da IN 04/2014;
2. Elaborar Plano de inserção;
3. Definir atividade de transição e encerramento do contrato;
4. Convocar, realizar e registrar reunião inicial;
5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;
6. Transmitir formalmente à CONTRATADA e prestar esclarecimentos de todas as informações necessárias à execução dos serviços;
7. Emitir e aprovar as Ordens de Serviços, definindo de forma clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais, administrativos e financeiros dos serviços a serem prestados;
8. Monitorar a execução da demanda, bem como medir a eficiência dos serviços prestados;
9. Realizar as comunicações de desvios para correção e sanções definidas em contrato;
10. Comunicar formalmente as falhas e irregularidades observadas na execução dos serviços prestados e notificar a CONTRATADA sobre aplicação das penalidades, assegurada sua prévia defesa;
11. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades e regras de atendimento aos usuários, bem como os prazos e etapas para cumprimento das obrigações;
12. Proporcionar à CONTRATADA os espaços físicos, instalações e os meios de comunicação necessários ao desempenho e cumprimento dos níveis de serviços acordados;
13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos técnicos da CONTRATADA;
14. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, a vista da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, devendo estar de acordo com Ordem de Serviço previamente emitida e aprovada;
15. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde serão executados os serviços, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços;



Fundação
Nacional
de Saúde



16. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA desempenhe seus serviços dentro das normas/regras contratuais;
17. Coordenar e monitorar as ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades executados pelos técnicos da CONTRATADA; e
18. Definir mecanismos de gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, assim como avaliar a execução mensal das atividades em andamento a serem desenvolvidas relativas aos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, designado pela autoridade competente, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução deste Contrato e de tudo dará ciência à CONTRATADA, conforme art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

11.3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto deste Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação aos serviços contratados, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução deste Contrato.

11.4. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreenda mensuração dos seguintes aspectos:

I - Efetuar os pagamentos devidos à empresa CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento;

II - Proporcionar todas as facilidades necessárias à perfeita execução do objeto deste Instrumento;

III - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

IV - Notificar a CONTRATADA, por escrito, garantida a prévia defesa, sobre aplicação de penalidades em caso de descumprimento total ou parcial deste Contrato.

V - Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar este Contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação.

11.5. A execução dos serviços deverá ocorrer na Funasa Presidência.

11.6. De acordo com a IN INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014, art. 7º, é vedado à Contratante:

I - estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada;

II - prever em edital a remuneração dos funcionários da contratada;

III - indicar pessoas para compor o quadro funcional da contratada;

IV - demandar a execução de serviços ou tarefas que escapem ao escopo do objeto da contratação, mesmo que haja assentimento do preposto ou da própria contratada;

V - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna dos fornecedores;



Fundação
Nacional
de Saúde



- VII - prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da Solução, antes da contratação;
- VIII - adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos;
- IX - contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 12.1.** O faturamento das Ordens de Serviço executadas será mensal, mediante apresentação da prévia-da-fatura, já descontadas as glosas e multas aplicadas em função do não atendimento aos resultados esperados e Nível Mínimo de Serviço exigido para a execução das Tarefas, desde que anexados os documentos e relatórios comprobatórios dos motivos da aplicação das glosas e multas.
- 12.2.** Serão faturadas somente as Ordens de Serviço efetivamente concluídas com os respectivos quantitativos e Nível Mínimo de Serviço exigido, atestadas e aceitas pelo demandante.
- 12.3.** O Gestor do Contrato deverá avaliar as informações da prévia-da-fatura em até 7 (sete) dias úteis. Caso a mesma esteja em conformidade com os serviços prestados no mês de referência, o Fiscal irá autorizar a emissão da Nota Fiscal/Fatura, do contrário, caberá ao Fiscal devolve-la à CONTRATADA para o devido ajuste.
- 12.4.** A CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura até três dias úteis após o recebimento definitivo realizado pelo Fiscal do Contrato.
- 12.5.** A CONTRATADA deverá apresentar na Nota Fiscal/Fatura, o faturamento detalhado correspondente aos serviços prestados, vinculando a ela a referência da Nota de Empenho que deu suporte às despesas.
- 12.6.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA será atestada pelo Fiscal do Contrato em até 3 (três) dias úteis e encaminhadas para a área administrativa efetuar o pagamento, acompanhada do Relatório Mensal do Serviço, da documentação comprobatória das glosas ou de sua anulação, todos aprovados e assinados pelo Preposto e pelo Fiscal do Contrato e demais documentos de regularidade fiscal, todos anexados ao processo;
- 12.7.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstancia que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema ocorrido. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento se iniciará após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Funasa;
- 12.8.** A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA junto ao SICAF, mediante consulta efetuada por meio eletrônico, devendo o resultado desta consulta ser impresso e anexado aos autos do processo;
- 12.9.** Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério da CONTRATANTE, prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o contrato, com a aplicação das sanções cabíveis.
- 12.10.** A nota fiscal deve ter o mesmo CNPJ constante da proposta de preços e para o qual foi emitida a Nota de Empenho e assinado o contrato;
- 12.11.** O pagamento será creditado em favor da empresa contratada, por meio de ordem bancária, via SIAFI, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;



Fundação
Nacional
de Saúde



12.12. A devolução da documentação de cobrança não aprovada pela FUNASA não servirá de motivo para que a empresa contratada suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados;

12.13. A FUNASA, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura de Prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

12.13.1. Emissão da nota fiscal/fatura em desacordo com o total aprovado para pagamento;

12.13.2. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

12.13.3. Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida;

12.13.4. Para o pagamento, será realizada consulta para verificação da situação da contratada, relativamente às condições de habilitação exigidas na licitação, na forma do art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

12.14. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

14.1. O reajuste do Contrato poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da data prevista para apresentação da proposta ou orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto no inc. XI do art. 40 e inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/93, em observância ao que preceitua o art. 3º da Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

14.2. Serão também consideradas, para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro, as hipóteses e termos previstos no § 5º, Art. 65 da Lei nº 8.666 de 12 de junho de 1993.

14.3. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados um ano após a data limite para apresentação das propostas, aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o)$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

Iº = Índice relativo ao mês da proposta.



Fundação
Nacional
de Saúde



14.5 Os reajustes subsequentes ao primeiro, poderão ser efetuados quando se completarem períodos múltiplos de um ano, contados sempre dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1. Com fundamento no art. 7º da Lei 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União, será descredenciado do SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para a contratação, sem prejuízo das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, o licitante que:

- I - não assinar o Contrato no prazo definido neste Edital, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- II - deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - não mantiver a proposta;
- V - comportar-se de modo inidôneo;
- VI - fizer declaração falsa; e
- VII - cometer fraude fiscal.

15.2. Pela a inexecução total ou parcial do contrato e com fundamento no art. 87 c/c o art. 88, ambos da Lei nº 8.666/1993, a Funasa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades sob o valor do contrato:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- e) A CONTRATADA será punida, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos:

1. **Apresentar documentação falsa:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 5 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita à multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total previsto no Contrato e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;

2. **Fraudar na execução do objeto do Contrato:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita a multa pecuniária de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato ou da parcela correspondente, e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;



Fundação
Nacional
de Saúde



3. **Cometer fraude fiscal:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciada no SICAF e estará sujeita a multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato e o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal, Receita Federal e Secretaria Estadual e Municipal de Fazenda;

4. **Comportar-se de modo inidôneo, aqui entendido como a prática de qualquer ato descrito nos artigos 92, Parágrafo único, e 96, todos da Lei nº 8.666/93:** A CONTRATADA ficará impedida de licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 05 (cinco) anos e descredenciado no SICAF e estará sujeito a multa pecuniária de 20% (vinte por cento) do valor total previsto no Contrato o ato será devidamente comunicado ao Ministério Público Federal;

5. **Não apresentar a Garantia Contratual no prazo estabelecido:** A CONTRATADA estará sujeita a aplicação da penalidade de **Advertência**, no caso de fornecimento parcelado ou serviço continuado e multa de 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor total da Garantia, por dia de atraso;

6. Para fins de penalidades na prestação do serviço de suporte técnico, poderão ser aplicadas multas a serem recolhidas, após o devido processo administrativo, conforme indicado a seguir:

- Correspondente a 0,2% (zero vírgula dois) por cento do valor total do Contrato, por hora de atraso, nos casos em que os chamados não forem resolvidos em até 24 (vinte e quatro) horas corridas e 48 horas corridas no caso de severidade baixa ou substituição de peças ou componentes, contadas a partir do início do atendimento ou do final do prazo máximo de início de atendimento (o que ocorrer primeiro);

- Os valores das multas aplicadas não poderão ser, a cada chamado, superiores a 15% (quinze) por cento do valor total do Contrato, ficando neste caso, caracterizado a inexecução total da obrigação;

- valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito em favor da CONTRATADA, porventura existente junto à FUNASA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será descontada da garantia contratual;

- Esgotados os meios administrativos para a liquidação da importância devida pela CONTRATADA à FUNASA, sem que esta tenha sido feita, o processo correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

- As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente;

- Em quaisquer hipóteses de aplicação de sanções, será assegurado à licitante vencedora o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da notificação emitida pela FUNASA;

15.2.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.2.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicados juntamente com a do inciso II, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.2.3. A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



Fundação
Nacional
de Saúde



15.2.4. As sanções previstas nos incisos III e IV do Item 13.2 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratas com a Administração vem virtude de atos ilícitos praticados;

15.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida na Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Funasa ____/____, no prazo de até ____ (____) dias úteis da data da **notificação ou será cobrada judicialmente.**

15.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (artigo 28, parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005).

15.5. As penalidades pela negligência na execução ou descumprimento de cláusulas contratuais estão previstas na minuta do respectivo instrumento, que se constitui no Anexo V deste Edital.

15.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes atos ilícitos alcançados pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

16.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

16.1.2. No procedimento que visa à rescisão deste Contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

I - O presente Contrato fundamenta-se:

a) na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.420/2005;

b) na Lei nº 8.666/93;

c) na Lei n. 8.078/ 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

d) Decreto nº 7.174/2010 (Regulamenta as Contratações de TI);

e) SLTI/MPOG nº 01/2010;

f) SLTI/MPOG nº 04/2014;

II - O presente Contrato vincula-se aos termos:

a) do Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2017, e seus anexos, constante do processo nº 25100.012.571/2015-84;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato, tanto no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no



Fundação
Nacional
de Saúde



prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

19.2. E para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial da CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

_____, ____ de _____ de 2016.

PELO CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:

PELA CONTRATADA

ASSINATURA CPF/MF

ASSINATURA CPF/MF